

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

LETÍCIA FERREIRA XAVIER

**DESENVOLVIMENTO LOCAL E EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS
SOLIDÁRIOS: UM ESTUDO NA CENTRAL DE COMERCIALIZAÇÃO DE
ECONOMIA SOLIDÁRIA DE CAMPO GRANDE/MS**

CAMPO GRANDE - MS

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

LETÍCIA FERREIRA XAVIER

**DESENVOLVIMENTO LOCAL E EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS: UM
ESTUDO NA CENTRAL DE COMERCIALIZAÇÃO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA
DE CAMPO GRANDE/MS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPPGAd/UFMS), como requisito à obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Milton Augusto Pasquotto Mariani

CAMPO GRANDE - MS

2018

**DESENVOLVIMENTO LOCAL E EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS: UM
ESTUDO NA CENTRAL DE COMERCIALIZAÇÃO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA
DE CAMPO GRANDE/MS**

LETÍCIA FERREIRA XAVIER

A Dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Grau de Mestre em Administração do Mestrado em Administração Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPGAd/UFMS) e aprovado em **25 de Fevereiro de 2019**.

Prof. Dr. Thelma Lucchese Cheung
Coordenadora do PPGAd/UFMS

Apresentado à Comissão Examinadora composta pelos professores:

**Prof. Dr. Milton Augusto Pasquotto
Mariani**
(UFMS/ESAN/PPGAd – Campo Grande/MS)
Orientador

**Prof. Dr. Caroline Pauletto Spanhol
Finocchio**
(UFMS/ESAN/PPGAd – Campo Grande/MS)
Membro Interno

Prof. Dr. Geraldino Carneiro de Araújo
(UFMS/ESAN/Profiap – Campo Grande/MS)
Membro Externo

Prof. Dr. Rosângela C. Cortez Thomaz
(Unesp/Presidente Prudente/SP)
Membro Externo

AGRADECIMENTOS

Agradeço, ao meu orientador Milton Augusto Pasquotto Mariani, por toda dedicação e confiança durante todo o curso, seu apoio foi fundamental, além dos ensinamentos como professor e amigo que enriqueceram minha pesquisa e meu desenvolvimento pessoal.

Ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Administração – PPGAD, principalmente aos professores Élcio Gustavo Benini, Leandro Sauer, Milton Augusto Pasquotto Mariani, Patrícia Campeão e Leonardo Francisco Figueiredo Neto, agradeço pela maneira como conduziram as disciplinas cursadas durante o mestrado e como se dedicaram para transmitir o conhecimento.

Imprescindível para o desenvolvimento da pesquisa, sou grata ao auxílio da Bolsa de Pesquisa CAPES e o apoio do Departamento da Escola de Administração e Negócios da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (ESAN/UFMS). À dedicação da equipe da secretaria, Jenifer Serra Lino e Cibelly Urias e a coordenação do programa de pós-graduação.

Aos professores Caroline Pauletto Spanhol, Geraldino Carneiro de Araújo, Rosângela Custódio Cortez Thomaz e Milton Augusto Pasquotto Mariani, meus agradecimentos pelas sugestões e contribuições para este trabalho no Exame de Qualificação e Defesa. Admiro profundamente como conduzem suas trajetórias acadêmica.

Agradeço também, as amigas feitas durante o mestrado, que estiverem sempre prontas para superar as dificuldades das disciplinas juntos, principalmente ao Aron Nunes Xavier e Maurílio Barbosa, que involuntariamente oferecem suporte com a execução do software IRAMUTEQ, essencial para que conclusão da pesquisa.

Agradeço profundamente ao “meu parceiro de vida”, Gabriel Sgringnoli Mello, que é o maior incentivador, todo meu respeito, amor e admiração. Aos meus amigos, Geraldino Carneiro de Araújo e Bruno Diego Alcantara Cardozo, pelos anos de amizade, sempre estiveram presentes, muito além dos momentos acadêmicos, agradeço pelo apoio e por todo conhecimento que pude adquirir com vocês, serão sempre minhas inspirações.

Especialmente, a toda minha família, que com muito esforço contribuiu para minha formação acadêmica e pessoal. Sem o apoio de vocês e toda confiança depositada em mim, seria impossível chegar até aqui.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo geral compreender o sistema de comercialização e o relacionamento com os empreendimentos associados da Central de Comercialização da Economia Solidária de Campo Grande/MS, bem como a sua contribuição para o desenvolvimento local, e para tanto, especificamente a pesquisa buscou: (a) avaliar a importância do associativismo, (b) caracterizar o relacionamento dos empreendimentos com a Central e (c) compreender como a economia solidária promove o desenvolvimento local e melhoramento da qualidade de vida dos associados. Entende-se que a criação de uma Central de Comercialização pode potencializar a comercialização de produtos e serviços oferecidos por Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), bem como impulsionar ações que promovam o desenvolvimento de suas localidades. Trata-se, portanto, de uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, utilizou-se o software Iramuteq para análise e interpretação dos dados, sendo recurso essencial para compreender o conteúdo do material coletado. Dessa forma, com os resultados obtidos, foi possível confirmar o efeito dos princípios da economia solidária para a consolidação do empreendimento e principalmente a interferência da autogestão. A Central passa por um momento de solidificação das atividades que envolvem a comercialização e, por esta razão, não conseguem suprir diversas demandas exigidas pelo empreendimento.

Palavras-chave: Desenvolvimento Local; Economia Solidária; Central de Comercialização.

ABSTRACT

This research thesis is aimed at understanding the commercialization system and the relationship with the associated enterprises of the Commercialization Centre of the Solidarity Economy of Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brazil, as well as its contribution to the local development. More specifically, the research also aims to: (a) evaluate the importance of associativism, (b) characterize the relationship between the enterprises and the Centre, and (c) understand how the solidarity economy promotes local development and improves the quality of life of its members. The results show that it was possible to see that the establishment of a Commercialization Centre can increase the commercialization of products and services offered by Solidarity Economic Enterprises (SEEs), as well as boost actions that promote their localities development. This is a qualitative research, of descriptive and exploratory character, and used the Iramuteq software to perform data analytics, which was an essential tool to analyse the collected data. Given the results, it was possible to confirm the effect of the principles of solidarity economy for the consolidation of the enterprise and mainly the interference of self-management. The Centre currently goes through a time of solidification of activities that involve commercializing products and, for this reason, they cannot meet the diverse demands demanded by the enterprise.

Keywords: Local Development; Solidarity Economy; Commercialization Centre.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Entrada da loja	58
Figura 2	Salas segundo andar da Central	59
Figura 3	Espaço de trabalho EES1	61
Figura 4	Produtos artesanato	62
Figura 5	Nuvem de palavras Gestão da Central de Comercialização (Gestor)	69
Figura 6	Análise de Similitude Gestão da Central de Comercialização (Gestor)	70
Figura 7	Dendograma Gestão da Central de Comercialização (Gestor)	72
Figura 8	Nuvem de palavras Empreendimento Econômico Solidário 1 (EES1)	73
Figura 9	Análise de Similitude Empreendimento Econômico Solidário (EES1)	74
Figura 10	Dendograma Empreendimento Econômico Solidário (EES1)	76
Figura 11	Nuvem de palavras Empreendimento Econômico Solidário 2 (EES2)	77
Figura 12	Análise de Similitude Empreendimento Econômico Solidário 2 (EES2)	78
Figura 13	Dendograma Empreendimento Econômico Solidário 2 (EES2)	79

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1:	Evolução de Empreendimentos Solidários no Brasil	10
------------	--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	Princípios básicos da Economia Solidária	37
Quadro 2	Organização do Roteiro de Entrevista	55

LISTA DE SIGLAS

UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

EES – Empreendimento Econômico Solidário

PNUD – Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas

SIES – Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária

SENES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

CCES – Central de Comercialização da Economia Solidária

FEES/MS – Fórum Estadual de Economia Solidária de Mato Grosso do Sul

IRAMUTEQ - Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires

ISMAL – Instituto Mato-grossense para Cegos

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	13
2.1 Desenvolvimento Local.....	13
2.2 Economia Solidária e Associativismo	28
2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	47
3.1 Natureza da Pesquisa	48
3.2 Procedimentos de coleta de dados	50
3.3 Análise de Conteúdo.....	53
3.4 Funcionalidades do IRAMUTEQ	53
4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....	56
4.1. Central de Comercialização	56
4.2.Caracterização dos Entrevistados	59
4.2.1. Gestor – Gestão da Central de Comercialização	60
4.2.2. Empreendimento Econômico Solidário 1 (EES1)	60
4.2.3. Empreendimento Econômico Solidário 2 (EES2)	61
4.3. Importância do associativismo para os empreendimentos econômicos solidários e suas interferências nas dinâmicas interna e externa dos empreendimentos	62
4.3.1. Os sistemas de autogestão dos EES de Campo Grande /MS e as relações com a central de comercialização	65
4.3.2 A economia solidária atrelada ao desenvolvimento local	66
4.4. Análises do uso do software Iramuteq.....	68
4.4.1. Gestão da Central de Comercialização (Gestor).....	68
4.4.2 Empreendimento Econômico Solidário 1 (EES1)	72
4.4.3 Empreendimento Econômico Solidário 2 (EES2)	77
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
6.0 REFERÊNCIAS.....	86
7.0 APÊNDICE	93
7.1 Roteiros de Entrevista.....	94
7.2 Transcrições.....	97

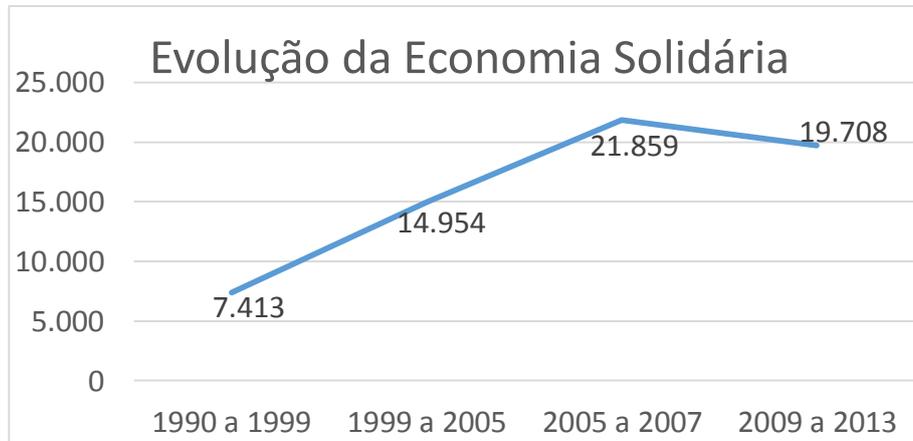
1. INTRODUÇÃO

Nas décadas de 1980 e 1990, difundiu-se os empreendimentos econômicos solidários, estes impulsionam questões de inclusão social e de desenvolvimento socioeconômico (MOULAERT; AILENEI, 2005). Na economia solidária os trabalhadores se unem em redes e/ou cooperativas de produção e comercialização, nas quais são sócios ou proprietários do negócio, distinta das organizações privadas que o trabalhador é assalariado. Os empreendimentos econômicos solidários (EES) geralmente são originados em prol da melhoria de condições de vida, inserção social, geração de trabalho e renda para pessoas que estão à margem da sociedade (LADEIA; CARVALHO; FARIA, 2009; AZAMBUJA, 2009).

Esses EES se diferenciam dos adotados no sistema capitalista por não distinguirem o trabalho da detenção de meios de produção. Assim, a divisão do trabalho é igualitária e as atividades são desenvolvidas com a mesma frequência pelos integrantes, ou seja, de maneira coletiva e democrática, são responsáveis por gerirem os processos administrativos e produtivos, bem como, cada colaborador tem o direito de voto nas tomadas de decisões do empreendimento (LECHAT; BARCELOS, 2008; SINGER, 2008). A criação e consolidação de uma economia alternativa, como a economia solidária, provocam efeitos nos participantes, visto que eles ficam cada vez mais motivados a expandir movimentos e projetos relacionados à temática (POCHMANN, 2004; BERTUCCI, 2010).

Segundo a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), o cadastro de empreendimentos desse gênero, no segundo semestre de 2005, foi de 14.954 (SOUSA, 2008). Em 2007, segundo a SENAES, esse número já tinha crescido para 21.859, representando um aumento de 46% entre o segundo semestre de 2005 e o final de 2007. O último mapeamento realizado entre 2010 e 2013, envolveu os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), as Entidades de Apoio e Fomento (EAF) e também políticas públicas voltadas à Economia Solidária (PPES), este registrou uma diminuição do número total de empreendimentos solidários no Brasil reduzido para 19.708 empreendimentos solidários cadastrados. O gráfico abaixo demonstra a evolução do número de empreendimentos solidários no Brasil.

Gráfico 1: Evolução da Economia Solidária



Fonte: Elaborado pelo autor

O crescimento de empreendimentos solidários no Brasil, se iniciou em 1990, registrando 7.413 empreendimentos solidários, na sequência os números aumentam até o último mapeamento realizado em 2013, registrando uma quantidade de 19.708 que se dividiam entre cooperativas, associações, empreendimentos informais. A maioria dos EES produz bens e serviços direcionados a atender a demanda dos consumidores locais. Os empreendimentos vendem e compram não apenas de organizações com sistemas tradicionais, mas também de outros trabalhadores e empreendimentos da economia solidária. Além disso, atuam na produção de bens e serviços diferenciados, dispõem de mão de obra e baixo investimento em capital. Esse sistema é constituído por uma interface social bem definida, visto que promove a oportunidade e inserção na sociedade de forma digna, no qual um conjunto de pessoas no processo produtivo, provoca a implementação das relações de solidariedade e cooperação entre os trabalhadores.

Em paralelo ao surgimento dos novos meios de produção e os inúmeros modelos econômicos solidários, as associações são exemplos de modelos de empreendimentos solidários. O termo associativismo designado refere-se a prática social da criação e gestão das associações, estas são organizações providas de autonomia e de órgãos de gestão democrática, ou seja, de assembleia geral, direção, conselho fiscal e, também propõe a defesa dessa prática de associação, enquanto processo não lucrativo para a obtenção de finalidades comuns.

O associativismo representa a transformação da participação individual e familiar em participação grupal e comunitária, apresentando-se como uma alavanca, um processo que eleva a capacidade produtiva e comercial a todos os associados, alocando-os em melhor situação para viabilizar suas atividades, além de gerar a troca de experiências e a utilização de

uma estrutura comum além da possibilidade de motivar o potencial de cada um e, conseqüentemente, obter maior retorno financeiro por seu trabalho (SANTOS, 2002; FRANTZ, 2012).

Concomitante aos processos econômicos, destaca-se o desenvolvimento local, este processo é aplicado em pequenos aglomerados territoriais e agrupamentos humanos com a capacidade de motivar o dinamismo econômico e melhorar a qualidade de vida da população. Representa a transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, em razão da mobilização das forças sociais, alimentando suas competências e potencialidades específicas.

O projeto brasileiro, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (1980), tem como o objetivo formular e executar ações que se interessem por vocações locais e possibilitem construir um processo de desenvolvimento, cujos efeitos beneficiem a maioria da população, promovendo a inclusão social por meio da mobilização, organização, capacitação técnica e execução de projetos de natureza socioeconômica. Se atentando aos cuidados de acompanhar o processo e a avaliação concreta dos resultados adquiridos durante as ações.

Nesta proposta, a participação popular permanece na centralidade da iniciativa, não condicionada a envolvimento esporádicos ou introduzida como metodologia para sensibilização popular. Sendo assim, o que de fato garante e promove o funcionamento no processo de participação popular, é o envolvimento contínuo e aplicado das ações populares (ARRUDA; MARIANI, 2009).

Já o desenvolvimento territorial se concentra na formação de uma rede de atores trabalhando para a valorização dos atributos de uma certa região. É esta rede que admite a existência de uma dinâmica de “concorrência-emulação-cooperação” entre as organizações de determinada região. Justamente por não fazerem parte das prerrogativas necessárias ao desenvolvimento (da educação, da formação, do crédito, da informação), os trabalhadores individuais não são encarados pelo restante da sociedade local como potenciais protagonistas de um pacto territorial (ARRUDA; MARIANI, 2009).

A conjuntura econômica recente estimula a busca de formas alternativas de trabalho, estimulando de certa maneira o desenvolvimento local de um determinado aglomerado de indivíduos. A colaboração entre os trabalhadores de empreendimento solidários tem como finalidade minimizar as dificuldades presentes no trabalho autônomo individual, e aumentar a possibilidade de as atividades resistirem à competição com as empresas que utilizam da

exploração do trabalho assalariado. Nesta perspectiva, a finalidade deste trabalho é compreender o sistema de comercialização e o relacionamento dos empreendimentos associados a Central de Comercialização da Economia Solidária de Campo Grande/MS, bem como suas contribuições para o desenvolvimento local.

As iniciativas que impulsionam os estudos da temática de economia solidária estão cada vez mais evidentes, dessa forma, a pesquisa pode contribuir para aprofundar os conhecimentos que permeiam os empreendimentos solidários e seus processos de gestão. Neste trabalho, o estudo é direcionado a uma central de comercialização de economia solidária, buscando compreender as potencialidades deste tipo de empreendimento, bem como a atuação de seus associados nos processos que envolvem a autogestão e a comercialização dos produtos. No Brasil, as centrais de comercialização solidárias são pouco numerosas, essa forma de organização de empreendimentos solidários visa realizar ações para sensibilização do comércio justo e do consumo ético, bem como a associação e o desenvolvimento de pequenos empreendimentos solidários. Dessa forma entender os mecanismos do desenvolvimento local, no fomento a potencialização das capacidades individuais e as alterações em questões econômicas, sociais e culturais, e atrelada a economia solidária podem interferir positivamente na geração de renda, inclusão social e o desenvolvimento das localidades.

Neste contexto, o objetivo geral da pesquisa é compreender o sistema de comercialização e o relacionamento com os empreendimentos associados da Central de Comercialização da Economia Solidária de Campo Grande/MS, bem como sua contribuição para o desenvolvimento local e os objetivos específicos são: i) avaliar a importância do associativismo para os empreendimentos econômicos solidários, e como isso interfere nas dinâmicas internas e externas dos empreendimentos; ii) caracterizar os sistemas de produção e de autogestão dos EES de Campo Grande /MS e as relações com a central de comercialização; iii) compreender como a economia solidária atrelada ao desenvolvimento local, colabora com o melhoramento da qualidade de vida dessa população.

Para o desenvolvimento do trabalho, e com finalidade de atingir os objetivos, apoiou-se em três questões norteadoras, sendo elas: i) Diante das dificuldades de se gerenciar um empreendimento solidário, quais as ferramentas utilizadas para sistema de autogestão da Central?; e ii) do ponto de vista estrutural, como é feita a organização da comercialização de bens e serviços? iii) O desenvolvimento local propicia a consolidação dos empreendimentos econômicos solidários?

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Desenvolvimento Local

A globalização está ligada ao território, não apenas por impactar nas nações e países, mas, sim, por alterar a dinâmica econômica e ocasionar ajuste produtivo que dependem das decisões de investimentos e da localização dos atores econômicos, além dos fatores de cada território. Dessa forma, a globalização, reflete no crescimento econômico das cidades e regiões, e conseqüentemente, interfere na dinâmica e no comportamento dos atores locais (BAUMAN,1999; BENKO, PECQUEUR, 2001).

Em suma, a globalização e a reestruturação produtiva interferem nos sistemas produtivos de regiões desenvolvidas e também das mais pequenas e afastadas, onde possuem cidades e regiões que se favorecem com as operações, ou também podem ser desfavorecidas, no entanto, estas condições dependem de como os recursos serão utilizados (BENKO; LIPIETZ, 1992).

Dentre os fatores responsáveis pela aceleração do processo de globalização, apresentam-se os seguintes (OCDE, 1996): mudanças políticas, econômicas e comerciais que influenciam a liberalização dos mercados (bens e serviços), as novas estratégias das grandes empresas que se aproveitam das oportunidades de novas localidades para introduzir inovações de transporte e comunicação, refletindo na diminuição dos custos de produção e transporte das mercadorias.

Com o avanço dos problemas sociais e do fenômeno da globalização, houve a necessidade de mudanças nos paradigmas de tratamento dos recursos econômicos, pois, dentre outros motivos, as comunidades passaram a se organizar em razão da constituição de um capital social que lhes auxiliassem a enfrentar as falhas de alocação de recursos do sistema capitalista. Desta forma, ações de sustentabilidade, iniciativas de preservação dos recursos humanos e naturais nas localidades, passaram a ser primordiais para o processo de desenvolvimento.

Nota-se que até o final da década de 1970, o processo de desenvolvimento que estava em vigor não se atentava as conseqüências ecológicas de crescimento econômico, bem como aos efeitos das atividades econômicas que interferiam na qualidade de vida da população. Com isso, a busca incessante por lucro, era sinônimo de desenvolvimento (VAZQUEZ BARQUERO, 1988; BENKO, PECQUEUR, 2001).

Apesar de ter sido reconhecido a partir da década de 1980, as noções e estratégias de desenvolvimento não são recentes, estas foram impulsionadas a partir dos anos 30, sendo que sua base histórica remete ao final dos anos 1950, com maior intensidade nos anos 1960.

Mesmo em períodos de governos militares, as ideias de desenvolvimento comunitário, com ampla participação popular, eram apregoadas, assim com o crescimento de outros programas de caráter comunitário (WAKULICZ, RIGHI, CAZAROLLI, 2000; AMARO, 2009).

Outro ponto relevante para o desenvolvimento do conceito foi a acentuada crise do capitalismo na década de 1970, onde originou um período de desindustrialização, desemprego e crise fiscal ou financeira do Estado. Diante dessa situação, estados nacionais adotaram reformas como privatizações, ajustes baseados em medidas pontuais, sobretudo, o processo de descentralização das funções e responsabilidades estatais.

Portanto, o conceito de desenvolvimento local teve sua comprovação científica no final dos anos 1970 e sua consolidação político-institucional a partir dos anos 90, considerando os critérios para aferir a sua validade e utilidade na sociedade contemporânea.

O primeiro critério sobre o desenvolvimento local, refere-se às reflexões propostas por autores como John Friedmann e Clyde Weaver, Walter Stöhr e David Taylor, José Arocena, Bernard Pecqueur e Bernard Vachon, entre outros, que surge na tentativa de encontrar um entendimento de desenvolvimento que possibilite a tomada de ações para alcançar o desenvolvimento de localidades e territórios subdesenvolvidas. Enquanto o segundo, menciona proposta do Programa “iniciativas locais de emprego” da OCDE, no final dos anos 1980, e a sua importância na definição das políticas europeias de combate ao desemprego, a pobreza e exclusão social, na União Europeia, entre outros movimentos organizados por organismos internacionais como PNUD e a OIT (AMARO, 2009).

Com as contribuições advindas de todo um período, foi possível definir a priori o desenvolvimento local como um processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de determinada comunidade local, utilizando essencialmente das suas capacidades, depositando na comunidade o papel de protagonista do processo de desenvolvimento local, assim como obtenção de uma perspectiva integrada dos problemas e de suas soluções (MARTINS; CALDAS, 2009; AMARO, 2009).

O processo de reconstrução produtiva junto ao término do modelo intervencionista verticalizado e centralizado, causou a necessidade de descentralização do setor público transferindo a responsabilidade aos governos locais os quais sofrem reajustes sobre seus papéis políticos. Os governos locais “deixam de se limitar à função de provedores de infraestrutura e equipamentos urbanos e passam a empreender estratégias que objetivam o desenvolvimento” (LIMA, 2000). Promovendo a articulação com as diversas parcerias públicos ou privados que possam contribuir para o fortalecimento dessa estratégia.

No entanto, a implantação de políticas públicas acerca do desenvolvimento local não é apenas de responsabilidade dos governos, mas depende também da comunidade local em criar novos planejamentos e ações. Deste modo, ressalta-se a iniciativa dos indivíduos de se organizarem em razão de seus objetivos, com a finalidade de geração de emprego, renda, e melhores condições de vida (VAZQUEZ BARQUERO, 1993; ARRUDA; MARIANI, 2009).

Segundo Vaz e Caldas (2006), a periodização do conceito é composta por três fases das experiências brasileiras de desenvolvimento, em que a valorização do local surge como esfera privilegiada de planejamento e execução das políticas públicas, que remonta desde a década de 1970.

Para o autor, a primeira fase corresponderia ao período de 1976 até 1988, momento marcado pelo enfraquecimento do regime autoritário até o início da nova constituição em 1988. Os projetos de desenvolvimento prevaleciam no plano nacional, municípios não participavam da federação e as câmaras municipais possuíam um papel muito limitado, além de sofrerem com a escassez de recursos e pequena autonomia fiscal ou tributária. Nesse momento de busca por democratização do país, um número mínimo de acontecimentos de resistência evidenciou o esforço de articulação de políticas locais com o objetivo de proporcionar a efetiva participação da comunidade. Dessa forma, a extensão do local se confundia com os interesses municipais, apesar das questões distributivas serem consideradas, os acontecimentos não estavam voltados diretamente as alternativas locais de desenvolvimento econômico, a prioridade era a descentralização da gestão (VAZ; CALDAS, 2006).

Entre os períodos de 1989 e 1992 acontecia a segunda fase, marcada por gestões municipais mais autônomas, a nova constituição trouxe a ampliação e redefinição das atribuições e responsabilidade dos municípios, aumentando suas fontes de financiamento e ampliação da capacidade tributária. A participação dos municípios nas ações do Estado tornou-se mais perceptível. No entanto, os municípios, mesmo com seu novo papel e novas receitas, que poderiam contar, não desenvolveram projetos de inserção que favorecessem seu papel de articuladores e protagonistas do desenvolvimento local. Ao invés disso, as demandas de infraestrutura urbana básica, serviços públicos e políticas sociais tomaram a maior parte da energia dos governos municipais e dos recursos disponíveis. Desse modo, o governo federal não se preocupava em valorizar o desenvolvimento local diante da centralidade dos municípios (MARTINS et al., 2010)

Martins et al (2010) acrescenta que este período foi o marco da influência neoliberal e adoção de políticas monetaristas no país, e em razão da luta contra os desequilíbrios fiscais e inflacionários, o desenvolvimento era esquecido tanto da agenda federal quanto estadual.

A terceira fase, caracterizado pelos autores como o “despertar tardio”, começou a partir de 1993. Nessa etapa o projeto de desenvolvimento local, aos poucos, é afastado da configuração política e econômica, evidenciando o modelo de governo local definido como gestor de crises sociais, executor de infraestrutura básica e políticas sociais. Frente ao cenário econômico pouco favorável, às administrações locais adotam isenções fiscais e disputas por maiores recursos, resultante do desencadeamento de uma guerra fiscal entre outros municípios.

Atos determinantes como estes são respostas das comunidades locais aos problemas econômicos (crises setoriais, falências e fechamento de empresas, desestruturação das economias locais), sociais (desemprego, pobreza e exclusão social, ausência de respostas sociais para o acompanhamento dos mais novos e dos mais velhos), culturais (marginalização ou descaracterização das identidades, dos valores culturais e dos patrimônios locais, homogeneização cultural) e ambientais (destruição de ecossistemas locais, falta de saneamento básico, ameaças à qualidade de vida, extinção de espécies, desflorestamento), ocasionada por alterações dos modelos de desenvolvimento após a década de 1970, pela globalização de predomínio economicista e por crises do Estado-Nação e do Estado-providência (e afirmação das correntes neoliberais) (AMARO, 2009).

Além disso, durante os períodos críticos da década de 1970, o conceito seguia em fase de afirmação e aplicação dos processos de ajuda aos novos países independentes (antigas colônias europeias), normalmente chamados de “subdesenvolvidos”. Afirmava-se então, a dificuldade desses países em acompanhar os países “desenvolvidos”, na época, antigas potências colonizadoras. Diante dessa realidade, os métodos de “ajuda e cooperação para o desenvolvimento” propunham (ou impunham, em muitos casos) a imitação, por parte desses países, dos modelos de desenvolvimento, concentrados no crescimento econômico e na industrialização, já colocados em prática nos países “desenvolvidos”, conduzindo a “modernização” das estruturas econômicas, sociais, culturais, políticas e tecnológicas, deixando seus sistemas tradicionais (AMARO, 2009).

Mesmo com o aumento das responsabilidades do papel dos municípios em função da gestão do desenvolvimento local e solução de problemas urbanos, a administração municipal, não consegue integrar políticas urbanas de desenvolvimento econômico. Embora, é possível observar a implementação de algumas práticas alternativas, como a instituição de bancos do

povo para financiamento de pequenos empreendimentos com taxas de juros menores; apoio as cooperativas; fomento a cursos de formação e qualificação profissional; parcerias com outros países com projetos técnicos e busca de outros mercados por meio de iniciativas de comércio justo e solidário. Gradualmente, os gestores percebem que o orçamento municipal é um instrumento para impulsionar a demanda por meio das compras públicas governamentais (SINGER, 2000).

Entretanto, vale ressaltar que apesar do surgimento de instrumentos para fortalecer a participação, essa é uma maneira desarticulada de um projeto de desenvolvimento mais abrangente. Com isso, a ideia de desenvolvimento local aparece como uma proposta desvinculada das práticas sociais e embasamento preciso, mas sim, em consequência ao desemprego e a perda de dinamismo econômico (MARTINS et al, 2010).

Com as contribuições advindas de todo um período, foi possível definir a priori o desenvolvimento local como um processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de determinada comunidade local, utilizando essencialmente das suas capacidades, depositando na comunidade o papel de protagonista do processo de desenvolvimento local, assim como obtenção de uma perspectiva integrada dos problemas e de suas soluções (MARTINS; CALDAS, 2009; AMARO, 2009).

Intensas discussões surgiram sobre as definições de desenvolvimento local, entretanto o termo indica, sobretudo, uma multiplicidade de iniciativas que envolve atores locais, de diversos tipos e uma grande variedade de situações, tentando encontrar respostas pertencentes aos problemas que surgem durante as crises econômicas, tecnológicas, ambientais e políticas que colocam o termo ao período denominado “anos dourados” do crescimento econômico, relativamente estável dos 30 anos posteriores à II guerra mundial (AMARO, 2009).

Daniel (2002) aponta características que devem prevalecer no que se entende dessa modalidade de desenvolvimento, ainda que não tivesse interesse de promover o incremento das atividades e do espaço construído em nível local a qualquer circunstância. Ainda para o autor, o desenvolvimento local deve oferecer inclusão social, junto a cooperação, criação e crescimento de esferas públicas, em que diversos atores políticos, econômicos, sociais interajam de maneira transparente conforme seus próprios interesses em conflito, com a finalidade de construir em conjunto um novo desenvolvimento local.

Para Ávila (2000), o “local” se refere ao espaço, uma superfície territorial de condições razoáveis para a sobrevivência e subsistência, com características que diferenciam de outros espaços e territórios, bem como os indivíduos desempenham as atividades

cotidianas, como habitam, relacionam-se, compartilham de valores, normas, costumes e representações simbólicas.

O local é caracterizado como privilegiado espaço onde surge e organiza iniciativas não hegemônicas, a construção desse processo de desenvolvimento deve ser coletiva, em que a sociedade civil seja o ator principal. Ainda, afirma que a promoção do desenvolvimento deve ser realizada “de baixo para cima” contrapondo a dinâmica econômica que promove a lógica da exclusão política socioeconômica (MARTINS; CALDAS, 2009).

É importante ressaltar que a percepção de desenvolvimento econômico abriga não só a evolução quantitativa da reprodução da riqueza material, mas também a probabilidade da sua melhor distribuição. Segundo Sachs (2004), o desenvolvimento só existirá se houver redução da pobreza e da desigualdade social, bem como a geração de novos empregos ou alternativas de renda.

Com isso, o desenvolvimento local era relacionado a um negócio dos grupos comunitários e de alguns reagrupamentos coletivos com menos importância econômica, destinados a sobreviver em um determinado local. Em diversos momentos, foram revelados embates ideológicos entre os grupos e as autoridades locais, apoiados pelo setor privado e pelas elites tradicionais. Como consequência desses embates, o conceito de desenvolvimento local evoluiu progressivamente (WAKULICZ, RIGHI, CAZAROLLI, 2000).

Nos últimos anos, principalmente a partir dos anos 80, o Estado estimulou a criação de associações, como um movimento informal que gradativamente assumia graus de formalidade, voltada para produção de bens e serviços. No início, formaram-se pequenos grupos, logo, evoluiu para a composição de uma associação, por um período, e de cooperativas num estágio posterior, como condição de financiamento de pequenos investimentos, em comunidades rurais ou urbanas, com relação direta da instituição governamental com a associação (WAKULICZ, RIGHI, CAZAROLLI, 2000).

Posteriormente, as dificuldades advindas da crise capitalista geraram a necessidade de criar estratégias produtivas descentralizadas e com o enfoque nas ações locais. Dessa forma, no Brasil o desenvolvimento local poderia ser compreendido como um contraponto, já que seria baseado num processo endógeno a partir da capacitação e habilidades das comunidades em se tornar agente e sujeito do seu próprio desenvolvimento, administrando o que está externo (ÁVILA, 2000).

O desenvolvimento local, então, representava tradução das transformações associadas à estrutura do novo arranjo industrial seguido da crise do fordismo, dentro da dinâmica de reorganização do capital (BENKO; LIPIETZ, 1994). Em contrapartida, Becattani (1994)

defende a existência da autonomia do local em relação a reorganização do capital, visto que favorece a formação de um sistema de valores marcado por condições e relações locais que permeiam dentro dos distritos industriais.

Essa prática contribuiu para a criação de um ideal de desenvolvimento local concentrado em um grande número de atores sociais e institucionais, que deveriam incluir aos empreendimentos forças locais, públicas ou privadas. Dessa forma, a prática mais recente de apoio às comunidades contribui para a formação ou consolidação de uma cultura de aproximação ao poder local, apresentado, no caso de associações e cooperativas, quase sempre, como parceiros e participantes do processo (WAKULICZ, RIGHI, CAZAROLLI, 2000). No entanto, é importante destacar que o significado de desenvolvimento local pode ser alinhado em diferentes contextos, uma vez que comporta ideias distintas, projetos e experiências sob múltiplos enfoques e que convergem em vários aspectos.

O conceito genérico de desenvolvimento local pode ser aplicado para diferentes partes territoriais e aglomerados humanos de pequena escala, desde a comunidade e os assentamentos de reforma agrária, até o município ou mesmo microrregiões homogêneas de porte reduzido. Sabe-se que os processos de desenvolvimento ocorrem em níveis diferenciados. Nacionalmente, por exemplo, ser elaborada políticas econômicas utilizando-se modelos mecânicos, nesse, os atores econômicos têm um comportamento padrão e que a população comunga o mesmo sistema de valores. Já em nível de comunidades locais, deve-se presumir que elas não são tão amplas e que nelas tudo é personalizado: a liderança, as instituições, as empresas, os grupos comunitários (JESUS, 2003).

Ávila (2012), para melhor definir o conceito de desenvolvimento local, apresenta três vertentes que caracterizam todo o processo, sendo elas, a) Desenvolvimento no Local (DnL); b) Desenvolvimento para o Local (DpL) e c) Desenvolvimento Local (DL).

O intitulado “Desenvolvimento no Local (DnL) acontece quando uma iniciativa ou empreendimento gera emprego e contribuiu de certa maneira para certo crescimento, renda e maior arrecadação de impostos, entretanto, essas ações só permanecem no local enquanto existe lucratividade. Em situações de queda de lucro, as empresas deixam as localidades, e em alguns casos causam até outros problemas, como os ambientais. O autor ressalta que os modelos baseados em indicadores econômicos podem ser utilizados para motivar o desenvolvimento local endógeno e emancipatório, no entanto, na maioria das vezes, está condicionado ao âmbito local-comunitário.

No “Desenvolvimento para o Local (DpL)”, apesar das ações estarem gerando benefícios para às comunidades, sua finalidade é assistencialista, filantrópicos ou

promocionalistas, impulsionados por organismos externos e quando finalizados raramente deixam resultados concretos. Ávila (2012), complementa, apontando a distinção entre assistência e assistencialismo, o primeiro promove apoio técnico, cultural ou financeiro, já o segundo é apresentado como inibidor e destruidor de iniciativas autônomas e comunitárias.

Por fim, o “Desenvolvimento Local (DL)” de caráter endógeno-emancipatório baseado em um processo comunitário de formação e potencialização das capacidades, competências e habilidades de produzir, melhorar as condições de vida, com autonomia para se desenvolver.

Este movimento está associado, normalmente, a iniciativas inovadoras e mobilizadoras da coletividade, articulando as potencialidades locais nas condições dadas em cada contexto. Haveri (1996:4) afirma, “as comunidades procuram utilizar suas características específicas e suas qualidades superiores e se especializar nos campos em que têm uma vantagem comparativa com relação às outras regiões”. No entanto, o desenvolvimento no local se refere a um empreendimento ou iniciativa a que se refere a qualificação “de desenvolvimento”, pelo motivo de gerar emprego e expectativa de arrecadação de impostos e circulação de bens e dinheiro, mas que, em verdade, tem o local apenas como sede física.

Para Wakulicz, Righi e Cazarolli (2000), o atual modelo de desenvolvimento local se baseia na convergência das forças do meio e na valorização do empreendimento, com as seguintes exigências: a) a concentração, tem como objetivo dar acessibilidade a todos os atores locais desenvolver diferentes formas de cooperação, sendo agrupamentos, redes ou entendimentos, assumindo uma visão dinâmica do papel, dos recursos, do potencial e das dificuldades de cada ator; b) a valorização do que é construído localmente, sejam recursos físicos, humanos ou financeiros, da criatividade e da inovação; c) A diversificação da economia e a abertura de mercados; d) A constituição dos recursos humanos e de novos comportamentos; e) o centro precisa ser o ser humano, o indivíduo, e não o negócio, o mercado, o produto, o serviço.

Com a multiplicidade de contextos e enfoques em torno do desenvolvimento local, para Lima (2000) possuem duas abordagens conceituais que classificam a gestão local do desenvolvimento. A corrente intitulada “competitiva”, fundamentada na construção de uma base local para se colocar competitivamente nos mercados mundiais, ou seja, refere-se a um projeto de adequação local que se encaixe a globalização articulada por grandes interesses corporativos. Com isso, o governo representaria o agente empreendedor na busca de vantagens competitivas para os locais, priorizando os recursos externos com a finalidade de fortalecer as economias locais. A segunda abordagem é chamada de “social” por fortalecer a luta contra a exclusão social, frisando a necessidade de inserir as populações no processo

produtivo, priorizando atividades que gerem trabalho e renda, conseqüentemente melhorando a qualidade de vida.

Lima (2000) afirma que as duas abordagens apontam aspectos em comum que são diferentes das abordagens mais tradicionais, direcionadas a redução dos desequilíbrios regionais. Em geral, suas bases são em defesa do protagonismo que se confere aos governos locais para resolver problemas e dinamizar espaços. Além de dar ênfase a exploração das capacidades e recursos internos para promover o desenvolvimento local. E, ressaltam a necessidade de estimular a participação da sociedade civil e envolver tanto atores privados quanto públicos.

Nota-se a importância de compreender a atuação do Estado adiante das iniciativas de desenvolvimento local, assim como para a evolução do conceito. Deste modo, quanto mais o estado é ativo durante a formação das etapas de implementação das estratégias de desenvolvimento econômico, menos ele suscita a mobilizar e valorizar as iniciativas locais como elemento fundamental ao sucesso da sua estratégia. Em contrapartida, quando a intervenção estatal diminui, seu papel nas estratégias de desenvolvimento passa a ser de parceiro, de modo a impulsionar o desenvolvimento (LIMA, 2000).

Zapata (2001) aponta que a concepção de desenvolvimento local está amparada na ideia de que as localidades e territórios oferecem recursos econômicos, humanos, institucionais, ambientais e culturais, além da economia de escala que não são exploradas, e constituem seu potencial de desenvolvimento. Com isso, a população deixa o papel de beneficiário para assumir o de parceiro, e enfim, ao de ator principal do desenvolvimento (WAKULICZ, RIGHI, CAZAROLLI, 2000).

Silveira (2006) complementa que a força advinda do desenvolvimento local está aliada na superação das condições de exclusão, e também do fato que a desigualdade não pode ser formada por decisões externas do poder das populações locais, ou seja, as decisões são tomadas do nível mais alto para baixo e sem participação da comunidade.

Os métodos e iniciativas de desenvolvimento local tem finalidade de promover a diversificação da base econômica local, proporcionando o surgimento e a expansão de empresas. Visto que, as economias locais e regional aumentam em razão da difusão de inovações e conhecimento entre as empresas e o território. Neste contexto, o território é uma figura, que promove transformação, mas não apenas como auxiliador de recursos e das atividades econômicas (LEONELLO; COSAC, 2009).

Assim, o desenvolvimento local não se refere a uma medida provisória para enfrentar as contingências do sistema socioeconômico e financeiro. Ao estimular novos

direcionamentos com base na disposição do poder político, de meios de produção e conhecimentos, o desenvolvimento local é alternativa para a superação de desigualdades colocadas pela administração atual de acumulação flexível, que combina o impacto da lógica do capital com a dominação das oligarquias e poderes fixados no território (SILVEIRA, 2006).

A evolução do conceito e toda sua forma são condicionadas pelo estado de desenvolvimento econômico em nível nacional e pelas condições socioeconômicas da população, ou seja, a evolução está necessariamente inter-relacionada ao desenvolvimento regional e nacional, em paralelo com o desenvolvimento das estratégias globais orientadas pelas comunidades (WAKULICZ, RIGHI, CAZAROLLI, 2000). Para Leonello e Cosac, (2009, p. 6) “o desenvolvimento local só pode ocorrer mediante a emergência da sustentabilidade do ser humano e do meio ambiente que está inserido. ”

Dessa forma, o processo de desenvolvimento local envolve a mobilização de pessoas e instituições visando a transformação da economia e da sociedade locais, gerando oportunidades de trabalho e de renda, ultrapassando dificuldades para favorecer a melhoria das condições de vida da população local. Destarte, quando o empreendimento ou a iniciativa, só utiliza do local enquanto o lucro compensa, e a partir do momento em que a lucratividade baixa, ou quebra, ou vai embora, abandona à comunidade-local deixando seus destroços-fantasmas, em consequência deixando enorme frustração na população, o que não é caracterizado como desenvolvimento (JESUS, 2003).

Para Martins (2002), o ponto central é a participação, uma vez que potencializa ação da comunidade como agente do desenvolvimento e não apenas um mero beneficiário. Ao se tratar da construção social, a participação pode sofrer influências das condições históricas e culturais, no entanto, esta almeja uma afinidade direta com a capacidade individual ou coletiva de interagir, cooperar, associar-se e confiar, isto é, com o chamado capital social. Embora complexo e pouco explorado conceitualmente, o capital social assume papel fundamental para impulsionar o desenvolvimento, isto é, seu aporte não se fixa apenas na dimensão social ou espacial, mas também se estende até a dimensão cultural.

Entretanto, criar condições para que a comunidade realmente alcance o protagonismo de realizar seu desenvolvimento ou promover seu bem-estar e atender suas necessidades, é o mais desafiador a ser conquistado. Na América Latina, o enfrentamento e a superação da pobreza são questões a serem abordadas pelo desenvolvimento local (MARTINS, 2002).

Frequentemente seus pressupostos humanistas são oferecidos aos projetos de erradicação da miséria. Este é direcionado ao pequeno aglomerado territorial e agrupamentos

humanos com a capacidade de motivar o dinamismo econômico e melhorar a qualidade de vida da população (BUARQUE, 1999). Nesse caso, a participação é um desafio ainda maior, uma vez que a parcela mais carente da população vive em um processo de inserção socioespacial, e introduzi-los em projetos que exigem envolvimento e contribuições é um processo difícil.

Singer (2004) afirma que do ponto de vista social, o desenvolvimento pode ser caracterizado por duas dinâmicas que provocam os valores comportamentais dos indivíduos: competição ou cooperação. Considerando que a maioria das pessoas apreciam a ajuda mútua e a reciprocidade, mesmo com o sistema capitalista estimulando fortemente a competição e o individualismo.

O desenvolvimento local impulsiona estratégias que fomentem a construção de capital social, adequação ao micro e pequeno empreendimento e fortalece a governança local, por meio da cooperação, fortalecimento de parcerias e da adequação de um projeto coletivo de desenvolvimento com mais igualdade (ZAPATA, 2001). Representa a transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, em razão da mobilização das forças sociais, alimentando suas competências e potencialidades específicas.

Para ser um processo sólido e sustentável, o desenvolvimento necessita aumentar as oportunidades sociais, a viabilidade e competitividade da economia local, elevando a renda e as formas de riqueza, enquanto assegura a conservação dos recursos naturais (BUARQUE, 1999; AROCENA, 1988). Apesar de apresentar um movimento de forte conteúdo interno, o desenvolvimento local se insere em uma realidade ampla e complexa, com a qual se envolve e recebe suas influências. Esse processo de desenvolvimento está associado, normalmente, a ações inovadoras e mobilizadoras da coletividade, articulando as potencialidades locais nas condições dadas pelo contexto.

Desta forma, se trata de um esforço localizado e concentrado, isto é, são lideranças, instituições, empresas e habitantes de um determinado lugar que se articulam com vistas a encontrar atividades que beneficiem mudanças nos meios de produção e comercialização de bens e serviços com a finalidade de proporcionar melhores condições de vida a sociedade, partindo da valorização e ativação das potencialidades e efetivos recursos locais (JESUS, 2003). Ou seja, é um plano de ação coordenado, descentralizado e focalizado, direcionado a ativar e melhorar, de modo sustentável, as condições de vida das pessoas de determinada localidade, e no qual o desenvolvimento local incita a ampla participação de todos os indivíduos envolvidos (COELHO, 1996).

Mesmo quando as interferências externas – de ordem política ou econômica – possuem um papel decisivo na reconstrução sócio econômica do município ou localidade, o desenvolvimento local solicita a mobilização e iniciativas dos agentes locais em torno de um projeto coletivo (BUARQUE, 1999; FRANÇA FILHO, 2008; AVILA, 2012). Em contrapartida, a probabilidade é que as mudanças ocasionadas desde o exterior não se expressem em efetivo desenvolvimento e não sejam internalizadas na estrutura social, econômica e cultural local ou municipal, desencadeando a elevação das oportunidades, o dinamismo econômico e crescimento da qualidade de vida de forma sustentável.

As experiências bem-sucedidas de desenvolvimento local procedem, normalmente, de um ambiente político e social favorável, caracterizado por ações mobilizadoras, e, principalmente, de convergência respeitados os atores sociais do município ou comunidade em torno de algumas prioridades e orientações básicas de desenvolvimento. Dessa forma, representa a vontade conjunta da sociedade que dá suporte e viabilidade política a práticas e ações capazes de estabelecer as forças e promover a dinamização e transformação da realidade (CASTELS; BORJA, 1996).

Para Vitte (2006), o debate sobre as estratégias e políticas de ação local tem direcionado as possibilidades e limitações para melhorar as condições de vida dos grupos sociais economicamente vulneráveis e diminuir as desigualdades sociais, buscando o desenvolvimento humano e fortalecendo a democracia. Todavia, o autor aponta que as experiências e estratégias de desenvolvimento local refletem um cenário pouco representativo.

O desenvolvimento local deve ser fundamentado além da lógica economicista, não apenas aos agregados macroeconômicos ou à eficiência das unidades produtivas. Espera-se uma visão de desenvolvimento que condicione o ser humano e os interesses coletivos como centralidade, almejando a possibilidade de potencializar a capacidade de todas as pessoas envolvidas. Dessa forma, o desenvolvimento local, nas presentes condições da economia e da sociedade brasileira, é incapaz de ser analisado sem considerar o problema da necessidade da geração de emprego e renda (DOWBOR, 1996).

Apesar dos governos municipais buscarem formular políticas que auxiliem nas precariedades vivenciadas, a promoção do desenvolvimento é sabiamente limitada, por dois motivos, o primeiro em razão da restrição do poder em intervir em fatores vinculados à economia mundial, e o segundo por falta de recursos para investimento. A intensificação das iniciativas públicas implica no desabrochamento das capacidades, competências e habilidades de uma comunidade, isto se dá em razão dos agentes externos e internos colaborarem com o crescimento da mesma, assim como, pode tornar-se apta a gerenciar seus potenciais, fato que

auxilia no poder de decisão na solução de problemas e necessidades que possam surgir (AVILA, 2000).

Mesmo que suas ações sejam limitadas, o processo de democratização dos governos locais no Brasil, ainda incipiente, tem apresentado que os governos locais podem assumir demandas que contribuam para romper circuitos fechados de acumulação e gerar emprego e renda. Com isso, cada governo tem a possibilidade de atuação, condicionadas pela estrutura social e pela organização econômica local, existindo grande diferenciação em função do porte da cidade e da complexidade das relações sociais, não apenas em caráter econômico, mas de representação, participação e decisão (DOWBOR, 1996).

Incontáveis iniciativas podem ser resultantes das ações impulsionadas pelo governo desde a criação de condições ambientais até o incentivo de novas formas de organização da produção. Estimular novas formas de organização também ajuda no processo de desenvolvimento local, em que almeje formas novas de ajuda e cooperação, com o objetivo de superar o assistencialismo tradicional (DOWBOR, 1996). As ações de desenvolvimento local podem ser praticadas por diversos agentes e envolver instituições, grupos e indivíduos, tais como associações produtivas, sindicatos, ONGs, agências de desenvolvimento, cooperativas e variadas instâncias de poder como os governos locais. Os lugares assumem a competitividade e produtividade como significativos atributos do desenvolvimento sob a lógica exógena onde o crescimento econômico é o fim dele mesmo.

É importante ressaltar o momento que a humanidade se encontra, fase de transição tecnológica e de reestruturação econômica e social, na qual o elemento principal é a incorporação de inovações e estratégias no processo produtivo, assim a qualificação do capital humano, em paralelo à adaptação institucional, que requerem novos meios de gestão no conjunto organizacional, sejam empresas privadas ou entidades públicas. Todos esses elementos decisivos devem ser considerados na política definida aos diferentes contextos territoriais (DOWBOR, 1996).

Bem como, destacar-se que a definição de desenvolvimento local não está associada à concepção de desenvolvimento humano, apesar de englobar princípios humanistas. No desenvolvimento local, a comunidade é vista como um todo, é o protagonista das ações, em detrimento à diminuição das formas de pobreza, especificamente, bem como designado ao desenvolvimento humano. Portanto, ações que caracterizam o desenvolvimento local, podem originar-se em um bairro, município, em qualquer lugar, desde que os indivíduos pertencentes à localidade, sejam detentores de objetivos e características comuns, se organizem em favor do protagonismo da região que estão inseridos (ZAPATA, 2006).

A teoria do desenvolvimento local abrange dimensão que consideram o desenvolvimento social, o ambiental, o cultural e o político, visto que, é impossível anular a existência do elo entre elas, diante disso, fomentar ações que promovam melhorias conjuntas de capital humano, social, natural, além do econômico-financeiro, impacta diretamente no subsídio necessário para o protagonismo da localidade (ZAPATA, 2006).

O desenvolvimento local, como o termo sugere, o protagonismo em nível local, isto é, direcionado a organização dos indivíduos de uma dada localidade, com isso poder fomentar as potencialidades da mesma. Desta forma, compreende-se um processo de desenvolvimento endógeno, ou seja, parte do local para global, e não no sentido contrário (ARRUDA; MARIANI, 2009).

Ademais, a teoria do desenvolvimento endógeno considera os mecanismos de acumulação de capital e as forças do crescimento instantâneo. O crescimento econômico caracteriza-se como um processo repleto de incertezas e acaso, orientado pelas mudanças que ocorrem dentro do mercado e dos atores que investem nele. As organizações tomam as decisões de investimento analisando suas capacidades e recursos específicos do território em que estão localizados, sendo assim a análise de crescimento é enriquecida pela expansão do ponto de vista territorial. Desta forma, para entender e explicar o crescimento econômico, é preciso o detalhamento do comportamento produtivo, já que depende também do efeito das forças que beneficiam os retornos crescentes (VAZQUEZ-BARQUERO, 2007).

Portanto, a teoria do desenvolvimento endógeno, se difere dos modelos de crescimento endógeno, pois associa o crescimento produtivo, no desenvolvimento social e institucional do território, no qual fomenta uma política territorial, ao invés de processos de crescimento e mudança estrutural, com isso compreende-se que mecanismos e forças do desenvolvimento agem simultaneamente na dinâmica econômica. Dessa forma, tem uma visão mais complexa do processo de acumulação de capital, isto é, considera as políticas de desenvolvimento econômico local e proporciona a sociedade ser protagonista, ao assumir um papel de liderança nas atividades econômicas.

Para Vazquez-Barquero (2000), existem diversas abordagens para o desenvolvimento endógeno, sendo elas, uma definição populista, apresentada como o desenvolvimento egocêntrico ou desenvolvimento participativo, decorrente da insatisfação que ocasionou o fim do modelo de desenvolvimento dominantes nos anos 60 e 70. E as visões do desenvolvimento humano, presente desde o início dos anos 90, e apoiado por instituições internacionais, dispondo de novas formas de cooperação, como programas destinados a

diminuição dos níveis de pobreza e estímulo a criação de negócios que utilizem as capacidades e especificidades de cada população.

O desenvolvimento endógeno baseia-se na crítica de uma dependência exagerada e vulnerável do desenvolvimento programado e monitorado por forças extralocais. Portanto, o desenvolvimento endógeno/local é capaz de ser aplicado a todo um estado, em que o extralocal é de caráter nacional ou internacional, além de ser aplicado a níveis subnacionais, ou seja, de regiões para a comunidade, onde se torna o instrumento político-administrado do estado (RAY, 2000).

Segundo Vazquez Barquero (1988), existem duas dimensões que identificam o desenvolvimento endógeno. A primeira econômica, onde a sociedade empresarial local potencializa sua capacidade para organizar e torná-la mais produtiva diante dos fatores da região. A segunda sociocultural, onde os valores e as instituições da localidade são bases para o desenvolvimento da região.

Para Galdeano-Gómez, Aznar-Sánchez e Pérez-Mesa (2011), o princípio que ampara o desenvolvimento endógeno está no aproveitamento dos recursos pertencentes ao local, sejam eles naturais, humanos ou culturais, desta forma, o ponto chave do desenvolvimento consiste em compreender como elevar a capacidade das áreas locais nos processos de um modo benéfico.

Desta forma, o desenvolvimento endógeno é uma alternativa para reduzir os desequilíbrios regionais e propiciar a distribuição constante de renda e riqueza, considerando valores culturais, políticos, despertando as potencialidades locais e diminuindo suas limitações. Além disso, sugere que o processo dentro do sistema capitalista seja menos excludente e oportunize ações de cooperação, descartando as contradições pertencentes ao sistema.

Dentre as inúmeras estratégias para promoção do desenvolvimento endógeno/local, considera-se as iniciativas de economia solidária, na qual fomenta aos indivíduos a projetarem e controlar as formas de desenvolvimento que desejam para suas comunidades.

Na economia solidária os atores amparam-se em suas especificidades para utilizar de ferramentas para colocar em prática suas ações, que conseqüentemente resultam em meios de promoção do desenvolvimento local. Ao proporcionar a população amplo e irrestrito acesso à cultura, que é um recurso de difícil acesso aos mais carentes de recursos financeiros, ocasiona o desenvolvimento humano, que é considerado pré-requisito para o desenvolvimento local e mais irrestrito (ARRUDA; MARIANI, 2009).

Nota-se que as propostas de desenvolvimento local são criadas em razão da organização das próprias comunidades, assim como aquelas que são impulsionadas por agentes externos. A primeira situação é compreendida como iniciativas de desenvolvimento local endógeno, enquanto na segunda situação, consideram-se as iniciativas de desenvolvimento local exógena.

Para Coriolano (2008), a autonomia dos indivíduos que constituem a implementação de empreendimentos solidários proporciona a eles que executem as ações de maneira a torná-los independentes e detentores de uma identidade regional que transforma a organização territorial de municípios, bairros ou comunidades, oportunizando o desenvolvimento das potencialidades, tanto humanas quanto naturais, bem como as potencialidades da localidade.

Portanto, as ações de desenvolvimento que se integram aos indivíduos, promovem a construção de solidariedades democráticas, consideradas mais autênticas e efetivas no direcionamento do local, sob a qual as práticas de desenvolvimento local endógeno são organizadas e fomentadas.

2.2 Economia Solidária e Associativismo

O movimento solidário teve sua origem durante as contradições do modo de produção capitalista, particularmente, com o crescimento da pobreza e miséria em razão da acumulação de capital e do desenvolvimento econômico. As indagações levaram os trabalhadores e intelectuais a encontrar alternativas de produção aliadas a cooperação e solidariedade, em oposição ao trabalho assalariado e a competição nas organizações capitalistas.

Ao considerar o conceito de economia solidária sob uma perspectiva histórico-sociológica remonta ao período posterior ao surgimento e à consolidação do capitalismo industrial, fins do século XVIII e início do século XIX. Neste momento, a economia solidária é vista como uma iniciativa regida pela lógica paralela aos princípios da economia capitalista, ou seja, é uma reação involuntária ao empobrecimento dos trabalhadores da época, ocasionado pela difusão das máquinas e da organização das fábricas de produção (SINGER, 2002).

O sistema capitalista concentra seus princípios na individualidade, autonomia, liberdade e apoia-se na lógica de acumulação de lucro, estes foram capazes de proporcionar intenso progresso tecnológico, alterando a natureza sob fins produtivistas, baseando-se no aumento da utilidade social das forças produtivas, bem como na ampliação dos lucros (NUNES, 2009; ARROYO; SCHUCH, 2006). Entretanto, sua prática foi resultando em

desigualdade social e competição entre as forças de trabalho, impulsionando uma situação de ameaças constantes e caos social (BENINI, 2008).

No período de consolidação do capitalismo industrial, os cenários eram marcados por intensa exploração do trabalho, de tal modo que os trabalhadores morriam por pura e simples exaustão física, interferindo na própria reprodução biológica do proletariado. “As crianças começavam a trabalhar tão logo podiam ficar de pé, e as jornadas de trabalho eram tão longas que o debilitamento físico dos trabalhadores e sua elevada morbidade e mortalidade impediam que a produtividade do trabalho pudesse se elevar” (SINGER, 2002, p.24).

Diante deste momento social, surgem as primeiras iniciativas de contestação dos agenciamentos das forças produtivas como meios para obtenção de lucros, ou seja, a racionalidade instrumental do sistema capitalista. Impulsionado principalmente por intelectuais mais esclarecidos, que permaneciam fora da atividade industrial, podem se destacar os franceses Saint Simon e Charles Fourier; e o inglês Robert Owen, por meio dos falanstérios e das aldeias cooperativas, alavancaram as iniciativas direcionadas ao “socialismo utópico”.

Para Motta (1987), as propostas utópicas consideravam a existência de um mundo ideal, dirigido por princípios de igualdade e justiça para todos. No entanto, os seguidores do socialismo utópico não se apoiavam em tais aspirações para conduzir os métodos para organização social. Nunes (2009), aponta que as ações do socialismo utópico eram baseadas na influência constante dos idealizadores, frequentemente intelectuais progressistas, e não na organização autônoma dos trabalhadores.

Intensos movimentos para reprovação ao sistema capitalista aconteceram durante o período, porém, em 1871 uma importante iniciativa chamada Comuna de Paris, organizada pelos próprios trabalhadores, foi considerada a primeira revolução comunista da história. Este centrava-se em um governo regido de forma autônoma pelos trabalhadores, lutando por reformas trabalhistas que só viram a acontecer décadas mais tarde, como um teto de oito horas para jornada de trabalho ou a igualdade de gêneros.

O aspecto motivador das organizações socioeconômicas é baseado nos princípios de igualdade e solidariedade, mas ao analisar do ponto de vista microeconômico, estes empreendimentos apresentam vantagens, principalmente ao viés organizacional, onde os trabalhadores são motivados e possuem mínimos direitos, assim refletindo na produtividade. Porém, ao observar os aspectos que vão além do aspecto microeconômico e organizacional, ou seja, o ambiente macroeconômico e social, encontra-se iniciativas socioeconômicas de caráter igualitário.

O movimento socialista, desde as primeiras iniciativas de Owen e Fourier, pretende construir uma “nova sociedade” fundamentada nos princípios de igualdade e solidariedade, excluindo os princípios do modo de produção capitalista. Dessa forma, entende-se que a fundamentação da economia solidária tem suas origens teóricas também dentro do próprio movimento socialista. Ressalta-se, que não necessariamente a economia solidária deve ser analisada apenas na ótica socialista, esta é uma dentre outras interpretações possíveis (ARRUDA, MARIANI; 2013).

Com isso, ao realizar uma revisão conceitual sobre as concepções que permeiam o tema Economia Solidária, identifica-se uma diversidade de concepções entre os autores, e também não há um senso sobre o que seja a Economia Solidária (CALBINO; PAULA, 2013). Cruz (2006), justifica a falta de consensualidade pelo fato de ser “ uma expressão conceitual em disputa”, cujo significado é “objeto de viva polêmica”, no qual os que defendem o conceito não correspondem ao significado e aqueles que a criticam, certamente, não correspondem as críticas.

Dessa forma, ao se basear nas concepções de alguns autores latino-americanos e europeus que estudam a temática, as diferenças concentram-se desde as definições, origens, marcos fronteiriços e perspectivas epistemológicas sobre a economia solidária.

Com isso, de forma genérica, a economia solidária pode ser apresentada por uma diversidade de atividades direcionadas a geração de trabalho e renda que envolve empreendimentos produtivos e de prestação de serviços, bem como organizações de financiamento, comércio, consumo de bens e serviços oferecidos pelo empreendimento. Esses empreendimentos podem assumir formas variadas de organização, além de apresentar características que diferenciam tanto da atividade econômica capitalista, quanto da economia informal (CALBINO; PAULA, 2013).

As divergências conceituais surgem quando se pretende compreender o surgimento ou ressurgimento da economia solidária. Para os marxistas ortodoxos, o movimento surge na década de 1980, apenas como opção para o setor informal e para a geração de renda para os excluídos da sociedade.

Na visão de Singer (2000), a economia solidaria ressurgiu no final da década de 1980, em contraposição ao período de crise econômica e social, que surgiu com o avanço do neoliberalismo. Para o autor, o ressurgimento acontece, apesar de ficar “desaparecido” por muito tempo, com os movimentos socialistas libertários que impulsionaram a economia solidária.

Outra perspectiva sobre a economia solidária é do autor Santana Junior (2007), este aponta que não houve o surgimento e ressurgimento na década de 1980, mas que a economia solidária se manteve presente desde o início das iniciativas associativistas do século XIX. Para o autor, durante as décadas de oitenta e noventa, a econômica solidária só criou novas formas de manifestação e sua vinculação com os socialistas apenas intensificou o movimento que estava enfraquecido.

Para Calboni e Paula (2013), outro impasse para definições da economia solidária é sua própria etimologia. A economia solidaria teve suas bases no início do século XIX, mas a palavra foi originada no final da década de 1980. Os primeiros autores a utilizar a terminologia foram Razeto, em 1988, que apresentou o termo Economia de Solidariedade, e os escritos de Ema e Laville, em 1992, empregaram o termo Solidary Economy. Porém, a terminologia em português (Economia Solidária) foi propagada a partir de 1996, quando Paul Singer concedeu entrevista ao jornal Folha de São Paulo (LECHAT, 2002). Em sequência a esses acontecimentos, outras terminologias como associações, cooperativas, empresas autogeridas, também fazem parte do ideário da economia solidária.

Na primeira metade do século XIX, após a revolução industrial e início do cooperativismo, quando o desemprego atinge proporções crônicas, a economia solidária, revelando-se uma reação involuntária dos trabalhadores e setores mais pobres diante da consolidação do capitalismo industrial, e de suas ações como a intensa exploração e a insuficiente condição de vida do proletariado (SINGER, 2002). Gaiger (2003) corrobora afirmando que foram inúmeras tentativas para instituir modos comunitários e democráticos de organizar a produção e o consumo, registrados desde o início do século XIX, buscando alternativas para igualdade econômica e à necessidade de assegurar meios de sobrevivência para os trabalhadores.

O movimento sofreu retração durante o século XX, em decorrência das experiências revolucionárias socialistas e desenvolvimento da ação do bem-estar social nas economias capitalistas. Entretanto, após as crises dos anos de 1970 e 1980, com o fim das experiências do socialismo no leste europeu e a aumento das políticas neoliberais, a economia solidária volta a ganhar novos seguidores.

Considerando que o desemprego crônico e a exclusão social como um movimento estrutural e tendencial consecutivo da atuação gerada pelo avanço das forças produtivas dentro da conservação das relações sociais em relação a lógica de acumulação capitalista (MARX, 2008), a economia solidária surge e/ou ressurgir como um movimento contínuo,

apoiado tanto pela sociedade civil quanto pelo governo por meio de políticas públicas, empenhadas a criar alternativas de trabalho e renda.

Em consequência do crescente desenvolvimento do mercado e das economias de diversos países, aumentou-se a necessidade de expandir as atividades econômicas, acarretando o surgimento de novos meios de gestão e organização. Como alternativa para desviar das organizações tradicionalistas apresenta-se os empreendimentos econômicos solidários que relacionam questões de inclusão social e de desenvolvimento socioeconômico (MOULAERT; AILENEI, 2005).

No Brasil, as primeiras manifestações acerca da economia solidária iniciaram-se em um cenário de excessivo desemprego e precarização das condições de trabalho, principalmente na década de 1990. Neste momento, na América Latina, como um todo, prevaleciam políticas neoliberais direcionadas para a privatização das empresas estatais, bem como para a flexibilização e terceirização das relações de trabalho. Sendo assim, nota-se a acirrada inserção dos países latino-americanos no contexto de globalização mercantil, colocando-se na posição de exportadores de bens primários (como bens agrícolas e/ou minerais).

Dessa forma, diante do contexto de desemprego e desregulamentação do trabalho no Brasil, a economia solidária emerge para potencializar os setores populares, como alternativas de renda e ocupação produtiva. Nesta perspectiva, a criação de uma organização que incide sobre os preceitos da economia solidária surge devido ao fator necessidade, de algo que proporcionasse subsistência.

O progresso da economia solidária é resultando da junção de dois movimentos específicos no Brasil. Por um lado, o surgimento da excessiva mão de obra com mudanças em relação ao ciclo de industrialização nacional. Diferente dos períodos anteriores, observa-se o ineditismo do rápido avanço do proletariado da antiga classe operária industrial e no de aburguesamento da classe média. Fica evidente, já que é o excedente de força de trabalho qualificado, não imigrante rural e aculturado pela disciplina do trabalho sistematizado. De outro lado, um conjunto de militantes sociais críticos e empenhados na construção de alternativas de organização social e laboral no Brasil. O movimento composto por representante de múltiplas ideologias, interessados em impulsionar a camada excluída da sociedade, e propor novas direções de geração de trabalho, renda e mudança de qualidade de vida (POCHMANN, 2004).

Com o tempo e a intensificação dos processos que envolviam organizações populares fundamentados pela economia solidária, surgem tentativas de institucionalização de tais

práticas, resultantes de políticas de governos nacionais e regionais. A economia solidária em tempos atuais persiste na influência do Estado agindo na diminuição das desigualdades sociais e geração de renda, bem como na adesão democrática dos indivíduos aos princípios solidários.

Especificamente no Brasil, a economia solidária aparece presente em múltiplos setores da sociedade por meio: a) do Governo Federal, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária; b) das agências de fomento a empreendimentos solidários, através dos Pronincs, Fineps³; c) dos projetos de extensão de universidades e prefeituras, com a criação de Incubadoras de Empreendimentos Solidários; d) das feiras e clubes de trocas; e) das finanças solidárias – com a criação de diversos bancos comunitários; f) das Redes de economias locais; g) das associações, cooperativas populares e organizações comunitárias espalhadas por todos os Estados do Brasil (SENAES).

Segundo dados da Secretaria Nacional de Economia Solidária (2007), até o final do ano de 2007 constatou-se mais de 21.578 iniciativas caracterizadas por empreendimentos solidários. Conforme dados da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), a experiência de economia solidária, ainda que multiformes, possui quatro princípios básicos conforme o quadro 2:

Quadro 1: Princípios básicos da economia solidária.

Cooperação	Existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária. Envolve diversos tipos de organização coletiva: empresas autogestionárias ou recuperadas (assumida por trabalhadores); associações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo; grupos informais produtivos de segmentos específicos (mulheres, jovens etc.); clubes de trocas etc. Na maioria dos casos, essas organizações coletivas agregam um conjunto grande de atividades individuais e familiares;
Autogestão	Os/as participantes das organizações exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses, etc. Os apoios externos, de assistência técnica e gerencial, de capacitação e assessoria, não devem substituir nem impedir o protagonismo dos verdadeiros sujeitos da ação;
Dimensão Econômica	É uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo. Envolve o conjunto de elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais;
Solidariedade	O caráter de solidariedade nos empreendimentos é expresso em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

Fonte: MTE/SENAES, 2010.

Segundo a SENAES, são inúmeras iniciativas e múltiplas as denominações das práticas sociais como: economia solidária, economia popular, economia do trabalho, economia da comunhão, socioeconômica, associativismo, cooperativismo, comércio justo, economia moral, entre outras organizações que se encaixam nas seguintes especificações:

a) coletivas e supra familiares (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas etc.), cujos participantes são trabalhadores dos meios urbano e rural que exercem a autogestão das atividades e da alocação dos seus resultados.

b) permanentes (não são práticas eventuais). Além dos empreendimentos que já se encontram implantados, em operação, devem-se incluir aqueles em processo de implantação quando o grupo de participantes já estiver constituído definido sua atividade econômica.

c) que podem dispor ou não de registro legal, prevalecendo a existência real ou a vida regular da organização. Que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. As atividades econômicas devem ser permanentes ou principais, ou seja, a razão de ser da organização.

d) são singulares ou complexas. Ou seja, deverão ser consideradas as organizações de diferentes graus ou níveis, desde que cumpridas as características acima identificadas. As organizações econômicas complexas são as centrais de associação ou de cooperativas, complexos cooperativos, redes de empreendimentos e similares (MTE/SENAES, 2010).

Para Singer (2003), a economia solidária é fundamentada nos princípios básicos da posse coletiva dos meios de produção, gestão democrática do empreendimento, repartição da receita líquida entre os integrantes, destinação do excedente anual, lembrando que os critérios são decididos e negociados em comum acordo por todos os envolvidos. Na economia solidária os trabalhadores se unem em redes e/ou cooperativas de produção e comercialização, nas quais são sócios ou proprietários do negócio, diferente das organizações privadas que o trabalhador é assalariado. Os empreendimentos econômicos solidários geralmente são originados em prol da melhoria de condições de vida, inserção social, geração de trabalho e renda para pessoas que estão à margem da sociedade (LADEIA; CARVALHO; FARIA, 2009; AZAMBUJA, 2009).

As organizações solidárias almejam estabelecer ganhos que não fiquem limitados à dimensão econômica, desejam incorporar elementos simbólicos, do imaginário e da subjetividade humana, sendo eles, autoestima, afinidade com o trabalho e com o grupo,

autonomia e os direitos de cidadãos e a valorização das relações sociais e humanas (SINGER, 2003). A criação e consolidação de uma economia alternativa, como a economia solidária, provocam efeitos nos participantes, visto que eles ficam cada vez mais motivados a expandir movimentos e projetos relacionados à temática (POCHMANN, 2004; BERTUCCI, 2010).

A maioria de EES produz bens e serviços direcionados a atender a demanda dos consumidores locais. Os EES vendem e compram não apenas de organizações com sistemas tradicionais, mas também de outros trabalhadores e empreendimentos da economia solidária. Além disso, os EES que atuam na produção de bens e serviços diferenciados, são intensivos em mão de obra e baixo investimento em capital.

Arruda (2003) é um dos principais apoiadores da criação de outro modelo socioeconômico e produtivo, defende um modelo capaz de gerar mudança no plano de valores humanos, que pensem além das questões econômicas, e utiliza a nomenclatura socioeconômico solidário para justificar a escolha. Entretanto, considera-se que o conceito de economia solidária, teoricamente, seja a modalidade mais desenvolvida e adotada, além de ser reconhecida pelos gestores públicos (CATTANI, 2003; SANTOS, 2002).

Outra globalização começa a surgir como respostas a iniciativas neoliberal, essa é composta por redes e alianças que percorre diversos movimentos sociais, com a finalidade de diminuir as exclusões sociais, direitos humanos, meio ambiente, desemprego, violência entre outras (SANTOS, 2002). Santos (2002), defende a ideia da emancipação social, apoiada em movimentos e organizações sociais de naturezas diferentes, com objetivo comum, idealizar uma sociedade mais justa e humanizante, baseada em modelos de desenvolvimento com foco na inclusão.

As motivações econômicas solidárias, podem surgir espontaneamente por meio dos trabalhadores que se encontram em diversas situações, como: quando perda de emprego e formam pequenas unidades produtivas, pequenos produtores formam redes de compra e venda, ou diferentes formas de agricultura familiar, outras formas podem surgir com o apoio externo, como redes de comércio justo, incubadoras, clubes de troca e de microcrédito, entre outras alternativas compartilham dos princípios da economia solidária (CATTANI, 2003).

Segundo Singer (2003), a economia solidária contrapõe a ditadura do capital e ao poder ilimitado que o direito de propriedade propõe, igualmente, a desigualdade originada por essas atividades abalam a estrutura democrática base das sociedades modernas, o resultado é um espaço polarizado e insustentável. Para o autor, a economia solidária é um modo de produção, no qual seus princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. Utilizar desses princípios une todos de uma classe de

trabalhadores que usam igualmente o capital, a consequência natural é a solidariedade e a igualdade (SINGER, 2002).

Destarte, a complexidade em utilizar o termo modo de produção, criado por Marx, é que possui significados de dimensões diferente (BOTTOMORE, 1988). Na economia solidária, quando os empreendimentos são comparados com empresas capitalistas, e analisados sobre a perspectiva das relações sociais de produção (relações de propriedade e relações de distribuição), logo é perceptível sua distinção. Em empreendimentos solidários, a propriedade dos meios de produção pertence aos próprios trabalhadores, não existe trabalho assalariado e os trabalhadores participam das decisões gerenciais bem como na divisão das sobras, não dos lucros da empresa.

Esses empreendimentos se diferenciam dos adotados no sistema capitalista por não distinguirem o trabalho da detenção de meios de produção. Assim, a divisão do trabalho é igualitária e as atividades são desenvolvidas com a mesma frequência pelos integrantes, ou seja, de maneira coletiva e democrática, são responsáveis por gerirem os processos administrativos e produtivos, bem como, cada colaborador tem o direito de voto nas tomadas de decisões do empreendimento (LECHAT; BARCELOS, 2008; SINGER, 2008).

Compartilha com as empresas capitalistas apenas a produção de mercadorias, dessa forma a economia solidária se aproxima do que Marx chamou de produção simples de mercadorias, e está inserida na própria sociedade capitalista (PITAGUARI, 2010). Além disso, ocupa um lugar dentro da própria sociedade capitalista, igual as sociedades feudais e escravistas, que participavam da produção simples de mercadoria.

Os empreendimentos solidários, muitas vezes necessitam de insumos produzidos na economia capitalista e seus produtos precisam ser comercializados para empresas capitalistas, sendo assim, entende que não se constituem em uma economia independente, e pouco se aproxima de uma forma de produção dominante ao ponto de estabelecer a forma jurídica e política de existência da sociedade. Diante das diversas formas de produção, há a dificuldade de consolidar uma posição sobre o modo de produção, as empresas capitalistas assim como os empreendimentos solidários estão sujeitos a falência, este último ainda, pode assumir formas capitalistas de produção e gestão (GAIGER, 2003; PITAGUARI, 2010).

Mesmo com as dificuldades de consolidação, quando bem estruturados, os empreendimentos solidários são capazes de não reproduzir relações capitalistas no seu interior, por se tratar de uma alternativa para o desemprego e melhor a qualidade de vida, ressalta-se o caráter cognitivo dos trabalhadores, que partilham de sentimentos de cooperação e confiança mútua, além dos princípios básicos de solidariedade, igualdade, democracia e

responsabilidade fundamentais para o desenvolvimento do empreendimento (GAIGER, 2003).

A economia solidária, não é exclusivamente a forma de sobrevivência dos indivíduos mais pobres ou desempregados, mas sim, alternativa à produção tipicamente capitalista. A economia se estabelece a partir da ajuda, comunhão, entre os indivíduos para constituição de empreendimento coletivos (ARROYO; SCHUCH, 2006). Para Singer, o modo de produção, circulação e distribuição de bens e serviços, é constituído pelo princípio da unidade entre trabalho cooperativo e propriedade cooperativa dos meios de produção, direcionada a subsistência e inserção social dos trabalhadores.

Para Pitaguri (2010), com a consolidação da economia solidária suas proporções podem variar, alcançando índices baixíssimos, até desaparecer ou avançar para o modo de produção evoluído e complexo, caso supere o capitalismo no desenvolvimento das forças produtivas. Complementa que, para alcançar a última perspectiva, é necessário que os envolvidos (trabalhadores, pesquisadores, gestores públicos, entre outros) com a economia solidária se tornassem uma classe social dominante, assim como os empresários assumiram na revolução industrial e das revoluções que deram origem ao capitalismo.

Para Marx (1982) e seus discípulos, a revolução socialista seria liderada pela “classe operária”, a qual teria que se organizar enquanto classe, estruturando um partido político próprio, para tirar o poder de Estado da burguesia, destarte socializar os meios de produção.

As distinções entre o modelo de empresa capitalista e empreendimento solidários, mesmo com inumeráveis particularidades, podem se agrupar em quatro pontos principais: 1) na empresa capitalista, a participação dos sócios nas decisões equivale a sua quota de capital, enquanto nas solidárias todos gerenciam igualmente o empreendimento, ou seja, todos os sócios possuem o mesmo poder de decisão; 2) No modelo capitalista, os lucros são repartidos conforme número de ações. No modelo solidário pressupõe a repartição igualitária das sobras; 3) Os sócios na empresa capitalista, podem participar ou não das atividades da empresa, entanto na solidária obrigatoriamente os sócios exercem uma atividade no empreendimento; 4) No modelo capitalista, pode empregar novos integrantes que não sejam sócios, assalariados. No modelo solidário, é incomum a utilização da mão de obra assalariada, mas não impede que outras pessoas sejam sócias do empreendimento.

Singer (1998) é adepto a um modelo favorece o desenvolvimento humano integral e solidário, no cumprimento de um consumo consciente e racional. Buscando a liberdade do homem para outras atividades, que vá além da sobrevivência material. Para o autor, este modelo é amparado na autogestão. A principal característica de uma empresa autogestionária

é o gerenciamento, sendo este realizado pelos próprios trabalhadores, no qual votam para formação da diretoria, conselho de gestão e possuem cotas iguais (SINGER, 1998; MANCE 1999). Nesse sistema, os trabalhadores precisam ter no mínimo 51% do capital acionário das empresas, e tomam decisões referentes a investimentos, pagamentos, fornecedores, clientes e do processo produtivo. Para Mance (1999), possui duas principais formas de empresas autogeridas, as cooperativas e as associações.

Singer (2002), afirma que a principal diferença dos modelos capitalistas e solidários é a separação entre capital e trabalho, respectivamente. No primeiro caso, os trabalhadores não são sócios ou donos, exceto quando os proprietários exercem a função gerencial, ao invés de profissionais especializados, baseando sua gestão no modelo chamado hierárquico, ou seja, os níveis de autoridade e decisão são de cima para baixo. No caso da solidária, os trabalhadores são os proprietários, responsáveis por ela e participantes dos resultados econômicos no modo igualitário, orientadas por democracia e autogestão.

Em pequenos empreendimentos solidários as decisões correm por meio de assembleia com a participação de todos os trabalhadores, já nas de grande porte, as decisões rotineiras são responsabilidades dos encarregados e gerentes, eleitos pelos sócios, no entanto, as decisões mais importantes acontecem em assembleia com a presença de todos os sócios e decididas democraticamente (SINGER, 2002).

Nota-se que um dos elementos que caracterizam os empreendimentos solidários, é o modo gestor. Nas empresas capitalistas, predomina o fenômeno da heterogestão, chamados de modelos hierárquicos, reforçando o caráter hierárquico e desigual referente a posse do capital.

Para Benini (2008), a heterogestão tem como característica predominante a divisão do trabalho, fragmentado em pequenas tarefas, como a divisão entre os que coordenam/dirigem dos que executam/trabalham, bem como na divisão dos conhecimentos dos processos de produção e nas relações de trabalho entre as pessoas, ou seja, cada trabalhador se limita a se relacionar apenas com os colegas que executam as tarefas similares.

A heterogestão apresenta eficiência na rapidez e flexibilidade de retorno em relação às demandas, fatores importantes diante da competitividade do mercado, além disso, fica evidente que os níveis de autoridade, entre os quais as informações são transmitidas de baixo para cima e as ordens e instruções de cima para baixo (SINGER, 1998). Uma vez que priorizasse a rapidez na tomada de decisão, que se dá em razão da centralidade do poder, sendo controlada por um único dono, presidente ou diretoria (PITAGUARI, 2010). Neste

contexto, entende-se que a assimetria das informações e das relações de poder, onde os maiores detentores do poder de decisão obtêm maior “vantagem competitiva”.

Quando a empresa é grande e complexa, pressupõe que os trabalhadores do nível mais alto da hierarquia conhecem o funcionamento da empresa como um todo, conseqüentemente sabendo controlar e tomar a decisão com precisão. Porém, a competição que pode ocorrer entre os setores, pode prejudicar a transparência das informações, e a hierarquia pode causar conflitos na execução e implementação de mudanças (SINGER, 2002).

Além disso, a heterogestão apresenta dois enfoques diferentes, por um lado direcionado a concorrer para canalização de energias e redução de custos com finalidade de maximizar os lucros; e por outro lado provocar a luta entre trabalhadores pela obtenção e/ou restrição de informações estratégicas, prejudicando o bom funcionamento da organização (ARRUDA; MARIANI, 2013).

Ao analisar a heterogestão, conseqüentemente, remete-se a alienação da força de trabalho. Compreendida como uma funcionalidade do capital, em que o trabalhador é dominado pelas condições de trabalho sem exercer poder algum, a alienação é resultado da máxima separação do trabalhador com relação aos meios de produção, assim como em relação às mercadorias que resultam de seu trabalho (NOVAES, 2010, MARX, 2004).

Dessa perspectiva, entende-se que o sistema capitalista em junção a alienação do trabalho, reflete na heterogestão, que se torna elemento catalizador das relações de alienação do trabalho, ou seja, das relações de acumulações de capital via reforço das tônicas capitalistas excludentes (ARRUDA; MARIANI, 2013).

Características das empresas econômico solidárias, a autogestão, atribui às decisões para o coletivo melhora sua qualidade, a multiplicidade de agentes envolvidos a enriquece, por compartilhar experiências e atitudes, além disso, contribuir para que os trabalhadores tenham mais responsabilidade e comprometimento em relação à empresa, ou seja, as decisões são tomadas democraticamente (SINGER, 2002). Neste modo de gestão, o trabalho é executado sob uma perspectiva integral, na qual os trabalhadores possuem os meios de produção e as mercadorias resultantes de seus trabalhos, em contraposição aos preceitos alienantes do sistema capitalista hierárquico.

Em contrapartida, a tomada de decisão é mais lenta, já que é realizada através de debate democrático e participativo, diminuindo a competitividade entre os empreendimentos, fato desfavorável já que as mudanças de demanda e oferta acontecem rapidamente (SINGER, 2002). No entanto para Benini (2008), a autogestão se caracteriza por restabelecer os laços de solidariedade que pertencem ao processo produtivo, através da transparência da gestão,

divisão do poder e dos ganhos e também pela participação ativa dos sócio-trabalhadores durante a execução das tarefas.

Dessa forma, compreende que as pequenas decisões são caracterizadas como rotineiras, e podem ser decididas de forma mais rápida, por uma única pessoa ou grupo, enquanto as grandes decisões, além de não acontecerem rotineiramente, necessita de estratégias bem definidas, e isto, requer um tempo maior. A complexidade de não encontrar uma forma organizacional coerente aos princípios solidários e que apresente viabilidade e eficiência econômica e gerencial, incita o desejo de empreender a um grupo inativo e marginalizado. Com isso, o desafio de conseguir superar uma cultura de passividades, alienação e de baixa autoestima, para incorporar a condição de proativa, autônomo, autoconfiante, para aqueles que almejam fazer parte do empreendimento solidário (SINGER, 1998).

Outro desafio a ser enfrentado nos empreendimentos da economia solidária, é o individualismo que cada integrante carrega dentro de si, e precisa ser superado para trabalharem de forma coletiva e solidária (SINGER, 1998). Nota-se que própria sensação de “sentir-se dono” do empreendimento, cercado de democracia de decisão, fazer parte de momentos importante do empreendimento, detentor de meios e dos fins do produto de seu trabalho, agregam elementos que impulsionam a promoção de bem-estar dos indivíduos (NETO, 2005). Apesar da competição ser um ponto importante, para elevar qualificação e incentivar o crescimento da produtividade, a competição exacerbada pode atrapalhar o desempenho da empresa (SMITH, 1983; SINGER, 2002).

De acordo com o mapeamento realizado em 2007, pelo SENAES, a maioria dos empreendimentos solidários no Brasil foram caracterizados como associações. A criação de uma associação é impulsionada em defesa a um bem comum, na América Latina, devido o interesse renovado nas propostas de reativação da chamada "economia solidária", estimularam o setor da economia e correspondem formas diversas de produção associativa (SINGER; SOUZA, 2000).

Por associação, compreende-se a tradução em atos do princípio de solidariedade que se transmite pela referência a um bem comum, valorizando atribuições herdadas, no caso da solidariedade tradicional, ou pertencas construídas, no caso da solidariedade moderna filantrópica ou democrática (CHANIAL; LAVILLE, 2009).

O associativismo é uma possibilidade para impedir que o regime democrático liberal se degenere, o elo entre sujeitos que individualmente são fragilizados, é a chance de colocar em prática ações coletivas (FRANTZ, 2002; GANANÇA, 2006). A origem associativa é

condicionada pelo sentimento de que a defesa de um bem comum, isto é, supõe a ação coletiva. Caracterizado pelas reivindicações civis, pelas ações localizadas e temporais, que envolve as dimensões políticas e socioeconômicas para conquista da melhor qualidade de vida e defesa da cidadania (LEONELLO, 2010).

Em sentido genérico, abrange tanto as formas jurídicas associativas, como as cooperativas e mutualistas, apresentam sociologicamente um local que opera o acesso, graças a um encontro interpessoal, entre redes de socialidades primárias e secundárias, e também das esferas privada e pública. O vínculo direto ultrapassa o contrato entre pessoas, e busca a aquisição de finalidades em comum, cria hábitos de colaboração e solidariedade (GANANÇA, 2006; CHANIAL; LAVILLE, 2009). Contribuindo para a construção de uma sociedade mais digna, que tenham sua identidade fortalecida.

Segundo Frantz (2002, p. 1), ” o associativismo, é um fenômeno que pode ser detectado nos mais diferentes lugares sociais: no trabalho, na família, na escola etc. No entanto, predominantemente, a organização associativa, é entendida com sentido econômico e envolve a produção e a distribuição dos bens necessários à vida”.

O associativismo representa a transformação da democracia, a qualidade e o caráter associativo se confirmam em torno de manifestações realizadas entre pessoas e/ou grupos de forma regular, mas não necessariamente contínua, para suprirem as demandas, apresentam um modo de colocar em prática a cidadania, independentemente dos resultados alcançados ou do modo como elementos estão agrupados ou associados, constituindo-se, assim, uma prática democrática (ALBUQUERQUE, 2003; CHANIAL; LAVILLE, 2009; FRANTZ, 2012).

As percepções que carrega o termo associativismo, designa a prática social de criar e gerir associações. Essas organizações são providas e autonomia e organismos de gestão democrática, como, assembleia geral, direção, conselho fiscal, em contraponto, defende a processo não lucrativo, livre de finalidades individuais para obtenção de objetivos comuns (LEONELLO, 2010).

No entanto, esta não é uma prática contemporânea, as primeiras manifestações aconteceram no final do século XVI, no início da Revolução Industrial, impulsionadas por um grupo de trabalhadores (SINGER, 1998). Dessa forma, o associativismo, propõe um conjunto de práticas sociais que estão sendo datadas e localizadas historicamente, que apresenta a autonomia do “nós”, considerando a cooperação entre os indivíduos, já que se baseia em práticas sociais na reciprocidade, na confiança, na pluralidade e no respeito mútuo (ALBUQUERQUE, 2003).

Este movimento social, age coletivamente, segundo o pressuposto da ação social que constituem no conhecimento concreto e derivam do significado dado às intenções ou às ideias que motivam o grupo, igualmente, procura superar dificuldades em função de um interesse comum e que, na maior parte das vezes, revela-se sem fins lucrativos (ALBUQUERQUE, 2003; CANTERLE, 2004).

No entanto, de forma ampla, as associações são colocadas como um espaço de interação interpessoal, envolvendo diversas esferas sociais, isto é, ultrapassa o contrato entre as pessoas (LAVILLE, 2004). As organizações associativas abrigam um sistema complexo de interações sociais, diante da dinâmica das relações surgem ações econômicas, política, constituindo-se em processos de aprendizagem e estruturas de poder (CANTERLE, 2004). Trata-se de um processo baseado na pluralidade que não tem pretensão de verdade, entretanto, busca um consenso sobre as divergências, de forma que os resultados das decisões se pautam por princípios éticos (ALBUQUERQUE, 2003).

Frantz (2002) ressalta que o associativismo promove um debate permeado de pontos e contrapontos onde o diálogo é encaminhado para reconstrução, para o desenvolvimento. Souza (1993), complementa que é fundamental colocar o desenvolvimento humano como protagonista de qualquer tipo de desenvolvimento e principalmente do chamado desenvolvimento econômico. O econômico não existe sem o social, o social é fundante, determinante, a econômico é derivado, resultado, subordinado.

Souza (1995), aponta três fatores fundamentais para viabilizar o associativismo, o primeiro, está relacionado com a definição concreta e sistematizada dos interesses comuns, o segundo, analisa as limitações e as possibilidades de cada indivíduo e o terceiro, se refere ao aprofundamento e avaliação da prática participativa. Dessa forma, o ato de associar vai além da busca por benefícios, mas sugere criar em conjuntos uma nova realidade.

Canterle (2004) assinala que a problemática ao fomento do associativismo está em captar as contradições e organizar os indivíduos, uni-los e engaja-los harmoniosamente para que resultados coletivos sejam alcançados. Segundo Frantz (2002), reconhecer o desempenho humano como impulsor do desenvolvimento humano cria espaço à cultura, à educação, aos valores. Como consequência, recoloca a questão do desenvolvimento nos espaços locais, nas proximidades humanas, nos relacionamentos interpessoais, nos espaços do associativismo e das práticas cooperativas

Para Canterle (2004), as organizações associativas abrigam um complexo sistema de interações sociais que se constroem diante das necessidades, das intenções e interesses dos indivíduos que cooperam no sentido de fazer frente as fragilidades. Dessas relações surgem

ações no meio econômico, político, constituindo-se em processos de aprendizagem e estruturas de poder.

Deste modo, a associação ou associativismo, vai além da realização dos objetivos comuns estabelecidos mutuamente pelos indivíduos, outra vertente está na repartição do ganho, na união dos esforços e na concretização da ação coletiva que tem na cooperação qualificada a implementação de um modo de agir coletivo (ALBUQUERQUE, 2003). Assim sendo, o associativismo instrumentaliza as ferramentas que concretizam as demandas sociais e que aproximam os homens da busca por autonomia em promoção do desenvolvimento local. E a cooperação, por sua vez, altera o comportamento e oportuniza a incorporação de novos conhecimentos (LEONELLO; COSAC, 2009).

Ao tentar explicar o agir associativo a partir de motivações utilitárias só pode resultar em incertezas, o mesmo acontece com as abordagens acerca do terceiro setor referentes à economia neoclássica, que visam interpretar a vantagem corporativa das associações via imposição de não-lucratividade. Diante das percepções, o comportamento relapso dos fomentadores torna o sinal de confiança que convence os usuários a recorrer aos seus serviços, ou seja, os usuários desejam que a preservação do seu interesse seja garantida pelo comportamento altruísta dos empreendedores das organizações não-lucrativa (CHANIAL; LAVILLE, 2009).

Sendo assim, entende-se que o associativismo pode ser caracterizado e incorporado de diversas maneiras, assim, como teoria social, baseia-se em dois postulados: por um lado, a defesa de uma economia de mercado baseada nos princípios não capitalistas de cooperação e mutualidade e, por outro, a crítica ao Estado centralizado e a preferência por formas de organização políticas pluralistas e federalistas que deram um papel central a sociedade civil (HIRST, 1994).

Para Chaniel e Laville (2009), apenas uma teorização que considere a solidariedade como um princípio de ação coletiva independente, diferente do agir instrumental e estratégico, tem condições de entender a originalidade do que se transmite nas práticas associativas. Sendo assim, a solidariedade remete à liberdade positiva de se desenvolverem práticas cooperativas e ultrapassa, por buscar condições intersubjetivas da totalidade pessoal, a lógica do interesse.

Enquanto na perspectiva de ação social, o associativismo, possui três dimensões, no qual a primeira, rejeita a lógica economista que restringe o fazer humano à busca racional do interesse próprio e a ação cooperativa de ter como finalidade o lucro máximo. A segunda aponta a necessidade de entender a lógica social hegemônica e não se deixa seduzir por suas

noções, pensar a cooperação como um espaço social plural e não instrumentalizante, e a terceira dimensão refere-se à ética, ou seja, interdependência existente em cada agir individual, já que cooperar é um processo frágil, que pode haver falhas independente dos propósitos (ALBUQUERQUE, 2003).

Transformar a participação individual e familiar em participação grupal e comunitária se apresenta como uma alavanca, um processo que eleva a capacidade produtiva e comercial a todos os associados, alocando-os em melhor situação para viabilizar suas atividades, além de gerar a troca de experiências e a utilização de uma estrutura comum além da possibilidade de motivar o potencial de cada um e, conseqüentemente, obter maior retorno financeiro por seu trabalho (SANTOS, 2002; FRANTZ, 2012).

A adesão a um bem comum não é suficiente para se constituir os elementos necessários a uma ação duradoura, já que ela deve ser seguida de um acordo sobre princípios de justificativa. Em que, os princípios assumem a forma de lógicas institucionais quando oferecem regras viáveis nos requisitos de: prestações; relações com membros e usuários; recrutamento e formação; representação e expressão dos voluntários e dos assalariados (CHANIAL; LAVILLE, 2009).

Nessa perspectiva, compreende-se que o associativismo é utilizado com estratégia para melhorar as condições de vida de uma determinada população (MANÇANO, 2008), visto que estão incorporados a uma sociedade cada vez mais competitiva e individualistas, as associações oferecem instrumentos e induz a incorporação de novos conhecimentos, e ajuda mútua a seus associados (ALENCAR, 1997).

A cada ano, surgem e desenvolvem milhares de associações, nas quais criam novos espaços de definição e de exercício da cidadania, instituindo redes de solidariedade e ajuda mútua às margens do Estado ou do mercado (CHANIAL; LAVILLE, 2009). A associação se traduz em um “fato de sociedade”, a própria noção de associação permanece insuficientemente problematizada em sua singularidade, salientado que o ato de se associar interpela pontualmente as categorias sociológicas fundamentais de análise.

Com isso, se a relação da associação é irreduzível tanto a cálculo de interesse quanto aos jogos e relações de poder, conseqüentemente indica outra modalidade do lado social e política, a solidariedade. Por esse motivo, as práticas associativas, bem como as formas resultantes (mutualidades, cooperativas, sindicatos, associações. Etc.) constituem uma política chamada, associacionismo (CHANIAL; LAVILLE, 2009).

As associações civis auxiliam para a eficácia e estabilidade do governo democrático, não apenas por causar efeitos “internos” sobre o indivíduo, mas também em razão dos efeitos

“externos” que causa sobre toda a sociedade. Para Leonello e Cosac (2009), poderiam ser consideradas “escolas de civismo, de convivência democrática, de colaboração e de aplanamento de posicionamentos mais radicalizados com relação à normalidade e à estabilidade social e cultural vigentes”.

As associações civis auxiliam para a eficácia e estabilidade do governo democrático, não apenas por causar efeitos “internos” sobre o indivíduo, mas também em razão dos efeitos “externos” que causa sobre toda a sociedade. As perspectivas se constroem sobre um modelo de sociedade que almeja igualdade, sustentabilidade, indivíduos livres, emancipados, responsáveis pelos próprios negócios. O modelo associativista, incita a geração de solidariedade social, com custos políticos e econômicos reduzidos.

São inúmeras as iniciativas de economia solidária, na qual surge como modo de produção e distribuição alternativa ao capitalismo, criado e recriado circunstancialmente por aqueles que se encontram, ou temem ficar marginalizados no mercado de trabalho. Este modo de produção, uni o pressuposto da socialização dos meios capitalista com o uso e a posse dos meio produção e distribuição (SINGER, 2003).

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O método de pesquisa utilizado neste trabalho foi o estudo de caso. Segundo YIN (2015), três condições são analisadas para a escolha de um método, sendo elas “a) o tipo de questão de pesquisa proposto; b) a extensão do controle que um pesquisador tem sobre os eventos comportamentais reais e; c) o grau de enfoque sobre eventos contemporâneos em oposição aos eventos totalmente históricos” (YIN, 2015, p.09).

Por estudo de caso, entende-se uma investigação empírica, que ressalta a importância da prévia estruturação de proposições teóricas para coordenar o desenvolvimento do processo de coleta e análise de dados. Essa metodologia de pesquisa pode ser ajustada em diversas áreas da ciência, contribuindo para disseminação de novos conhecimentos, além disso, o estudo de caso é limitado a uma ou poucas unidades com o intuito de aprofundar e detalhar os fatos ocorridos (VERGARA 2009; YIN, 2001).

Este método não corresponde a uma amostragem que deseje generalizar populações ou universos (generalização estatística), assim como os experimentos, por outro lado, oportuniza a generalização de proposições teóricas (YIN, 2001). A técnica de estudo de caso é um fenômeno real e incapaz de sofrer qualquer tipo de interferência por parte do pesquisador, sendo impossível de alterar os resultados.

Com o crescente desenvolvimento dos empreendimentos solidários no Brasil, assim como da própria fundamentação teórica de economia solidária, visando a melhoria da qualidade de vida da população, além da geração de trabalho e renda, se oportunizou a necessidade de aprofundar a pesquisa em empreendimentos com essas características. No caso do presente trabalho, uma central de comercialização, refere-se a um complexo de empreendimentos que se fundem com a finalidade de alcançar níveis maiores de comercialização, qualidade de vida e geração de renda.

Para a conclusão de um trabalho científico, a definição de um método é imprescindível para o pesquisador, já que delimita durante o processo da pesquisa as fases a completar. Assim, nomeia-se de “método” o percurso percorrido para se atingir um determinado objetivo (FERRARI, 1982; CERVO; BERVIAN, 2002). Richardson (2008), corrobora, ressaltando a importância de não confundir o método com a metodologia, pois, esta, consiste em procedimentos e diretrizes específicas utilizadas, exclusivamente, por cada método.

O termo método pode ser utilizado para descrever a forma na qual as tarefas diárias e rotineiras são realizadas, mesmo que elementares e simples. Assim, vale para a implementação das ações humanas cotidianas obter um planejamento próprio, praticado por

métodos, independente da complexidade. Destarte, na ciência, o método não deve ser descartado no estudo de um fenômeno ou caso específico, pois o pesquisador organiza sua linha de investigação por meio de um método específico, analisando detalhadamente sobre os caminhos a serem percorridos, com a finalidade de esclarecer os trajetos percorridos para atingir as metas e objetivos predefinidos (ZANELLA, 2009).

Nessa perspectiva, o modo de proceder metodologicamente ou o procedimento metodológico, indicará os processos que o pesquisador deve utilizar para alcançar os resultados. Portanto, a clareza na definição dos procedimentos garante ao pesquisador maior fluidez na técnica de pesquisa, bem como aumentar a credibilidade do trabalho.

Porém, visto que existem inúmeras definições e variados tipos de métodos, o mesmo ocorre com as inúmeras linhas de pensamentos nas ciências sociais, reflexo da evolução histórica e dos diferentes paradigmas teóricos da ciência (ZANELLA, 2009). Em consequência, cada autor possui uma visão própria que permite enxergar e analisar a realidade. A seguir, apresenta-se a descrição dos procedimentos metodológicos, escolhidos adequadamente para o desenvolvimento da pesquisa.

3.1 Natureza da Pesquisa

Quanto às características da pesquisa, esta é definida como exploratória e descritiva. Pertence a estas características, já que sua finalidade é ampliar conhecimentos sobre determinado objetivo, e com isso colaborar com o avanço de outras pesquisas. A pesquisa exploratória é utilizada em situações que o tema é pouco explorado, buscando informações que possam contribuir com informações diante de um problema ou hipótese de pesquisa, ou seja, encontrar dados e informações sobre as especificidades do determinado problema ou questão (COLLIS; HUSSEY, 2005).

A pesquisa é descritiva, pois se propõem a descrever os comportamentos dos objetos em estudo, nesse caso, os empreendimentos solidários do município de Campo Grande, associados a Central de Comercialização de Economia Solidária de Campo Grande (MS), assim como a própria central, e a compreensão do sistema de comercialização (ROESCH, 2009). Dessa forma, a pesquisa descritiva evidencia as características de determinada população ou fenômeno, define correlações entre variáveis e estabelece sua natureza, entretanto, não lhe cabe explicar os fenômenos que descreve, mas serve de base para tal explicação (VERGARA, 2000).

Em relação ao processo, esse trabalho tem uma abordagem qualitativa. Compreendida como o método subjetivo, que tem a habilidade de identificar a relação entre o

objeto em estudo e os processos metodológicos já definidos, sugerindo uma abordagem interpretativa e naturalista (FLICK, 2009). Para Dias e Silva (2010), a abordagem qualitativa é realizada por meio de observações, utilizando instrumentos de coleta de dados como questionários, entrevistas e documentos. O objetivo é compreender seus comportamentos e suas interações sociais diante de situações distintas, desta forma, pode-se referir a pesquisa sobre vivência das pessoas, comportamento, experiência e emoções (DENZIN; LINCOLN, 2000). Creswell (2010) assegura que a abordagem qualitativa utiliza percepções filosóficas, métodos de investigação, instrumentos de coleta e análise de considerações particulares para o desenvolvimento da pesquisa.

Para Godoy (1995), a abordagem qualitativa proporciona a análise das formas empíricas, inseridas no ambiente natural. Dessa forma, o universo da pesquisa ou população, deve ser um conjunto de pessoas ou organizações escolhidas com o propósito específico dentro do estudo (COLLIS; HOUSSEY, 2005; ROESCH, 2005).

Entretanto, podem aparecer empecilhos capazes de dificultar o acesso a essa população, como, por exemplo, identificar sua proporção, custos e ao tempo direcionado à sua dimensão. Em razão disso, uma opção proposta aos estudiosos é a utilização de amostras, que é uma parcela retirada de uma população que se espera pesquisar, tornando viável a realização de muitos estudos. Uma amostra, logo, é constituída por alguns dos membros de uma população (COLLIS; HOUSSEY, 2005; ROESCH, 2005). A amostra, consistiu em três entrevistas realizadas com integrantes da Central, escolhida por tipicidade, que consiste em selecionar elementos que o pesquisador considere representativo da amostra ou população, que seja capaz de extrair suas especificidades (VERGARA, 1998).

Neste sentido, Godoy (1995), aponta características básicas da pesquisa qualitativa, que estão estreitamente ligadas a este trabalho: a) a pesquisa qualitativa desfruta do ambiente natural para coleta dos dados e o pesquisador é o instrumento fundamental; b) a pesquisa qualitativa é descritiva; c) o significado que os indivíduos dão às coisas e a vida é a preocupação do pesquisador; d) a pesquisa deve ser composta pelo enfoque indutivo durante a análise dos dados.

Para a análise dos empreendimentos e da própria Central de Economia Solidária é necessário compreender as atitudes, bem como os processos de tomada de decisão, os comportamentos e observações que envolvem as dinâmicas do ambiente que estão inseridos, para então aferir ou interpretar dados quantitativos. Uma amostra composta por três

associados da Central de Economia Solidária foi utilizada para descrever as perspectivas presentes na vivência e atuação de cada uma das amostras do empreendimento.

Quanto o critério de escolha, a fator delimitador foi o tempo de permanência, ou seja, selecionou empreendimentos que estão associados desde o início do funcionamento da Central. Dessa forma, será possível compreender os avanços e as dificuldades enfrentadas no processo de comercialização, e na implantação dos princípios da economia solidária, como a autogestão, democracia e transparência, além disso, se considerou o quadro evolutivo de comercialização de produtos e/ou serviços. A necessidade de entender o papel dos empreendimentos no processo de autogestão e impacto da comercialização para melhoramento da qualidade de vida é imprescindível para analisar a atuação de uma central de comercialização.

3.2 Procedimentos de coleta de dados

A coleta dos dados foi realizada na Central de Economia Solidária de Campo Grande/Mato Grosso do Sul, um espaço comercial no qual concentram-se atividades como prestação de serviços e comercialização de produtos advindos das produções dos empreendimentos solidários associados ao empreendimento. A Central nasceu em 2006 de uma valiosa parceria entre os Empreendedores Econômicos Solidários, Fórum Estadual de Economia Solidária (FEES/MS) e o Governo do Estado, por meio da Fundação do Trabalho (FUNTRAB). O empreendimento oferece serviços de costura, salão de beleza e massoterapia, além de uma variada cartela de produtos artesanais, produzidos por sessenta e oito empreendimentos associados a central.

Considerando a característica da pesquisa e os pontos fortes e fracos das principais fontes de dados disponíveis, compreender o que são os dados torna-se essencial para o desenvolvimento da pesquisa. Estes consistem em fatos ou coisas específicas utilizadas como um apoio para deduzir ou considerar, sustentados por fundamentos para compreensão de análises sobre os aspectos avaliados como objetos de estudo (COLLIS; HOUSSEY, 2005). Os dados podem ser classificados em primários, coletados no próprio objeto, considerados originais e em secundários, materiais já existentes utilizados para a construção teórica (COLLIS; HUSSEY, 2005).

Assim, como denominado por Yin (2010), as fontes de evidência envolveram documentos, registros em arquivos e entrevistas. Os documentos são fontes de informação

capazes de corroborar e aumentar a evidência sobre outras fontes utilizadas para a coleta de dados.

O processo de amostragem dos EES investigados foi não probabilístico e intencional, baseado em critérios de conveniência e relevância ao levantamento de subsídios que respondam o problema de pesquisa e as questões norteadoras presentes no trabalho de dissertação. Deve-se realçar que, dada a essência qualitativa da pesquisa a quantidade de questionários, entrevistas e cálculos de amostras probabilísticas dos EES a serem ouvidos não é muito relevante (MATTAR, 1996; PANOSSO NETO, 2005). A percepção do pesquisador quanto a seleção dos atores mais significados a elucidação do problema de pesquisa mostra-se como sendo de suma importância nas pesquisas de caráter qualitativo.

As entrevistas foram fundamentais para coleta dos dados. Aplicou-se um roteiro de entrevistas utilizando o gravador no momento da coleta de dados. Foram realizadas três entrevistas, duas delas com empreendimentos associados à Central, ressaltando que estes não serão identificados durante o trabalho, e serão nomeados como EES1 e EES2 e uma entrevista com responsável pela gestão da Central, correspondente ao Gestor. As entrevistas foram gravadas e transcritas separadamente. Ao contrário da observação ou análise documental, as entrevistas individuais são realizadas como estratégia para coletar as opiniões dos sujeitos com potencial de contribuição para o entendimento de determinado fenômeno.

As entrevistas ocorreram nos dias 28 de maio, 2 e 5 de junho de 2018, de acordo com a disponibilidade dos empreendimentos com duração de aproximadamente 1 hora, realizadas na Central. Existem dados subjetivos que só poderão ser adquiridos por meio da entrevista, já que são relacionados aos valores, atitudes e às opiniões dos entrevistados (BONI; QUARESMA, 2005). Além disso, as entrevistas na maioria dos casos, envolvem questões humanas ou ações comportamentais importantes para a pesquisa, já que muitas vezes os entrevistados podem proporcionar *insights* relevantes sobre o assunto (YIN, 2015).

Os roteiros de entrevistas podem contar com questões abertas ou fechadas. A construção do questionário deve estar alinhada a hipótese da pesquisa, assim como a uniformização, para que cada pessoa entenda as questões formuladas da mesma maneira, ordem e acompanhada da mesma opção de resposta, facilitando a compilação e comparação dos dados (LAVILLE; DIONE, 1999). Para esta pesquisa, utilizou-se de dois roteiros de entrevistas diferentes, no qual foi utilizado para entrevistar a pessoa responsável pela gestão e o outro para entrevistar os empreendimentos associados, no entanto, ambos seguiram as mesmas linhas de construção, ou seja, os blocos de perguntas foram sistematizados como

apresentado no quadro a seguir. O roteiro está disponível na sessão Apêndices, assim como as transcrições das três entrevistas.

Quadro 2: Organização do Roteiro

Bloco	Objetivo	Descrição
Bloco A	Caracterizar os Entrevistados	Analisar as características dos entrevistados por meio da análise de questões sobre sua natureza, atividades e motivações
Bloco B	Analisar o Modelo de Gestão	Questionar os aspectos relevantes sobre a forma de gestão dos entrevistados, especialmente sobre aspectos administrativos, comerciais e financeiros/econômicos
Bloco C	Analisar a Economia Solidária	Realizar indagações sobre a relação dos entrevistados com economia solidária e sobre os impactos e as possibilidades do setor
Bloco D	Negócio	Questionar as relações estabelecidas pelos entrevistados em termos de negócio e os impactos que geraram em sua comunidade

Fonte: Leite (2018).

Laville e Dione (1999) asseguram que a entrevista estruturada é constituída como um questionário com opções de respostas determinadas, exceto em casos que o entrevistador assinala ele mesmo as respostas, escolhidas pelo entrevistado. Além disso, ressalta a importância da uniformidade do processo, visto que deve ser fundamentado nos objetivos da pesquisa, bem como no referencial teórico.

A entrevista ocorreu em duas etapas, a primeira realizada com o gestor da Central com o intuito de entender a origem, posse dos meios de produção, situação financeira, apoio institucional, destino da produção, vínculos a outros empreendimentos, dificuldades encontradas e o perfil do associado. A segunda etapa, com os empreendimentos solidários associados, teve a finalidade de compreender a atividade econômica, a importância do empreendimento, a viabilidade de atuação no setor, os desafios e as vantagens de estar associado a Central. Já os registros de arquivos é um conjunto de informações restritas que podem variar conforme forem incorporadas no estudo de caso e normalmente assumem caráter qualitativo (YIN, 2010).

Para auxiliar na coleta dos dados, nas duas etapas da pesquisa, foram utilizadas técnica de coleta de áudio por meio do gravador, além de um caderno para anotações das observações durante o tempo no local de pesquisa. A observação é uma técnica utilizada em comunhão com outros instrumentos e técnicas, que deve ser organizada com rigor, e o pesquisador deve se atentar ao que diz respeito a sua questão de pesquisa e não simplesmente selecionar elementos que permitem confirmá-la (LAVILLE; DIONE, 1999).

3.3 Análise de Conteúdo

A análise e interpretação dos dados realizada posteriormente à coleta de dados, por meio da análise de conteúdo. A análise de conteúdo consiste em um conjunto de técnicas de análise das comunicações com a finalidade de obter, por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos a descrição do conteúdo coletado, indicadores, quantitativos ou não, que possibilitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção dos materiais coletados (BARDIN, 1977).

A utilização da análise de conteúdo, conforme Collis e Hussey (2005), visa dispor de dados extraídos de pesquisas principalmente de características qualitativas. Para Sellitz et al. (1964), a análise de conteúdo dispõe de precauções particulares pertencentes à credibilidade de seus dados.

Por outro lado, a análise de conteúdo, enquanto método, representa um conjunto de técnicas de análise das comunicações (BARDIN, 2009). Dessa forma, a análise de conteúdo procura resumir os dados de modo que disponibilizem as respostas correspondentes ao problema proposto para investigação, enquanto a interpretação aprofunda-se no sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos.

Para a análise e interpretação dos materiais coletados o método utilizado, foi a transcrição do conteúdo, bem como as descrições de uma perspectiva dos empreendimentos solidários visando a profunda explicação do processo de comercialização e autogestão, correlacionado ao desenvolvimento local (BARDIN, 1977).

3.4 Funcionalidades do IRAMUTEQ

Quanto aos procedimentos de tratamento e análise dos dados coletados, foram utilizados instrumentos tecnológicos para armazenamento e gerenciamento dos dados para aquisição de variáveis concretas dos materiais coletados durante a coleta dos dados, assim como para a correlação com as categorias de análise.

Portanto, após a transcrição das entrevistas, utilizou-se o software IRAMUTEQ para auxiliar na quantificação dos dados. Os testes estatísticos são apenas aplicações de procedimentos e de fórmulas que, de números, extraem outros números, traduzindo enunciados de caráter probabilístico, que apresentem relações estatísticas, para este trabalho, foi utilizado a análise de nuvem de palavras, similitude e o dendograma. No entanto, é limitado e desprovido de poder explicativo, e somente o pesquisador é capaz de interpretá-lo e ser esclarecido (LAVILLE; DIONE, 1999).

O IRAMUTEQ é um software gratuito e desenvolvido sob a lógica do *open source*, licenciado por GNU GPL (v2). Ele ancora-se no ambiente estatístico do software R e na linguagem python (www.python.org). Este programa informático viabiliza diferentes tipos de análise de dados textuais, desde aquelas bem simples, como a lexicografia básica (cálculo de frequência de palavras), até análises multivariadas (classificação hierárquica descendente, análises de similitude). Ele organiza a distribuição do vocabulário de forma facilmente compreensível e visualmente clara (análise de similitude e nuvem de palavras). Nesta pesquisa foi utilizado o cálculo da frequência e de similitude para posterior detalhamento e construção de categorias.

A análise textual consiste em um método específico de análise de dados que aborda a análise de material verbal transcrito, ou seja, de textos produzidos em diferentes condições tais como: textos originalmente escritos, entrevistas, documentos, redações etc., fontes usadas tradicionalmente em Ciências Humanas e Sociais (NASCIMENTO; MENANDRO, 2006).

A análise de dados textuais, ou análise lexical, conforme Lahlou (1994) sugere que se exceda a dicotomia clássica entre quantitativo e qualitativo na análise de dados, visto que possibilita que se quantifique e aplique cálculos estatísticos sobre variáveis essencialmente qualitativas – os textos. Desse modo, é possível a análise textual descrever um material produzido por determinado produtor, seja um indivíduo ou um grupo, assim pode ser utilizada com a finalidade comparativa, relacional, comparando produções diferentes em função de variáveis específicas que descrevem quem produziu o texto.

Foram utilizados quatro métodos de análise utilizando o software: análise de similitude, frequência, nuvem de palavras e o dendograma. A análise de similitude apresenta um gráfico que demonstra o elo entre as palavras do corpo textual, possibilitando a inferência sobre a estrutura de construção do texto e dos temas relevantes. A frequência, apresenta a intensidade numérica das palavras do corpo textual. Na análise de nuvem de palavras, destaque em fontes maiores as palavras com maior frequência em formato de nuvem. E por

fim, o dendograma apresentará os agrupamentos de cada uma das observações de acordo com os níveis de similaridade.

4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção são apresentados e analisados os resultados da pesquisa realizada na Central de Comercialização da Economia Solidária de Campo Grande, município de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Inicialmente um breve histórico da Central, destacando as dificuldades e desafios para implementação de uma central de comercialização. Na sequência, a caracterização dos empreendimentos econômicos solidários selecionados, além da análise dos três casos definidos, e por fim, os resultados e as análises do software Iramuteq.

4.1. Central de Comercialização

A Central de Economia Solidária de Campo Grande/Mato Grosso do Sul, é um espaço de comércio participativo, em que se concentram atividades de prestação de serviços e comercialização de produtos confeccionados por empreendimentos solidários associados ao empreendimento.

Fundada em 2006, a Central foi sancionada com o apoio do governo do Estado do MS, a partir de uma parceria entre o Governo, por meio da Fundação do Trabalho (Funtrab), e o Fórum Estadual de Economia Solidária de Campo Grande – MS. O decreto de criação tem como objetivo:

I - proporcionar um espaço de comercialização dos produtos da economia solidária; II – promover formação em economia solidária para os próprios empreendedores envolvidos na Central e para o público em geral; III- dar visibilidade ao movimento e aos conceitos de economia solidária para o cidadão comum, devendo se articular a uma campanha de divulgação da economia solidária já em andamento em nível nacional; IV – estimular a criação e manutenção de cadeias produtivas solidárias, de intercâmbio de produtos e serviços entre os empreendimentos (BRASIL, 2006).

A ação que impulsionou a criação da Central é resultante do movimento da economia solidária realizado por grupos informais que se reuniam em feiras de artesanatos e de produtos alimentícios cultivados por agricultores familiares nas ruas do centro da cidade de Campo Grande, entretanto as feiras passaram a incomodar uma pequena parte da população, e os feirantes foram proibidos de comercializar seus produtos nas ruas do centro do município, foi então, que movimento se fortaleceu, e juntos passaram a procurar e reivindicar ao poder público um lugar fixo para que pudessem realizar sua comercialização. Assim, membros do grupo se organizaram e foram ao Movimento Nacional de Economia Solidária em Brasília – DF, no qual a finalidade é construir políticas públicas transparentes e emancipatórias para

grupos vinculados a economia solidária, e com intermédio de políticos ligados à causa, solicitaram que todo grupo fosse realocado a um prédio público, dessa forma, deixariam de fazer a comercialização nas ruas e juntos organizariam da melhor forma para comercializar seus produtos.

Os primeiros meses foram marcados por desordem e falta de organização, eram dezenas de empreendimentos espalhados por todo o espaço, muitos não entendiam o que era trabalhar com a economia solidária, assim, a administração da Central, passou a ser orientada pelo Fórum da Economia Solidária, que funciona junto a Central. Com o aumento do grupo e da comercialização de produtos e serviços, houve a necessidade da formalização do empreendimento, dessa forma a Central no ano de 2007 se tornou uma associação, e ser composta por cargos específicos, que facilitam a organização e gestão do empreendimento.

Ao se tornar uma associação, as obrigações e direitos dos empreendimentos, ou seja, dos associados, passam a ser mais definidos, pois juntos estabelecem um estatuto que deve ser seguido por todos. Além disso, com a caracterização é possível concorrer a prêmios, participar de editais, entre outros projetos e iniciativas nas quais podem beneficiar o empreendimento.

O espaço físico foi cedido em 2006, a estrutura era antiga necessitava de ajustes, porém era adequada para o abrigar todo grupo e iniciar o funcionamento. Aos poucos à Central foi se consolidando, e os grupos que não se identificavam com a forma de organização, isto é, com os princípios da economia solidária, deixaram o grupo, permanecendo os grupos que se encaixavam à economia solidária. Em 2011, foram contemplados a uma política pública advinda da Secretaria Nacional de Economia Solidária, na qual, receberam recursos para reformar todo o espaço físico, adequar o espaço a deficientes físicos, ampliar o espaço da loja e construir uma cozinha. Com as reformas o prédio está adequado para funcionamento da loja, a cozinha atualmente se transformou em uma cantina e comercializam lanches, tortas, bolos e doces, além, de outras especiarias advindas da agricultura familiar e do interior do estado do Mato Grosso do Sul, existem um espaço para atividades do Fórum e também para realizar cursos/palestras de formação em economia solidária.

O espaço é dividido em três andares para melhor distribuição das atividades da Central. O primeiro andar dá acesso a porta principal da Central, ao interior da loja, para a cantina e para o salão de beleza e está direcionada para uma das ruas mais movimentadas do centro de Campo Grande/MS. O funcionamento do espaço acontece de segunda à sexta-feira das 8h às 18h e aos sábados das 9h às 16h. Na loja e na cantina, os integrantes dos empreendimentos

associados são responsáveis por se dividirem em turnos e dias da semana para realizarem a parte da venda, entrada e saída de produtos e recebimento. A Central conta um sistema eletrônico que auxilia na venda dos produtos e serviços, sendo processados por meio de código de barra contido nos produtos, onde as marcações indicam a referência e numeração do grupo que o produziu, apesar da maioria dos integrantes não se adaptarem facilmente ao sistema, e ainda anotar em livros e a caneta a venda dos produtos, há uma intensa insistência por parte dos gestores para que este processo seja cada vez mais computadorizado. No salão de beleza, duas pessoas são responsáveis pelo funcionamento e acontece de acordo com a disponibilidade dos horários oferecidos.

Figura 1: Entrada da loja.



Fonte: Foto tirada pelo pesquisador em junho de 2018.

O segundo andar é composto por três salas e um amplo espaço utilizado para exposição dos quadros feitos por artesões de Campo Grande/MS, além do funcionamento do xerox e da *lanhouse*. Nas salas, funcionam o escritório da Central, o grupo de Costureiras e o grupo da Massoterapia. O acesso para o primeiro andar é feito a partir de uma escada ou então um elevador para o acesso de deficientes físicos.

Figura 2: Salas segundo andar da Central.



Fonte: Foto tirado pelo pesquisador em junho de 2018.

No terceiro andar também é composto por três salas e um espaço amplo. As salas deste andar são para o funcionamento do Fórum Nacional de Economia Solidária, do escritório para o grupo de teatro e também existe um pequeno depósito. O restante do espaço é direcionado para atividades dos grupos de dança, teatro e capoeira, que mesmo não atuando com atividades financeiras, contribuem com a preservação e limpeza do local. Além disso, a área é utilizada nas reuniões e assembleias promovidas pelo Fórum, e também pela própria Central.

Atualmente, a Central é composta por 68 empreendimentos, que se dividem nas atividades de serviços de costura, salão de beleza e massoterapia, além de uma variada oferta de produtos artesanais advindo de grupos de cooperativas, grupos informais e associações, advindos de bairros de Campo Grande, assentamentos, áreas indígenas e quilombos do Mato Grosso do Sul. Entre os empreendimentos econômicos solidários, 17 atuam na cidade de Campo Grande – MS, e o restante dos empreendimentos atuam em outras cidades de Mato Grosso do Sul, especificamente nas cidades de Porto Mortinho, Dourados, Bonito, Anastácio, Três Lagos, Aquidauana, Ladário, Naviraí e Sidrolândia.

4.2. Caracterização dos Entrevistados

Neste tópico será apresentado as características dos entrevistados, pontuando o número de participantes, tempo de atuação dentro da Central e suas atividades.

4.2.1. Gestor – Gestão da Central de Comercialização

O entrevistado Gestor, tem um papel importante na dinâmica da organização, este, foi escolhido pela maioria do grupo, através de assembleia, para coordenar e direcionar as questões que envolvem atividades administrativas e de tomada de decisão da Central, ou seja, atividades como pagamentos, controle e fiscalização do caixa, emissão de notas, cadastro dos empreendimentos associados dentre outras ações é feito por ele. Este, participa dos processos da Central desde o início de sua constituição, questão importante para entender as práticas efetivas do processo de autogestão, desenvolvimento das localidades, bem como toda sua evolução durante os anos de funcionamento.

4.2.2. Empreendimento Econômico Solidário 1 (EES1)

O EES1, trabalha com prestação de serviço, este foi também está na Central desde o início das atividades, é composto por seis pessoas com deficiência visual, que oferece uma cartela de serviços relacionadas a massagem. O grupo possui uma sala individual dentro da Central, dividida em duas salas menores, na qual se revezam durante a semana, para cada dupla realizar o serviço. O funcionamento é de segunda a sábado, atendendo durante o horário comercial, perante horário marcado. Atuam dentro da Central desde os primeiros meses, os integrantes se conheceram dentro do projeto do ISMAC (Instituto Sul Mato Grossense de Cegos), e como souberam da existência do projeto, viram uma oportunidade de ter um lugar fixo para trabalhar, entraram em contato com a Central, e foram bem recebidos pelos grupos.

Figura 3: Espaço de trabalho EES1.



Fonte: Foto tirado pelo pesquisador em junho de 2018.

4.2.3. Empreendimento Econômico Solidário 2 (EES2)

Assim, como os outros entrevistados, o EES2, também está na Central desde 2006, confeccionando produtos de artesanato para comercialização. O grupo é formado por quatro mulheres, de bairros diferentes de Campo Grande/MS e, que concentram suas produções a uma diversidade de artesanatos, dentre eles, artesanatos de características regionais, além de panos de pratos e biscuit. Todos os membros do grupo se juntaram em busca de um lugar fixo para comercializar seus produtos. Além disso, o grupo também, é responsável por ficar na Central um dia da semana, trabalhando na venda de produtos, recebimento de pagamentos, trocas e fechamento de caixa.

Figura 4: Produtos artesanato.



Fonte: Foto tirada pelo pesquisador em junho de 2018.

4.3. Importância do associativismo para os empreendimentos econômicos solidários e suas interferências nas dinâmicas interna e externa dos empreendimentos

Ao se transformar burocraticamente em uma associação a Central garante que os grupos associados possam agregar inúmeros benefícios, dentre eles, a transformação de práticas e produções individuais em coletivas, bem como a criação de ações que impulsionam a cidadania e solidariedade, fundamentais para o associativismo (CHANIAL; LAVILLE, 2009; FRANTZ, 2012). Além disso, o associativismo mantém um formato de gestão democrática, onde deve ser composto por assembleia geral, direção e conselho fiscal, resultante em modificações na maneira como as atividades eram geridas na Central (LEONELLO, 2010). Dessa forma, em 2007 a Central deixa de ser gerenciada com o apoio do Fórum da Economia Solidária de Campo Grande, e passa ter uma direção formada por integrantes dos grupos associados.

A imposição burocrática da divisão dos cargos, não exclui a atuação de todos os integrantes no momento da tomada de decisão da Central. Apesar da formação e nomeação dos cargos, as reuniões e assembleias são para que todos possam ter poder de voto e estejam cientes das decisões escolhidas. Dessa forma, na Central os cargos são responsáveis pelas decisões pequenas, consideradas rotineiras, que podem ser definidas de modo mais rápido, sem que todos estejam presentes (SINGER, 1998). A criação de um estatuto para as associações é imprescindível para delimitar as obrigações e os deveres a serem cumpridos, já que o desafio de superar o trabalho individual e dar forma ao coletivo e solidário é um dos obstáculos a serem ultrapassados pelos empreendimentos de caráter econômico solidário.

Por meio do estatuto, as associações determinam os requisitos básicos para se tornar um associado. Na Central, para se associar, primeiramente o indivíduo ou grupo passa por uma entrevista realizada pelos responsáveis da gestão, e apresenta seus produtos e/ou serviços oferecidos, caso, se encaixe em algum grupo ou queira formar um novo grupo, deve passar obrigatoriamente por um momento educacional e participar da formação sobre a economia solidária oferecida em parceria com Fórum, para que entenda os princípios, o funcionamento e a dinâmica dos grupos. Atualmente, são 67 grupos associados, no qual participaram de uma formação em economia solidária, antes de se associarem a Central.

Os grupos associados, contribuem com uma taxa por produto e/ou serviços comercializados no valor de 30% do faturamento, assim conseguem financiar as despesas e a manutenção da Central. Este valor foi estipulado por meio de assembleia, ou seja, com aprovação de todos integrantes. Dessa forma, os pagamentos são realizados de acordo com o produtos e/ou serviços comercializados no mês.

Até o ano de 2015, o controle de entrada e saída de produtos e/ou serviços eram feitos manualmente, sendo anotados em um caderno e repassado para a gestão no final de cada mês para conferência e realização dos pagamentos. No entanto, com o crescimento das vendas e do aumento de grupos e mercadorias presentes na Central, iniciou um processo de sistematização, que a princípio gerou desconforto entre os membros, que não tinham muitas habilidades com eletrônicos, mas que auxiliaria no controle de entrada e saída e na maior eficiência das atividades. Com o sistema, os produtos são organizados e registrados para cada grupo logo no momento da compra por meio de código de barra, apresentam a quantidade de produtos ainda restante na loja, o histórico de vendas e já retirar os 30% repassados para Central.

O responsável por repassar o valor das vendas para o coordenador de cada grupo é o entrevistado Gestor, que há 8 anos está no cargo realizando atividades administrativas,

lidando com conflitos internos e buscando novas parcerias. Sua experiência em lidar com processos administrativos, vem de vivências passadas com o comércio, antes de se associar, era proprietária de uma loja de roupas de festa. Ao entrar na Central, se deparou com a dificuldade em gerir um empreendimento solidário, e principalmente deixar alguns princípios capitalistas e incorporar princípios como solidariedade, transparência e autogestão. Este movimento social, visa superar dificuldades em razão de um bem comum, *“hoje não tem tanto conflito aqui, mas antes era um barril de pólvora, e eu via que todo mundo colocava a mão no dinheiro, isso não vai dar certo e aí eu fui dando palpite foi aí que foi tendo mudanças (GESTOR)”*, por meio do discurso do entrevistado, reafirma-se a busca pela inversão de valores como de interesse próprio, buscando a coletividade para resolver o conflitos existentes no empreendimento (ALBUQUERQUE, 2003; CANTERLE, 2004).

A resistência e a falta de interesse de outros associados com as atividades administrativas, involuntariamente faz com que as ações sejam concentradas na Gestor, evidenciando a forte presença de centralização das funções. Todos os problemas, dúvidas e questões rotineiras são levados para que a Gestor possa resolver, *“o ser humano é assim sempre tem uma pessoa ser mais difícil de conviver então quando a gente não consegue resolver a gente chama a direção aí a coordenação (EESI)”*, apesar da autonomia e autogestão serem princípios presentes no empreendimento, ainda a figura de um líder é muito importante na tomada de decisão para os grupos, isto confirma o forte enraizamento do modo de produção capitalista.

No entanto, a participação grupal e comunitária para os empreendimentos associados, serviu como alavanca para o processo produtivo e na comercialização dos bens e serviços (SANTOS, 2002; FRANTZ, 2012). A Central foi uma excelente alternativa para comercializar seus produtos e/ou serviços, como os associados advém de diferentes bairros da cidade, a ótima localização do espaço, localizada em uma das principais ruas do centro do Campo Grande/MS, é considerado de fácil acesso tanto para os associados, quanto para atrair novos clientes. Outro aspecto, ressaltado pelo entrevistado é que individualmente seria impossível arcar com aluguel e os custos para abrir uma loja própria. Além disso, ao se associar a Central a compra de matéria-prima pôde ser feita em grandes quantidades, diminuindo e dividindo os custos com outros empreendimentos. Os integrantes deixam de produzir e comprar a matéria-prima individualmente e passa a dividir custos e despesas entre os membros do empreendimento.

A liberdade de serem proprietários do negócio faz com que os associados também se dividam na realização de atividades de produção, comercialização e organização do espaço

físico da Central, *“aqui não tem uma pessoa que mande um chefe não existe aqui então é nós que decidimos tudo”*, relata o entrevistado EES1. As reuniões mensais são organizadas pela Gestor, de acordo com as necessidades com o objetivo de separar e alinhar as tarefas para que todos os grupos participem da organização do espaço físico da Central, no revezamento da limpeza, na confecção de embalagens, disposição da vitrine, entre outros, de acordo com as necessidades do empreendimento. Entretanto, o Gestor relata a dificuldade em reunir os associados para reunião, frequentemente apenas um integrante do grupo vai as reuniões e fica responsável por passar as informações para os outros.

O entrosamento entre os empreendimentos que não comercializam o mesmo produto também é apontado pela Gestor, muitas trocas de mercadorias são realizadas na Central, como por exemplo, a troca de artigos artesanais por serviços de beleza, mas a falta de entrosamento também acontece, *“é que assim aonde tem muita gente é difícil você conviver bem com todo mundo então tem muita coisa que você que não tem como você participar (EES2)”*. Os conflitos são perceptíveis, o espaço em que todos deveriam estar interligados independentem da produção e prestação de serviço, abriga poucos incentivos a troca de experiências e informações. Mesmo que inseridos em um empreendimento em que a solidariedade e o coletivo seja um de seus pilares, existe a dificuldade de se desvincular ao individualismo e as questões capitalistas advindos de outras fases da vida.

4.3.1. Os sistemas de autogestão dos EES de Campo Grande /MS e as relações com a central de comercialização

A autonomia em controlar o volume de produtos, faz com que os empreendimentos possam organizar suas produções e autogerirem seus grupos, no entanto a falta obrigatoriedade de novos produtos, faz com a cartela de produto não seja variada. Apesar da mudança de produtos durante as datas festivas, como Páscoa, Dia das Mães e Natal, os empreendimentos acabam não produzindo novos produtos, caso os demais não sejam comercializados.

Ressalta-se que a maioria das vendas são realizadas a turistas que vão até a Central em busca de produtos regionais, como farinha da bocaiuva, produtos com pinturas do pantanal e outros artigos típicos do estado, mas ainda não é considerada um ponto turístico, já que de acordo com os associados, os ônibus turísticos não têm acesso ao centro da cidade, por estarem acima da altura permitida. O precário investimento em divulgação faz com que muitos moradores de Campo Grande/MS não a conheçam, *“único marketing é a sacola mas é um produto que a gente não tem condições de dar seguimento (GESTOR)”*, as sacolas foram

oferecidas pelo Banco do Brasil, as parcerias são fundamentais para divulgação, o EE2 com frequência são convidados para trabalharem em eventos de universidades, na prefeitura durante datas comemorativas apresentando a Central e os serviços oferecidos. A utilização da internet é uma ferramenta que pode atrair novos clientes, apesar da Central possuir um perfil em rede social, que poderia ser utilizado para divulgar os produtos e serviços, ainda não acontece com frequência, além disso, os empreendimentos associados, não possuem acesso ao perfil.

A Central é um complemento de renda para os associados, já que a grande maioria é aposentado, e vê a possibilidade de aumentarem suas rendas. A responsabilidade das vendas está nos grupos que se dividem entre os dias da semana para ficar na loja a atender os clientes, no entanto a grande maioria nunca trabalhou ou se profissionalizou na área de vendas, mas se mostram dispostos a ajudar. Atualmente, a Central passa por um período instável financeiramente, e chega a comercializar R\$600,00 (seiscentos reais) mensais, enquanto em 2008, vendiam em torno de R\$ 3.000 (três mil reais mensais).

Na prestação de serviço não existe uma fiscalização por parte da gestão sobre os serviços oferecidos, mas na produção de artesanato, cada produto deve ser analisado e 80% deve ser composto manualmente, obrigatoriamente, “*eu vejo que a suspeita eu tiro (GESTOR)*”, essa tarefa também é de responsabilidade da gestão.

4.3.2 A economia solidária atrelada ao desenvolvimento local

Os empreendimentos solidários brasileiros são formados por grupos de pessoas que se unem por um objetivo comum de criar oportunidade de trabalho e geração de renda. Geralmente, composto por os membros de uma comunidade que se encontra à margem da sociedade, sem formação acadêmica e que buscam alternativas de trabalho, aliados a alguma atividade de sua aptidão e interesse (SINGER,2003). A Central, não mobiliza só iniciativas que fomentem a coletividade, mas promove a reinserção dessas pessoas no mercado de trabalho, e permite a utilização de suas qualidades na geração de trabalho e renda. A grande maioria dos grupos são formados por mulheres idosas e aposentadas, que se associaram na expectativa de aumentar sua renda com a produção de artesanatos.

A consolidação de uma Central de Comercialização, foi fundamental para o fortalecimento das temáticas no estado de Mato Grosso do Sul, e também para o desenvolvimento das localidades, oportunizando aos grupos melhores condições de comercialização e transferência de conhecimento. Além da inserção do trabalho de deficientes visuais que encontram na Central um local para geração de trabalho. O EES2, é formado por

deficientes visuais massoterapeutas, formados pelo ISMAC (Instituto Matogrossense de Cegos), acolhidos pela Central em 2006, afirmando a ideia de Santos (2002), que defende a emancipação social, idealizando uma sociedade mais justa e humanizante, baseada em modelos de inclusão.

Com apoio do Fórum, as ações de incentivo ao movimento econômico solidário passam ser mais consistentes, não apenas para os membros da Central, mas para todos aqueles empreendimentos que seguem os princípios da economia solidária.

O Fórum, organizou em 2014 a “III – Conferência Estadual de Economia Solidária”, com o objetivo de elaborar planos municipais, territoriais e estadual, buscando a oportunidade de:

- A) Possibilitar que as elaborações e definições políticas nacionais tenham maior concretude em processos de desenvolvimento mais próximos à vida dos diversos sujeitos da economia solidária; B) Permitir a construção de processos mais articulados e integrados de planejamento e implementação das políticas de economia solidária, considerando a diversidade e pluralidade dos sujeitos, o diálogo com outros processos territoriais e setoriais de desenvolvimento; C) Gerar e fortalecer políticas locais de economia solidária, bem como, criar condições mais propícias no âmbito municipal, territorial e estadual para a promoção das políticas nacionais que possam fortalecer a Economia Solidária; e; D) Fortalecer as bases sociais e ampliar a força política e organizativa para conquistar políticas mais adequadas às necessidades e exigências da Economia Solidária e aos processos de desenvolvimento sustentável e solidário (MATO GROSSO DO SUL, 2015, p. 6).

Dessa forma, os movimentos de desenvolvimento das localidades envolvem a mobilização de pessoas e instituições que almejam a transformação econômica e social, ultrapassando dificuldades em razão a melhor qualidade de vida da população local (JESUS, 2003).

Os empreendimentos entrevistados ressaltam a falta de políticas públicas no estado do Mato Grosso do Sul, “*As políticas públicas para pobres não existem e aqui no Mato Grosso do Sul (GESTOR)*”, e acreditam que intenso investimento no agronegócio no estado, afasta os incentivo a políticas de desenvolvimento das localidades. Neste momento, a Central atua trabalhando com parcerias que possam impulsionar não somente os empreendimentos associados, mas também, na entrevista o Gestor, relata que “*você não precisa trazer o produto para cá você pode colocar núcleo nos bairros*”, grupos procuram a Central para que possam ter formação e instruções sobre a economia solidária e a gestão de empreendimentos solidários, estes, não se associam por priorizar a formação do empreendimento em seus bairros.

Entretanto, a associação com empreendimentos do interior, possibilita a comercialização de produtos regionais, como a farinha de bociuva, doces e biscoitos, legumes e verduras de grupos da agricultura familiar, porém a falta de transporte e a problemas com a logística dificulta a reposição produtos, ou seja, como os produtos possuem prazo de validade e principalmente as hortaliças estragam com grande facilidade.

4.4. Análises do uso do software Iramuteq

Esta seção apresenta as análises geradas a partir do IRAMUTEQ: nuvem de palavras, análise de similitude e dendograma.

4.4.1. Gestão da Central de Comercialização (Gestor)

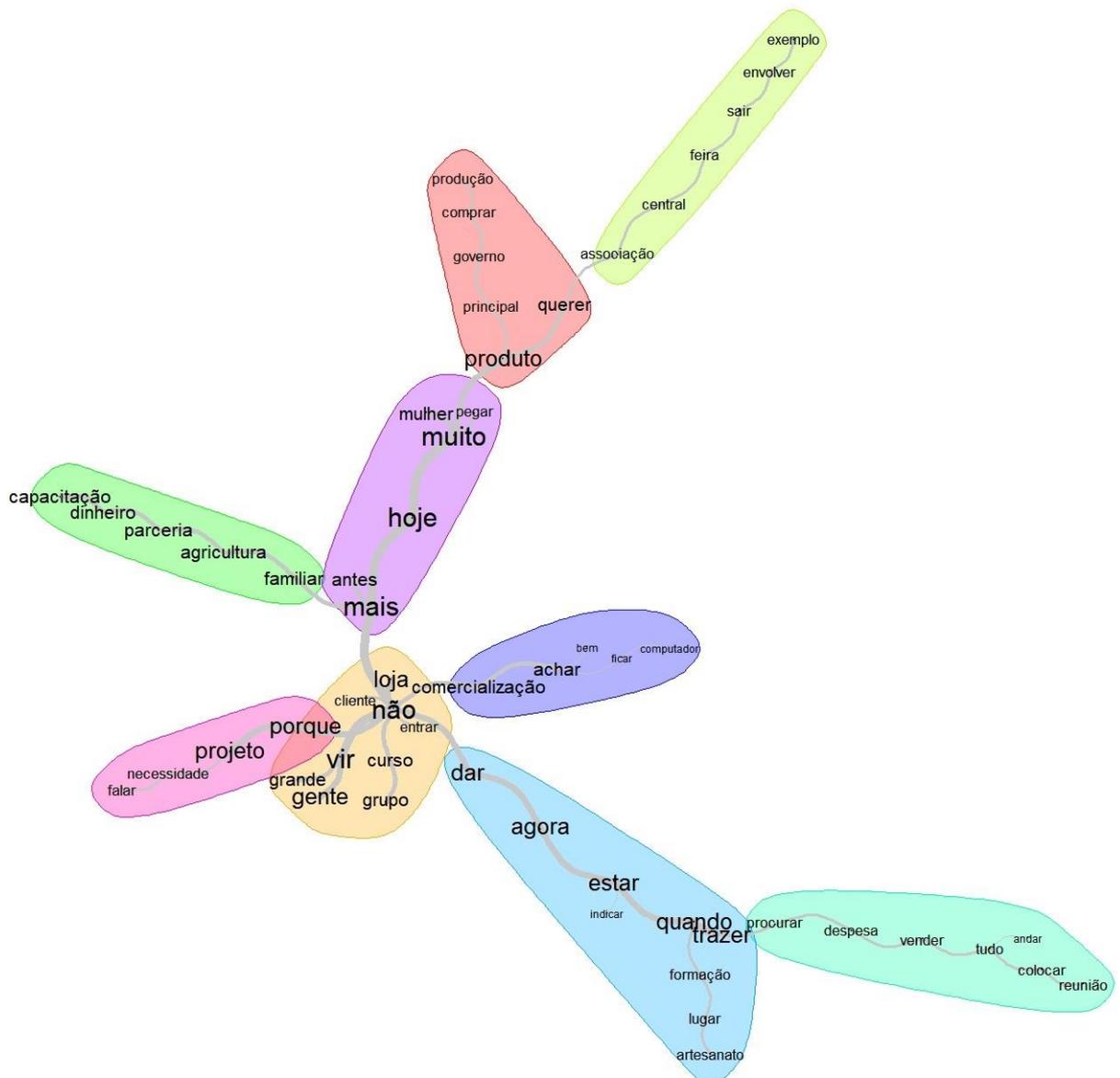
Neste tópico apresentam-se a nuvens de palavras, a análise de similitude e o dendograma decorrentes do discurso da entrevista realizado com o Gestor, geradas pelo IRAMUTEQ.

Da análise de nuvem de palavras do Gestor, obtida por meio do discurso do participante, denota-se que as palavras evocadas em destaque são: “não”, “loja”, “produto”, “parceria”, “artesanato” e “projeto”. Esta concentração de palavras está relacionada diretamente ao contexto vivenciado por ela dentro da Central, reforçado por meio das palavras “loja”, “produto” e “artesanato” a importância da comercialização de produtos e serviços oferecidas. Além disso, as palavras “parcerias” e “projeto”, representam o fortalecimento do movimento solidário, e a promoção de incentivos a políticas públicas. A utilização do “não” durante o discurso, não necessariamente evidencia aspectos negativos, mas sim, para apontar a falta de incentivos. Em segundo plano, estão as palavras que são evocadas com menos frequência, mas possuem importante relevância no discurso, as principais palavras são: “capacitação”, “comercialização”, “despesa”, “dinheiro”, “associação” e “governo” permitindo entender que, embora tenham experiências com artesanato, a necessidade de capacitação tanto para o melhoramento do produto quanto para desenvolvimento de atividades como vendas e marketing, pode influenciar positivamente na comercialização e consequentemente no aumento da renda dos associados. A figura 5 demonstra a nuvem de palavras formada através da entrevista realizada com o Gestor apresentando a frequência das palavras.

desde a participação de novos empreendimentos como agricultura familiar, até a capacitação e implementação de novas parcerias, demonstrando a importância das atividades desempenhadas pela gestão, e a necessidade da participação do empreendimento neste processo.

- Para a palavra “produto”, interligado a expressão “mais”, é preciso observar sua relação com as palavras “produção”, “comprar”, “governo” e “principal”. Referindo-se aos processos que envolvem a fonte de trabalho e renda dos empreendimentos, os grupos são responsáveis pela confecção e comercialização de seus produtos, mostrando a necessidade de independência e de movimentos de autogestão dos associados.

Figura 6: Análise de Similitude Gestão da Central (Gestor).



Fonte: Elaborada com base na entrevista por meio do uso do IRAMUTEQ (2018).

O dendograma por meio de ramificação exhibe o agrupamento de observações em cada passo e em seus níveis de similaridade. A figura 7 representa o resultado das variáveis e agrupamentos da entrevista Gestor. No primeiro momento, o corpus textual foi dividido em duas partes por meio da classificação hierárquica descendente obtendo seis classes de aspectos de textos distintas. Em segundo momento, as classes são novamente divididas, obtendo dois agrupamentos formados pelas das classes 4 e 1 e a classe 5, destacando a aproximação dos grupos das palavras “reunião”, “lugar” e “hoje”, onde 47,5% do corpus textual apresenta similaridade com este grupo de palavras, e o segundo grupo, com formado pelas classes 2 e 1 a classe 6, representando 51,2% do texto, com destaque as palavras “vir”, “central” e “dinheiro”.

Na classe 6, categorizada como “Dinheiro”, emerge como foco principal para iniciar a apresentação das narrativas do empreendimento entrevistado, uma vez que essa classe abrange 22,2% do total da entrevista. Para classe de “Dinheiro”, as palavras com maior frequência são “dinheiro”, “capacitação”, “parceria”, “antes”, “muito” e “projeto”, com maior referência as palavras “dinheiro” e “capacitação”, elementos que influenciam na qualidade de vida e no funcionamento do empreendimento.

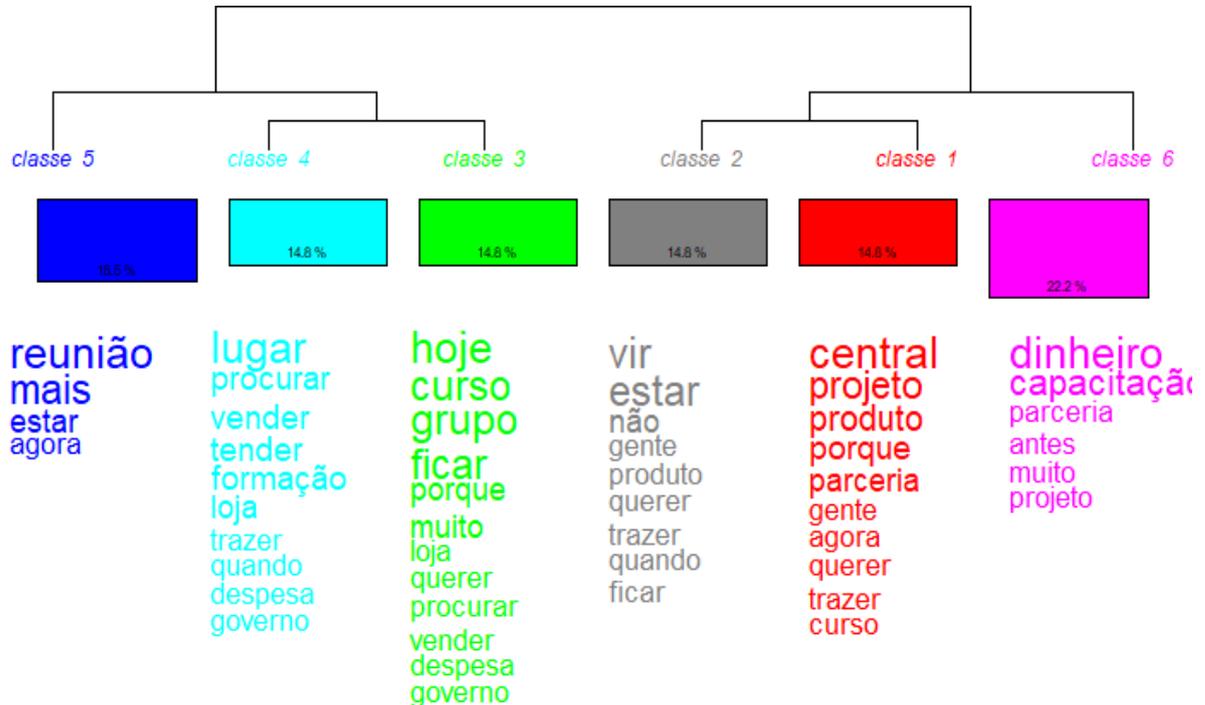
A segunda maior classe de acordo com os percentuais de similaridade, é a classe 5, apresentando 18,5% do conteúdo da entrevista, as palavras que predominam são: reunião, mais, estar e agora. Estas palavras, principalmente, a reunião, indicam a importância de ações coletivas para o empreendimento.

As demais classes apresentam 14,5% cada uma do depoimento analisados. Na classe 4, categorizada como “lugar”, abrange sobre a associação à Central, por se tratar de espaço de acolhimento e auxílio a novos grupos ou indivíduos interessados em compartilhar experiências e melhorar a qualidade de vida. Ressalta-se a proximidade da classe quatro com classe 3, categorizada como “Hoje”, as categorias possuem palavras em comum, mas que, no entanto, são colocadas em situações e momentos diferentes dentro do discurso dos entrevistados, o conteúdo fundamentado tem suas palavras referente a situações em comparação à antigos momentos vivenciados pelo empreendimento.

Na classe 2, categorizada como “Vir”, apresenta uma estrutura que enfrenta problemas de relacionamento com outros empreendimentos devido à falta de comprometimento e ainda serem imbuídos por princípios de individualidade. E por fim, na classe 1, categorizada como Central, representa o desenvolvimento e o incentivo a economia solidária, por meio de

projetos e parcerias que impulsionam o crescimento não apenas do empreendimento, mas da Central de comercialização.

Figura 7: Dendograma Gestão da Central de Comercialização (Gestor).



Fonte: Elaborada com base na entrevista por meio do uso do IRAMUTEQ (2018).

4.4.2 Empreendimento Econômico Solidário 1 (EES1)

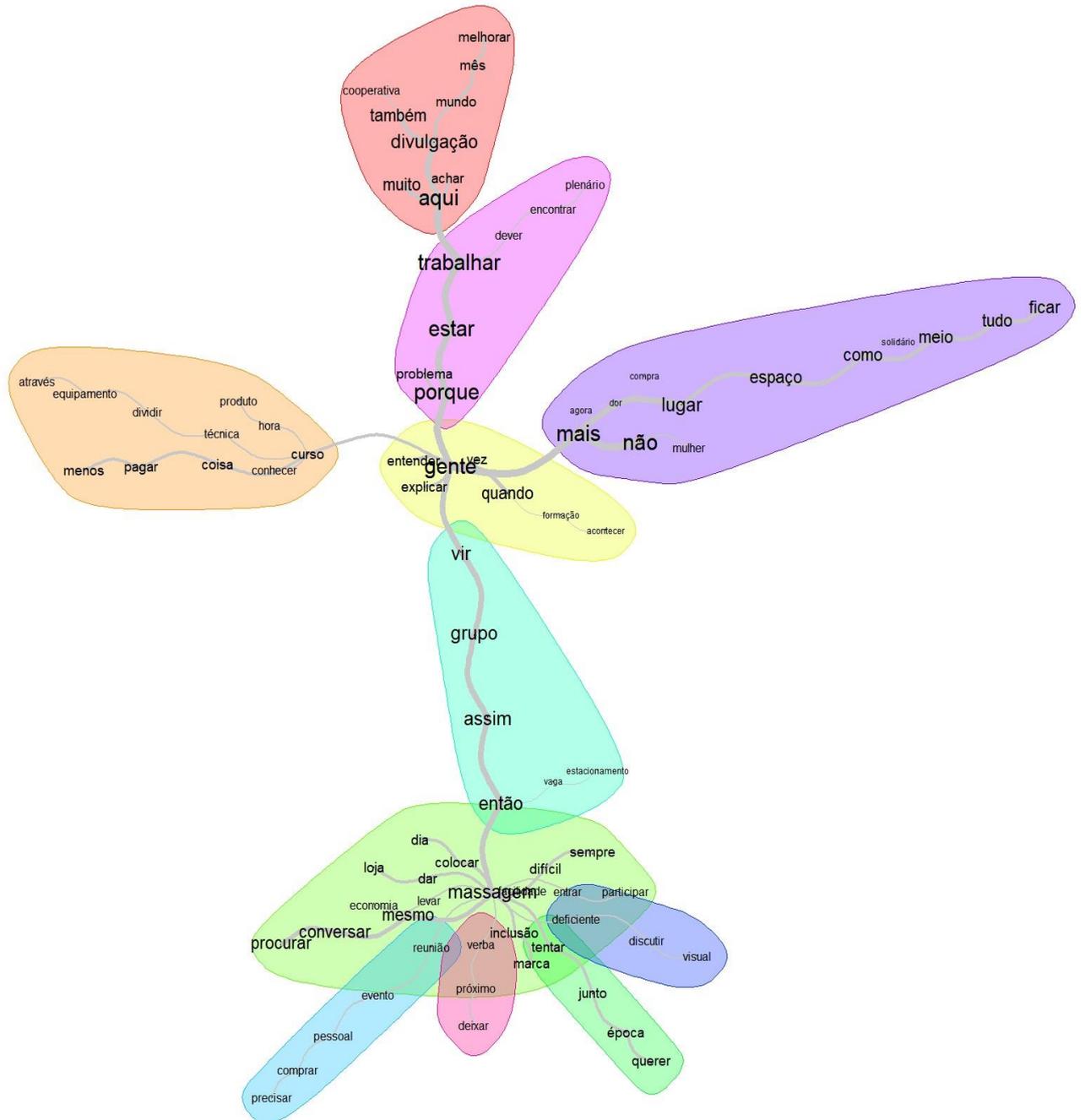
Neste tópico apresentam-se a nuvem de palavras, a análise de similitude e o dendograma geradas pelo IRAMUTEQ. Para elaboração das imagens, utilizou do conteúdo da entrevista feita com o EES1.

Da análise de nuvem de palavras do EES1, evidenciam-se as palavras: “não”, “aqui”, “espaço”, “divulgação” e “trabalhar”. As palavras demonstram a efetividade do grupo em fazer parte de um contexto econômico solidário a partir do relacionamento com a Central, pelo fato de se inserirem no mercado de trabalho, melhorando as condições de trabalho e renda, especialmente para o grupo composto por deficientes visuais. Durante o discurso, é notável que apesar da inclusão, a falta de divulgação para obtenção de novos clientes, é um problema do empreendimento como um todo. Em segundo plano, as palavras são “formação”, “solidário”, “produto” e “participar”. Fortemente interligadas as palavras transparecem uma sequência de acontecimentos, a formação dos membros influencia

- Para a palavra “entender”, observa-se a relação das palavras “curso”, “produto”, “dividir” e “pagar”, que referênciam ao período inicial de formação e associação à Central. As palavras são os pontos principais abordados pelos associados para que possam compreender os processos de comercialização, divisão de tarefas e a realização do pagamento.
- Para a palavra “explicar”, as principais relações são “grupo” e “então”, relacionado à autonomia existente nos grupos, impulsionado por princípios como autogestão e coletivismo.

O segundo polo de palavras destacou no discurso também a palavra “massagem”, inferindo diretamente na atividade do empreendimento, observa-se também a proximidade com as palavras “inclusão”, “deficiente”, em referência à concepção de um empreendimento que promove inserção de indivíduos antes excluídos do mercado de trabalho.

Figura 9: Análise de Similitude Empreendimento Econômico Solidário 1 (EES1).



Fonte: Elaborada com base na entrevista por meio do uso do IRAMUTEQ (2018).

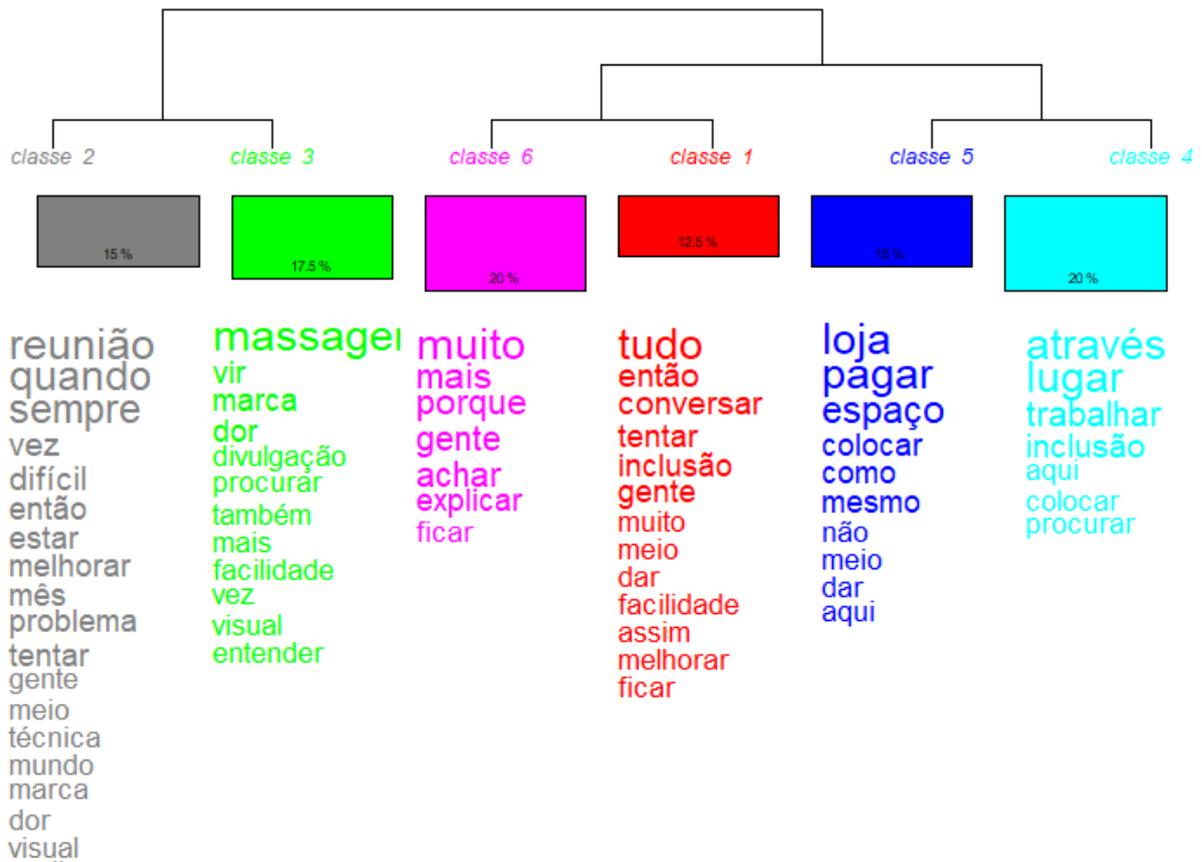
Na sequência são apresentadas as análises do Dendograma da entrevista realizada com o EES1. No primeiro momento, o corpus foi dividido em duas partes por meio da classificação hierárquica descendente obtendo seis classes de segmentos de textos distintas. Em segundo momento, as classes são novamente divididas, obtendo três agrupamentos formados pelas das classes 2 e 3, destacando a aproximação dos grupos das palavras “reunião”, e “massagem”, onde 32,5% do corpus textual apresenta similaridade com este grupo de palavras, e o segundo grupo, é composto da segmentação de uma das partes formado pelas classes 6 e 1, representando 32,5% do texto, com destaque as palavras “muito” e “tudo”, do último agrupamento, é representado pelas classes 5 e 4, na qual resultam em 35% da entrevista, sendo formado por grupos de palavras “loja” e “através”.

Na classe 2, categorizada como “Reunião”, inicia a apresentação do discurso do empreendimento, as palavras desta categoria representam 15% da amostra, bem como demonstra a dificuldade em melhorar e alinhar estratégias de comercialização, devido a falta em dos grupos em reuniões. Pertencentes aos mesmo grupo, na classe 3, é categorizada como “Massagem”, representando 17,5% de toda a entrevista, as palavras deste grupo abrangem a atividade exercida pelo grupo. O que reflete a dificuldade de divulgar a Central como um todo, isto é, refletido da frequência de atendimentos, que vem caindo consideravelmente.

Na classe 6, categorizada como “Muito”, as palavras representam 20% da entrevista com o EES2, o grupo é formado na sua maioria por palavras que demonstram intensidade e questionamento, que levam a entender a complexidade que envolve o empreendimento. Com menor representatividade na entrevista, 12,5%, a classe 1, é categorizada como “Tudo”, que revela a introdução do grupo no mercado de trabalho, e o impacto na vida dos associados.

O terceiro grupo de palavras é formado por as classes 5 e 4. Representando 15% da entrevista, a classe 5 é categorizada como “Loja”, abrange a intensa utilização do espaço físico, e como o empreendimento é autogestionário, os princípios da economia solidária podem influenciar na autonomia de cada associado dentro da Central. E por fim, na classe 4, classificada com a expressão “através”, revela o incentivo a novos meios de inclusão, não apenas de deficientes visuais, mas de indivíduos que antes se sentiam excluídos por não estarem no mercado de trabalho, e agora conseguem comercializar seus artesanatos ou prestar serviços, através de empreendimentos solidários.

Figura 10: Dendograma Empreendimento Econômico Solidário 1 (EES1).



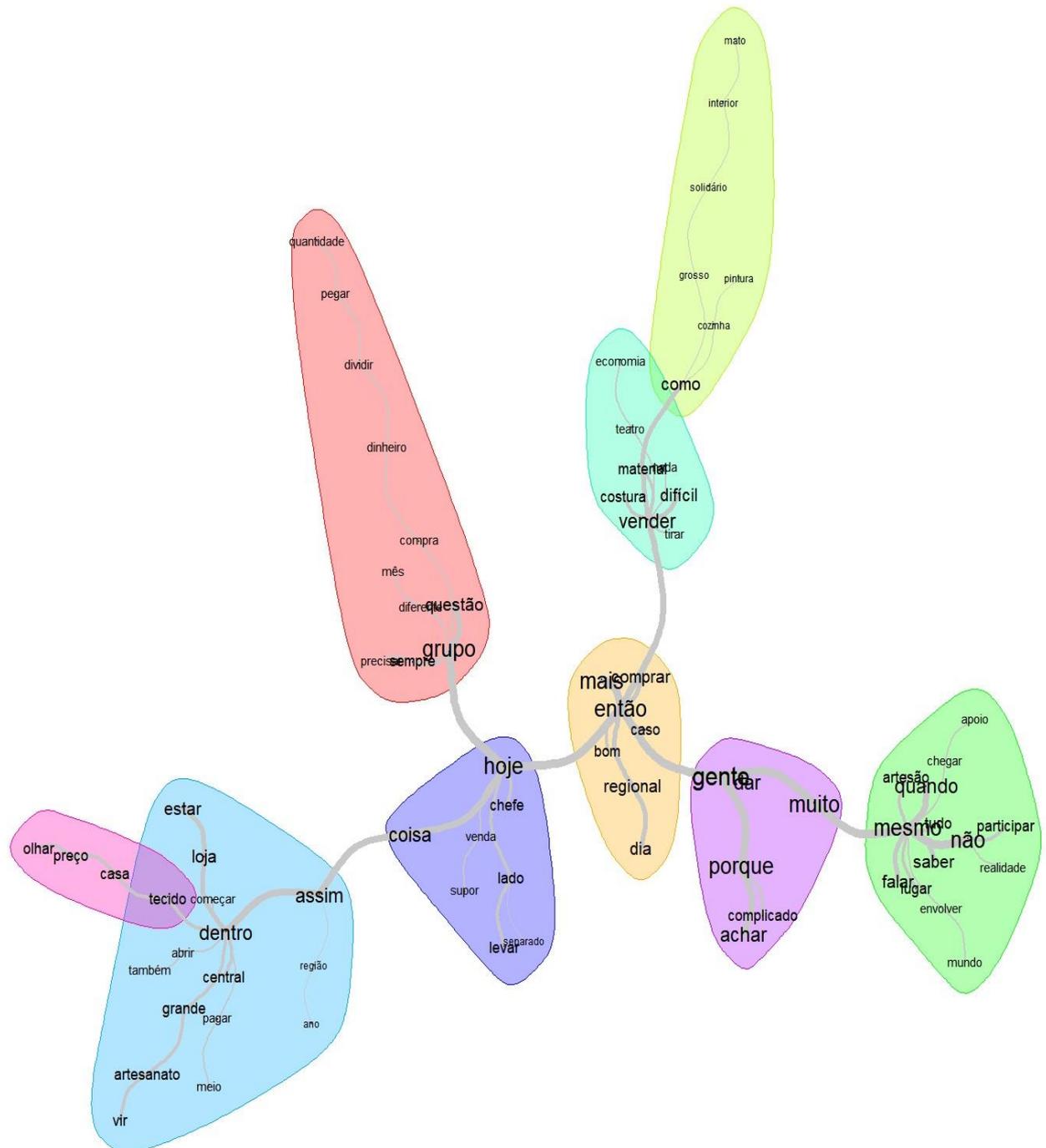
Fonte: Elaborada com base na entrevista por meio do uso do IRAMUTEQ (2018).

4.4.3 Empreendimento Econômico Solidário 2 (EES2)

Neste tópico são apresentados a nuvem de palavras, a análise de similitude e o dendograma do discurso contido durante a entrevista com o EE2 e as suas respectivas análises.

Na análise da nuvem de palavras do EES2, as palavras predominantes do discurso são: “grupo”, “loja”, “artesanato” e “comprar”. Essas palavras reforçam os aspectos como o forte investimento em artesanato, a deficiência de divulgação e o declínio das vendas, ou seja, a dificuldade é refletida em todos os grupos da Central. Em um segundo momento, estão as palavras “material”, “tecido”, “regional” e “dinheiro”. Estas palavras permitem compreender a realidade do grupo que trabalha com artesanatos diversos, a especialidade do grupo é produtos regionais.

Figura 12: Análise de Similitude Empreendimento Econômico Solidário 2 (EES2).

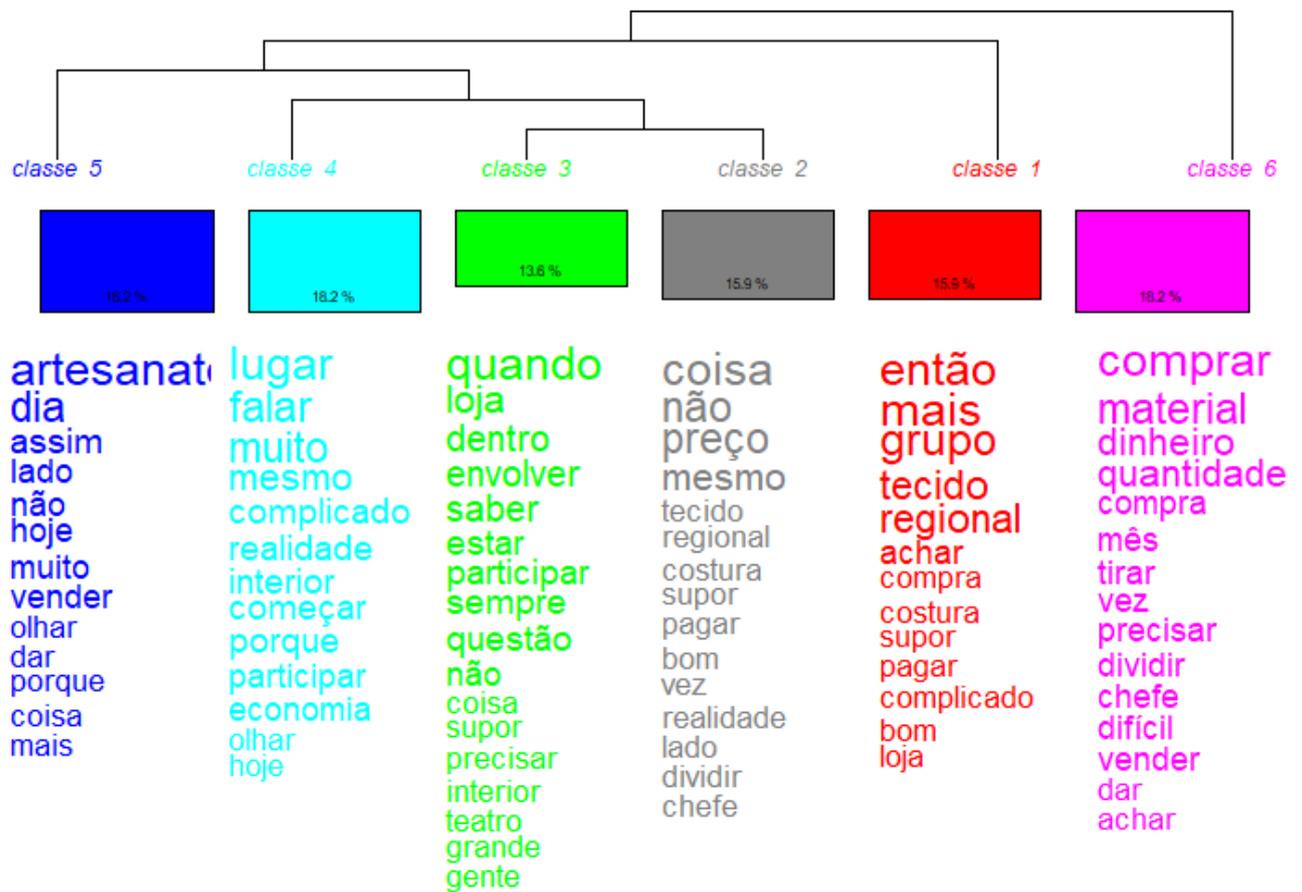


Fonte: Elaborada com base na entrevista por meio do uso do IRAMUTEQ (2018).

Na sequência são apresentadas a análise do Dendograma da entrevista realizada com o EES2. No primeiro momento, o corpus textual foi dividido em três partes por meio da

classificação hierárquica descendente obtendo seis classes de segmentos de textos distintas. Em um segundo momento, as classes são novamente divididas, obtendo três agrupamentos formados pelas das classes 1, com destaque ao grupo de palavras “então”, onde 15,9% do corpus textual apresenta similaridade com este grupo de palavras, e o segundo grupo, é composto da classe 6, representando 18,2% do texto, com destaque ao grupo palavras classificado por comprar, o ultimo agrupamento, é subdividido entre as classes 5, 4, 3 e 2, na qual resultam em 65,9% da entrevista, sendo formado pelos grupos de palavras “artesanato”, “lugar”, “quando” e “coisa”.

Figura 13: Dendograma Empreendimento Econômico Solidário 2 (EES2).



Fonte: Elaborada com base na entrevista por meio do uso do IRAMUTEQ (2018).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs a analisar as relações que envolvem os processos de consolidação de uma central de comercialização solidária, gerida pelos princípios da economia solidária e a possibilidade de desenvolvimento local. Verificou-se que a criação da Central de Comercialização de Economia Solidária de Campo Grande/MS, impulsionou e incentivou dezenas de grupos sem recursos e suporte para superar os desafios de empreendimentos individuais. Observa-se que os grupos possuem a mesma origem, incluindo a origem sociocultural e econômica de seus membros, que por meio da Central buscaram a inserção e o fortalecimento de suas atividades no município de Campo Grande/MS.

Nesta perspectiva, compreende-se que o associativismo é utilizado com estratégia para melhorar a qualidade de vida de uma determinada população, já que pertencem a uma sociedade competitiva e individualista, as associações oferecem instrumentos e promove a incorporação de novos conhecimentos a seus associados (ALENCAR, 1997; MANÇANO, 2008). Assim, o associativismo, concretiza as demandas sociais e aproxima os homens da busca por autonomia em promoção ao desenvolvimento local (LEONELLO; COSAC, 2009).

A estruturação da Central como uma associação foi fundamental para que alcançassem bons índices de organização e formação dos associados. As atividades de formação em economia solidária desenvolvidas pela Central, antes de associar um grupo, é imprescindível para que os associados já se familiarizarem com método de gestão do empreendimento, e este, é realmente absorvido pelos integrantes, mesmo em situações em que individualismo possa prevalecer. Assim, é possível compreender o intenso enraizamento de princípios como cooperativismo e coletividade, bem como a potencialização das habilidades dos associados, refletidos na qualidade dos produtos e serviços.

Durante as relações de comercialização e associação, um complexo sistema de interações sociais se forma diante das necessidades. Das intenções e interesses dos indivíduos, surgem ações no meio econômico, político e social constituindo um processo de aprendizagem e estruturas de poder (CANTERLE, 2004).

A autogestão, identificada na Central, atribui às decisões para o coletivo com a finalidade de melhorar as condições de vida dos associados, e a multiplicidade de agentes envolvidos a enriquece, por compartilhar experiências e atitudes (SINGER, 2002). Os empreendimentos EE1 e EE2, encontraram na economia solidária, uma alternativa para se desvincularem do mercado tradicional e das suas características centralizadoras de trabalho, e passarem a ter mais autonomia na realização de suas atividades. Principalmente o EE1, que

são formados por deficientes visuais, e enfrentavam dificuldades para se inserir no mercado de trabalho. Entretanto, o maior desafio enfrentado ao introduzi-los no mercado, foi incorporar princípios como transparência, cooperativismo e autogestão, e superar o individualismo.

O incentivo a autogestão, promove o empoderamento dos associados, deste modo o trabalho é executado sob uma perspectiva integral, em que os trabalhadores possuem meios de produção e mercadorias resultantes de seus trabalhos (SINGER,2002). Restabelecem os laços de solidariedade que pertencem ao processo produtivo, através da transparência da gestão, divisão do poder e dos ganhos e também pela participação ativa dos sócio-trabalhadores durante a execução das tarefas (BENINI, 2008). Em contrapartida, a tomada de decisão é mais lenta, já que é realizada através de debate democrático e participativo (SINGER, 2002).

Nos EES a figura de um líder é importante para que associados possam ser empoderados a organizarem seus próprios grupos e aplicar a autogestão, além de, os auxiliarem diante das dificuldades. Em relação a Central, o Gestor transparece um forte poder de liderança, involuntariamente, devido ao fato de estar envolvido em todas as atividades, que acaba centralizando as tomadas decisões e as atividades administrativas da Central. O enfoque do EES1 é na prestação de serviço, este, prevalece autonomia e autogestão de suas atividades, delimitando as decisões a todo o grupo. Para o EES2, com enfoque na produção de artesanatos, as funções são feitas de modo coletivo e autônomo, é visível o forte relacionamento entre os membros.

O associativismo, rejeita a lógica economista que restringe o fazer humano à busca racional do interesse próprio e a ação cooperativa de ter como finalidade o lucro máximo (ALBUQUERQUE, 2003), isto é, distante do modelo de heterogestão, que prioriza a rapidez na tomada de decisão, que se dá em razão da centralidade do poder, sendo controlada por um único dono, presidente ou diretoria (PITAGUARI, 2010).

Acredita-se no potencial dos associados para reverter o momento de crise financeira, contudo, a carência de divulgação da Central e a falta de experiências com vendas dos associados, acaba dificultando a mudança da situação. Assim, a redução das vendas reflete na falta de capital de giro, e torna inviável a contratação de profissionais para exercer essas funções. Os empreendimentos associados fazem o possível para melhor a divulgação, participando de feiras e eventos representando a Central.

Além disso, o precário incentivo público a empreendimentos solidários, impulsiona a busca por parcerias com o governo local que possam estimular novas políticas públicas, bem como a novos associados, fortalecendo o desenvolvimento das localidades do interior do

Estado e dos bairros do município. Nacionalmente, por exemplo, ações para elaboração de políticas econômicas utilizando-se modelos mecânicos, onde, os atores econômicos têm um comportamento padrão e que a população comunga o mesmo sistema de valores, poderia ser introduzido. Em nível de comunidades locais, deve-se presumir que elas não são tão amplas e que nelas tudo é personalizado: a liderança, as instituições, as empresas, os grupos comunitários (JESUS, 2003).

As dificuldades advindas da crise capitalista geraram a necessidade de criar estratégias produtivas descentralizadas e com o enfoque nas ações locais. Dessa forma, no Brasil o desenvolvimento local poderia ser compreendido como um contraponto, já que seria baseado num processo endógeno a partir da capacitação e habilidades das comunidades em se tornar agente e sujeito do seu próprio desenvolvimento, administrando o que está externo (ÁVILA, 2000).

Um ideal de desenvolvimento local concentrado em um grande número de atores sociais e institucionais, que deveriam incluir aos empreendimentos forças locais, públicas ou privadas. Dessa forma, a prática mais recente de apoio às comunidades contribui para a formação ou consolidação de uma cultura de aproximação ao poder local, apresentado, no caso de associações e cooperativas, quase sempre, como parceiros e participantes do processo (WAKULICZ, RIGHI, CAZAROLLI, 2000). No entanto, é importante destacar que o significado de desenvolvimento local pode ser alinhado em diferentes contextos, uma vez que comporta ideias distintas, projetos e experiências sob múltiplos enfoques e que convergem em vários aspectos.

O uso do IRAMUTEQ como instrumento tecnológico para armazenamento e gerenciamento dos dados na aquisição de variáveis concretas dos materiais coletados, assim como para correlação para categorias de análise, demonstrou a perceptível semelhança entre os discursos dos entrevistados e os apontamentos em geral, seguem a mesma linha de pensamento, isto é, os empreendimentos possuem as mesmas percepções sobre as dificuldades, desafios e estratégias para melhorar da comercialização, portanto, a dificuldade em colocar em prática os princípios da economia solidária, do associativismo e a falta de incentivo de políticas públicas se mantêm são evidentes e relevantes.

Dessa forma, identificou-se que os entrevistados compartilham das seguintes opiniões: a) importância do associativismo; b) dificuldades no processo de autogestão; c) declínio nas vendas; d) falta de estratégias para melhorar a comercialização; e) a Central é a fonte secundária de geração de renda e f) falta de políticas públicas para EES. Evidencia-se os desafios

enfrentados na consolidação, comercialização e inserção econômica, característicos de empreendimentos de caráter solidário.

Entende-se que não houve mudanças drásticas o discurso dos entrevistados, já que seguem os mesmos princípios, confirma-se pela semelhança entre as nuvens de palavras, composta por quase sempre do mesmo vocabulário, ou seja, os empreendimentos e o responsável pela gestão, compartilham das mesmas experiências e aprendizados, estes geridos dentro da Central. Nas análises de similitude e nos dendogramas, compreende-se suas opiniões e interesses, mesmo atuam em atividades diferentes dentro da associação, destacando suas deficiências e habilidades particulares.

A criação e consolidação de uma economia alternativa, como a economia solidária, provocam efeitos nos participantes, visto que eles ficam cada vez mais motivados a expandir movimentos e projetos relacionados à temática (POCHMANN, 2004; BERTUCCI, 2010). Mesmo com as dificuldades de consolidação, quando bem estruturados, os empreendimentos solidários são capazes de não reproduzir relações capitalistas no seu interior, por se tratar de uma alternativa de desemprego e melhoramento da qualidade de vida, ressalta-se o caráter cognitivo dos trabalhadores, que partilham de sentimentos de cooperação e confiança mútua, além dos princípios básicos de solidariedade, igualdade, democracia e responsabilidade fundamentais para o desenvolvimento do empreendimento (GAIGER, 2003).

Por fim, caminhando em paralelo alguns princípios da economia solidária e algumas ações de desenvolvimento local se faz presente na Central, como em situações em que se incentiva o melhoramento dos produtos e serviços, com cursos, projetos aperfeiçoamento, palestras e reuniões onde os associados podem dividir informações e experiências, a deslocamento dos associados dos bairros e do interior do Estado, promove interação com outras realidades e culturas. A transformação das ações individuais em coletivas, produz estímulos a questões como cooperativismo e coletividade.

No desenvolvimento local, a comunidade é vista como um todo, é o protagonista das ações, em detrimento a diminuição das formas de pobreza. Portanto, ações que caracterizam o desenvolvimento local, pode originar em um bairro, município, em qualquer lugar, desde que os indivíduos pertencentes a localidade, sejam detentores de objetivos e características comuns, se organizem em favor do protagonismo da região que estão inseridos (ZAPATA, 2006). Mediante os discursos dos entrevistados, há possibilidade e necessidade de implantar políticas públicas de desenvolvimento local, que fortaleçam os EES de Campo Grande/MS. Sugere-se ao governo local, a formulação de políticas públicas, para que as ações políticas interfiram no contexto destes empreendimentos, e a partir, de movimentos direcionados e o

trabalho em conjunto dentro das comunidades do município, será possível iniciar o processo de transformação da realidade não apenas da Central, mas todos os envolvidos direta e indiretamente.

6.0 REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**. v. 4, n. 2. 2000.
- ALBUQUERQUE, P. P. Associativismo. In: Cattani, Antonio D. (org.) *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz editores, 2003.
- AMARO, R. R. Desenvolvimento local. In A. D. Cattani et al. (Coord.) *Dicionário internacional da outra economia* (pp. 108-113). Coimbra/São Paulo: Almedina/CES. 2009.
- AROCENA, J. Descentralización y desarrollo local. Cuadernos del Claeh, Revista Uruguaya de Ciencias Sociales, 13(48):7-16, ene./feb. 1988.
- ARROYO, J.C.T; SCHUCH, F.C. **Economia popular e solidária**: a alavanca para um desenvolvimento sustentável. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.
- ARRUDA, D. O; MARIANI, M. A. P. Empreendimentos de economia solidaria da cidade de Corumbá e suas relações com o grupo de pescadores urbanos, com vistas ao desenvolvimento local. Revista acadêmica Observatório de Inovação do Turismo, v. IV, p. X-XX, 2009.
- ÁVILA, V. F. Pressupostos para formação educacional em desenvolvimento local. *INTERAÇÕES - Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande, v. 1, n. 1, p. 63-76, set. 2000.
- ÁVILA, V. F. Dupla relação entre Educação e Desenvolvimento Local (endógenoemancipatório). Belo Horizonte: Paidéia – Revista do curso de pedagogia da Fumec. Ano 9, n.12, p. 13-49, 2012.
- AZAMBUJA, L. R. Os valores da economia solidária. **Sociologias**. Porto Alegre, v. 11, n. 21, p. 282-317, 2009.
- BARDIN, L.; **Análise de Conteúdo**. Lisboa. Edições 70, 1977.
- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: As Consequências Humanas**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar. 1999.
- BENINI, E.G. Economia solidária em questão: estudo sobre as possibilidades e limites de inserção e emancipação social no capitalismo. **Dissertação de mestrado**. Campo Grande: DEA/UFMS, 2008.
- BENKO G. B. LIPIETZ A. **Les régions qui gagnent. Districts et réseaux: les nouveaux paradigmes de la géographie économique**. Paris: PUF. 1992.
- BENKO, G. PECQUEUR, B. "Los recursos de los territorios y los territorios de los recursos". XXVII Reunión de Estudios Regionales. Madrid: Asoc. Española de Ciencia Regional. 2001.
- BENKO, G.; LIPIETZ, A. (orgs.). *As regiões ganhadoras. Distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica*. Oeiras: Celta, 1994.

- BERTUCCI, J. O. **A produção de sentido e a construção social da economia solidária**. 2010. 242 f. Tese. (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.
- BONI, V.; QUARESMA, S. J. **Aprendendo a entrevistar**: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Em Tese, v.2, n.1, p.68-80, 2005.
- BUARQUE, Sergio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- BUARQUE, Sergio C. **Metodologia de Planejamento do Desenvolvimento Local e Municipal Sustentável**. Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal, 1999.
- CALBINO, D.; PAES DE PAULA, A. P. Economia solidária: uma investigação sobre o estado da arte. *Gestão Contemporânea*, Porto Alegre, ano 10, n. 14, p. 371-397, jul./dez. 2013.
- CANTERLE, N. M. G. **O associativismo e sua relação com o desenvolvimento**. Francisco Beltrão-PR, Unioeste, 2004. Disponível em: <www.unioeste.br>. Acesso em: 17 jul. 2007.
- CASTELS, Manuel; e BORJA, Jordi. “As cidades como atores políticos”. *Novos estudos CEBRAP – Dossiê Cidades* (mimeo.), no 45, julho de 1996.
- CATTANI, A. D. *A outra economia*. Porto Alegre. Veraz. 2003.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Pesquisa**: Conceitos e definições. 5. Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002, 65 p.
- CHANIAL, P.; LAVILLE, J.L. “Associativismo”, in A. Cattani et al. (orgs.), *Dicionário internacional da outra economia*, Coimbra, Almedina, pp. 21-25. 2009.
- COELHO, F. Reestruturação econômica e as novas estratégias de desenvolvimento local. In: FONTES, Ângelo & COELHO, Franklin Dias (Org.). *Desenvolvimento econômico local: Temas e abordagens*. Rio de Janeiro: IBAM/SERE/FES, 1996.
- CORIOLOANO, L.N.M.T. O turismo comunitário e a economia solidária no Ceará. In: II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TURISMO SUSTENTÁVEL. **Anais**. Fortaleza/CE: UECE, 2008. 18p.
- DOWBOR, L. *O que é poder local*. São Paulo, Brasiliense, 1994.
- FERRARI, A. T. **Metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1992.
- FRANÇA FILHO, G. A via Sustentável-Solidária no Desenvolvimento local. *Salvador: Organizações & Sociedade/UFBA*, v. 15, n. 45, p. 219-232, abr./jun., 2008.

- FRANTZ, W. Associativismo, cooperativismo e economia solidária. Ijuí: Editora Unijuí, 2012.
- FRANTZ, Walter. **Desenvolvimento local, associativismo e cooperação**, 2002. Disponível em: <<http://www.unijui.tche.br/~dcre/frantz.html>>. Acesso em: fev. 2018.
- GAIGER, L. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. CADERNO CRH, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003.
- GALDEANO-GÓMEZ, E.; AZNAR-SÁNCHEZ, J.A.; PÉREZ-MESA, J.C. The Complexity of Theories on Rural Development in Europe: An Analysis of the Paradigmatic Case of Almería (South-east Spain). **Sociologia Ruralis**, v. 51, n.1, p. 54-78, 2011.
- GANANÇA, A. C. Associativismo no Brasil: características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa. 134 f. Dissertação (mestrado) — Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- HAVERI, Arto. “Strategy of comparative advantage in local communities”, obtido por meio da Internet na Homepage www.uta.fi (mimeo.). (publicado originalmente em Oulasvirta, Lasse (ed.), “Finnish Local Government in Transition”, *Finnish Local Government Studies*, vol. 22, no 4. 1996.
- JESUS, P. Desenvolvimento Local in: CATTANI, Antonio David (org). A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- LADEIA, C. R.; CARVALHO, A. M. R.; FARIA, P. B. Planejamento estratégico: ferramenta para o desenvolvimento dos empreendimentos econômicos solidários. In: ZANIN, M.; GUTIERREZ, R. F. (orgs.). **Economia Solidária: tecnologias em reciclagem de resíduos para geração de trabalho e renda**. v. 1. São Carlos: Claraluz, 2009.
- LAVILLE, J.L (org.). *Economía Social y Solidaria: una visión europea*. Buenos Aires: Altamira, 2004.
- LECHAT, N. M. P.; BARCELOS, E. S. Autogestão: desafios políticos e metodológicos na incubação de empreendimentos econômicos solidários. **Revista Katalysis**, v. 11, p. 96-104, 2008.
- LEONELLO, J. C., COSAC, C. M. D. O Associativismo como Alternativa de Desenvolvimento Local e Sustentabilidade Social. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/joaocarlosleonelloeclaudi amariadahercosac.pdf> . Acesso em: 10/12/2017.
- LIMA, A. L. C. Abordagens teóricas sobre o desenvolvimento econômico local: ideias inovadoras no debate sobre essa antiga questão ?. *Revista Organizações e Sociedade*. v. 7, n.18, p. 159-182, maio/ago. 2000. O Sentido do “Local” eo Papel da Cidade no

Desenvolvimento Local (PDF Download Available). Available from: https://www.researchgate.net/publication/228462719_O_Sentido_do_Local_eo_Papel_da_Cidade_no_Desenvolvimento_Local Acesso em: Mar 19 2018.

MARTINS, R. D. A.; CALDAS, E. L. Uma análise comparada de experiências de desenvolvimento econômico local no Brasil. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 5, n. 3, p. 70-93, 2009.

MARTINS, R. D.; VAZ, J. C.; CALDAS, E. L. A gestão do desenvolvimento local no Brasil: (des)articulação de atores, instrumentos e território Rio de Janeiro: RAP - Revista de Administração Pública, MAIO-JUN, 2010.

MATTA, F.N. Pesquisa de Marketing. Edição compacta. São Paulo: editora atlas. 1996

MET/SENAES. A economia solidaria. Disponível em: http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_elaboracao_lei.pdf. Montevideo: Clahe, n. 41, p. 5-61, 1988.

MOTTA, P. R. Modernização administrativa: propostas alternativas para o Estado latino-americano. *Revista de Administração Pública*, v. 21, n. 4, p. 31-61, 1987.

MOULAERT, F.; AILENEI, O. Social Economy, Third Sector and Solidarity Relations: A Conceptual Synthesis from History to Present. *Urban Studies*, n. 42, v. 11, 2005, p. 2037-2053.

NASCIMENTO, A. R. A., MENANDRO, P. R. M. (2006). Análise lexical e análise de conteúdo: Uma proposta de utilização conjugada. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 6(2), 72-88. *Organizações & Sociedade/UFBA*, v. 15, n. 45, p. 219-232, abr./jun., 2008

NUNES, D. **Incubação de empreendimentos de economia solidária**: uma aplicação da pedagogia da participação. São Paulo: Annablume, 2009.

OECD. Technology and the economy. The key relationship. Paris OECD. 1992

PANOSSO NETO, A. filosofia do turismo: teoria e epistemologia. São Paulo: editora Aleph, 2005.

PIENIZ, L. C. C. Elementos básicos constituintes do desenvolvimento endógeno/local/regional/territorial: redes, atores e território. *Revista gestão e desenvolvimento em contexto- GEDECON VOL.1, Nº. 01, 2013*. Disponível em: Acesso em 20-04-2018

PITAGUARI, S. O. A Economia Solidária No Brasil: Políticas Públicas e Desenvolvimento Local. 2010. (145fls.). Dissertação (Mestrado em Economia Regional) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

- POCHMANN, M. Economia solidária no Brasil: possibilidades e limites. **Boletim de Mercado de Trabalho** - Conjuntura e Análise, n. 24, 2004.
- RAY, C. Endogenous socio-economic development in the European Union: issues of evaluation. **Journal of Rural Studies**, n. 16, p. 447-458, 2000.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2008
- SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- SANTOS, B. S. (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. v.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SILVEIRA, C. Conexões entre desenvolvimento local, economia solidária e tecnologia social. Revista Trimestral de Debate da FASE: Abertura do 1 Fórum Nacional da Rede de Tecnologia Social – Salvador, 2006.
- MARTINS, S. R. O. Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. Campo Grande: Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol. 3, N. 5, p. 51-59, Set. 2002.
- SINGER, P. “Economía Solidaria”, en Cattani, Antonio D. (org.), La otra economía, Buenos Aires, UNGS-OSDE-Altamira. 2004
- SINGER, P. Economia Solidária. **Estudos avançados**, v. 22, n. 62, 289–314, 2008.
- SINGER, P. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Org.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.
- SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SINGER, P. O desafio é criar cadeias solidárias. In: MELLO, C.; STREIT, J.; ROVAI, R. (Org.) **Geração de trabalho e renda, economia solidária e desenvolvimento local: a contribuição da Fundação Banco do Brasil**. São Paulo: Publisher Brasil, 2006.
- SINGER, P.; SOUZA, A. **A economia solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.
- SOUZA, D. N. Reestruturação capitalista e trabalho: notas críticas acerca da economia solidária. **Rev. Katál.**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 53-60, 2008.
- VAZ, J. C.; CALDAS, E. L. Desenvolvimento local e políticas territoriais. In: ENCONTRO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA (EnAPG), 2. Anais... São Paulo, 2006.
- VÁZQUEZ BARQUERO, A. "Desarrollo endógeno y globalización". *Eure* 26, 79: 47-66. 2000. Disponível em:

https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=1997831&pid=S0250-7161200200840000400066&lng=es acesso em 20/04/2018

- VÁZQUEZ-BARQUERO, A. Desarrollo endógeno. Teorías y políticas de desarrollo territorial. Investigaciones regionales, 11, 183-210. 2007.
- VÁZQUEZ-BARQUERO, A. Desarrollo local. Una estrategia de creación de empleo, Pirámide, Madrid. 1988.
- VÁZQUEZ-BARQUERO, A. Política Económica Local, Piramide, Madrid. 1993.
- VITTE, C. C. S. Gestão do desenvolvimento econômico local: algumas considerações. INTERAÇÕES. Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol. 8, N. 13, p. 77-87, Set. 2006.
- WAKULICZ, G; RIGHI, I; M. M; CAZAROLLI, B. Associativismo/cooperativismo e o desenvolvimento local/regional. Revista Economia e desenvolvimento, no 11, 2000.
- YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.
- ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2009.
- ZAPATA, T. Desenvolvimento local: estratégias e fundamentos metodológicos. Rio de Janeiro: Comunidade Solidária/Governo Federal/Rits. 2001.
- LECHAT, N. Economia social, Economia Solidária, terceiro setor: do que se trata? In: Civitas (Porto Alegre), v. 2 n.1, jun. 2002.
- SANTANA JUNIOR, G. A Economia Solidária em face da dinâmica da acumulação capitalista: da subordinação a um novo modelo de regulação social?. Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração da UFBA, 2007.
- MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Livro III, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.
- ARRUDA, M. Socioeconomia solidária. In: CATTANI, A. D. (Org.). Outra economia. Porto Alegre: Veraz, 2003.
- MARX, K. Para a crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- SINGER, P. Uma utopia militante: repensando o socialismo. Petrópolis: Vozes, 1998.
- MANCE, E. A. A Revolução das Redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis: Vozes, 1999
- NOVAES, Henrique T. **O fetiche da tecnologia: a experiência das fábricas recuperadas**. São Paulo: Expressão popular, 2010.
- MARX K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

- NETO, J. F. **Economia solidária e autogestão**:ponderações teóricas e achados empíricos. Maceio: EDUFAL, 2005.
- SMITH, A. **A riqueza das nações**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v. 2.1983
- VERGARA, Sylvia C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.
- ROESCH, S. M. A.. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração**: guia para pesquisas, projetos, estágios e trabalho de conclusão de curso. São Paulo: Atlas, 2009.
- FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Coleção Pesquisa Qualitativa (Coordenação de Uwe Flick). Porto Alegre: Bookman, Artmed, 2009.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introduction: the discipline and practice of qualitative research. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Ed.). Handbook of qualitative research. 2nd ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2000.
- GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

7.0 APÊNDICE

Apresenta-se neste tópico o roteiro de entrevista e as transcrições.

7.1 Roteiros de Entrevista

Roteiro De Entrevista Gestor Central De Comercialização

A) Características Gerais

- 1) Nome do Empreendimento
- 2) Local de atuação
- 3) Qual o tempo de existência?
- 4) Número de integrantes
- 5) Natureza do grupo:
 - a) Associação
 - b) Cooperativa
 - c) Grupo informal
- 6) Qual a situação atual do empreendimento e por quê?
 - a) em funcionamento/operando
 - b) em implantação
 - c) em reestruturação
- 7) O que motivou a criação do empreendimento? E como foi esse processo?

B) Organização da Central

- 8) Quais são os produtos e/ou serviços oferecidos?
- 9) Quais as instalações e equipamentos? O lugar é (próprio, doado, cedido, alugado)?
- 10) Qual destino dos produtos? (Venda, troca, autoconsumo)
- 11) Qual produto e serviço são mais consumidos?
- 12) Como é feito o controle dos produtos/serviços? Quem é o responsável?
- 13) Quais são as dificuldades encontradas na comercialização?
- 14) Quais as ações do empreendimento são realizadas coletivamente?
 - a) Compra de matéria-prima e/ou de outros insumos
 - b) Produção integral
 - c) Uma parte da produção. Qual?
 - d) Compartilha os equipamentos ou instrumentos de trabalho
 - e) Compartilham a mesma infraestrutura
 - f) Compartilham a comercialização
 - g) Compartilham o marketing e propaganda dos produtos
 - h) Outro?
- 15) Como se dá a relação com os empreendimentos? Qual a função de cada um dentro da Central?

C) Formas de Gestão da Central

- 16) Como é organização os procedimentos administrativos?
- 17) Como se dá a associação de novos grupos?
- 18) Os integrantes participam de atividades de aperfeiçoamento das técnicas? Aonde são feitos? Por quem são oferecidos? E qual frequência?
- 19) Buscam informação/orientação sobre as oportunidades do mercado, de como melhorar a produção, apresentação dos produtos e para obtenção de mais recursos? Qual tipo, e quem oferece essas informações? E como são compartilhadas?

- 20) De que modo é feita a remuneração de cada grupo? Como é decidido o que será feito com os lucros?
- 21) Quais as principais dificuldades encontradas no negócio? (Comercialização, produção, profissional, relações interpessoais, financeiro, infraestrutura)
- 22) O empreendimento já recorreu ao auxílio de recurso financeiro de origem privado, ou pública? Qual foi a finalidade do recurso?

D) As interações dos empreendimentos com a localidade

- 23) Quem são os principais parceiros e qual a contribuição deles para o desenvolvimento do negócio? Tem parcerias municipais?
- 24) Utilizam de políticas públicas de fomento ao desenvolvimento do empreendimento?
- 25) Qual mudança o empreendimento promoveu para comunidade? Trouxe benefício social?
- 26) Qual a relação do empreendimento e as localidades de MS?
- 27) Na sua percepção existem ações do poder público que impulsiona o desenvolvimento local?
- 28) O que falta como políticas públicas para melhorar as condições do empreendimento?

Roteiro De Entrevista Empreendimentos

A) Características Gerais dos EES

- 1) Nome do Empreendimento
- 2) Local de atuação
- 3) área urbana ou rural?
- 4) Qual o tempo de existência?
- 5) Número de integrantes
- 6) Natureza do grupo:
 - a) Associação
 - b) Cooperativa
 - c) Grupo informal
- 7) Qual a situação atual do empreendimento e por quê?
 - a) em funcionamento/operando
 - b) em implantação
 - c) em reestruturação
- 8) Qual a natureza da atividade
 - a) Produção. Especificar a atividade
 - b) Serviço. Especificar a atividade
 - c) Comércio. Especificar a atividade
- 9) O que motivou a criação do empreendimento? E como foi esse processo?

B) Organização da Central

- 10) Quais são os principais produtos e/ou serviços oferecidos?
- 11) Quais as instalações e equipamentos? O lugar é (próprio, doado, cedido, alugado)?
- 12) Qual destino dos produtos? (Venda, troca, autoconsumo). Para quem é feita a comercialização dos produtos? (Consumidor final, revendedores/atacadistas, órgão governamental, empresa privada de produção, para outros EES)
- 13) Quais as ações do empreendimento são realizadas coletivamente?

- a) Compra de matéria-prima e/ou de outros insumos
- b) Produção integral
- c) Uma parte da produção. Qual?
- d) Compartilha os equipamentos ou instrumentos de trabalho
- e) Compartilham a mesma infraestrutura
- f) Compartilham a comercialização
- g) Compartilham o marketing e propaganda dos produtos
- h) Outro?

14) Qual principal espaço de comercialização (na central, no próprio espaço da produção), caso seja na Central, como é feita a entrega e controle dos produtos?

15) Como se dá a relação com a Central? E com os outros empreendimentos?

16) Há o compartilhamento de informação? Quais os grupos mais próximos?

17) Ao se associar à Central, quais foram os benefícios? O que poderia melhorar?

18) Quais são as dificuldades encontradas na comercialização?

C) Formas de gestão dos empreendimentos

19) Como se dá o funcionamento administrativo do empreendimento? Como é feita a associação dos integrantes?

20) Os membros participam de atividades de aperfeiçoamento das técnicas? Aonde são feitos? Por quem são oferecidos?

21) Quem são os principais parceiros do empreendimento?

22) Recebe alguma informação/orientação de meios de inserção do mercado, melhorias na produção e obtenção de recursos? Quem oferece e qual tipo?

23) Já recorreu ao auxílio de recurso financeiro de origem privado, ou pública? Qual foi a finalidade do recurso?

24) A principal fonte de renda é da venda/comercialização de produtos e/ou serviços ou existe outra fonte?

25) Como é feita a divisão dos lucros/pagamento entre os membros? Qual valor médio da retirada mensal?

26) Quais as principais dificuldades encontradas no negócio? (Comercialização, produção, profissional, relações interpessoais, financeiro, infraestrutura)

D) As interações dos empreendimentos com a localidade

27) A matéria-prima dos produtos faz parte da localidade?

28) Quem são os principais parceiros e qual a contribuição deles para o desenvolvimento do negócio? Tem parcerias municipal?

29) Utilizam de políticas públicas de fomento ao desenvolvimento do empreendimento?

30) Qual mudança o empreendimento promoveu para comunidade? Trouxe benefício social? Quais benefícios?

31) Qual a relação do empreendimento e as localidades de MS?

32) O que poderia mudar para melhorar as interações com a localidade?

7.2 Transcrições

Transcrição Gestor da Central

Diretamente são tantas pessoas, mas indiretamente são mil oitocentas pessoas no Itamaraty por exemplo, tem um monte de gente lá se tem dar golpe envolve 26 municípios que envolve a ele

A gente faz parcerias de projeto e alguns produtos deles vem para cá mas agora parou porque agora eles têm a central de distribuição deles no projeto que ele fez com a Petrobras agora eles têm um entreposto deles não tem mais necessidade Porque é muito longe para vir para cá de Dourado mas eles são filiados a Central não tem necessidade dos produtos virem para cá, e com o tempo o caminhão vai vir para cá para fazer a parte logística, ainda não veio porque não tem demanda e tá contado o negócio tá devagar, então até acertar as logísticas os caminhões têm que ir vazios e voltar cheio, estão atendendo a região de Glória de Dourados, hoje fizemos juntos projetos do BNDS da Petrobras

Porque muda muito entra e sai entra e sai muita gente, mas associações que está aqui e não tem produto mas estão na Central, os cursos de capacitação exemplo os projetos trazem para a central porque na realidade eles querem fortalecer aqui, é a base com produto não, é a ponte que tem de referência, por exemplo tem parceria com a carioloando, uma parceria que todos os projetos que vem para capacitar as pessoas, eu indico os Empreendimentos que utilizam desse trabalho, estamos acompanhando agora pessoal de Anastácio que mexe com a Bocaiúva, a maneira de armazenar não estava correta e agora ele está fazendo acompanhamento lá com eles, até melhorou o produto quando vem para cá, Isso é interessante quando isso é parceria a gente indica os grupos às vezes nem tenho produto aqui porque o produto Cerrado demanda é tão grande que não vem para cá e quando tem uma feira falo “manda para mim aí”, Dá um jeito eles mandam essas parcerias com universidades São Luiz indicas pessoas posições de capacitação e a gente não tem dinheiro para isto eles têm com os projetos que eles, agora tem um projeto agora que é para castrar as mulheres só as mulheres da Agricultura Familiar, Temos outro projeto agora que até segunda quinzena vai vir que a fundação Banco do Brasil e uma de Brasília é um projeto para trabalhar o fortalecimento das mulheres da Agricultura Familiar temos que fazer o levantamento ainda não conversar comigo Tatiana para saber como que vai investir o dinheiro bateria 100% capacitação restante maquinário E aí tem que sentar com a comissão e ver que é prioridade

Tem de tudo aqui Serviço costura massoterapia lanchonete salão de beleza aula de teatro e cobra uma taxa mínima a capoeira é de graça só alguém que da vida quando pode mas não é cobrado nada eles tem uma caixinha que ajudam a zelar pelo lugar porque a loja não cobra despesa de lá é muita despesa e nós não temos funcionários então devia sujo aí fizemos várias reuniões e juntou a capoeira organocoop e a aula de pilates que não tá tendo mais e cada um assume a sua parte, o grupo se reuniu resolveu o problema de lá autogestão por ele mesmo, fórum também acontece lá em cima

Hoje não tem tanto conflito aqui mas antes era um barril de pólvora Hoje não temos muito conflito aqui e eu via todo mundo colocava a mão no dinheiro Isso não vai dar certo e aí eu fui dando palpite Foi aí que foi tendo mudanças

Já anda sozinha antigamente não ando só não andava e aqui era um lugar muito procurado para entender o que era aqui e era novidade a loja vende a três quatro mil por dia e hoje vende 500 r\$ 600

Na Copa Vila 2 porque eu abri minha loja lá lá tem um clube de mães e ele me procuraram para fazer uma formação porque tem um lugarzinho para fazer a loja porque você não precisa trazer o produto para cá você pode colocar núcleo nos bairros Você entendeu e nos bairros tem procura artesanato com parceria com uma menina de artesanato que ela era daqui e eles vieram me procurar para dar um curso de autogestão, a parte de organização de loja eu vou da parte de formação de economia solidária e a Tiana que vai dar

São senhoras eles têm produção e agora tem um clube mães

O que mais tá dando tem movimento é a lanchonete e a massagem

O pessoal fazer a feira eu não participei muito do processo do começo ele fazia uma feira na praça a quantidade artesanato é muito grande ela comandava os Comerciantes eram para prefeitura para o governo Nessa altura o fórum já tinha já está fazendo articulação em Brasília e aí a tia se envolveu e orientar em Brasília que antes tivesse prédio público eles poderiam brigar para terem acesso foi a onde surgiu esse prédio aqui eles foram atrás eles queriam um ponto de referência mas veio todo mundo sem informação aqui pareceu um brechó E aí foi tendo formação abriu em 2006

Os equipamentos são todos nossos e o lugar cedido pelo governo

De produto por exemplo eu vou no salão de beleza e troco por um pano de prato, São mais mulheres, mas é bem mais diversificado hoje, antes o carro-chefe era os Produtos Regionais, mas agora é bem diversificado, tem quem compre no atacado

Quando eles têm dúvida uma encomenda ele chamada Ana Cláudia e aí eles ligam geralmente não dá o orçamento na hora eu já quase desisti de pegar uma encomenda a pessoa acha que fazer um produto a gente faz uma produção coletiva você sozinha não faz dois três bichinhos do Pantanal aí a pessoa veio aqui eu disse a gente pode até pegar, mas cada pessoa tem seu estilo de trabalhar eles não vão sair todos iguais, mas se quiser um tipo só eu não faço

Nós temos um compromisso aqui dentro todo o artesanato tem que ter 80% de artesanato de vez em quando eu vou visitar no trabalho de quando eu vejo que a suspeita eu tiro eu quisesse trazer prontinho para trazer aqui eu traria mas eu vou ser justo com os meus colegas

Compra de matéria-prima geralmente a central que faz esse papel de associação quando eu compro Fora eu compro pelo CNPJ da associação e passa pelo mesmo valor que comprou eu peço para faz bem faz o boleto, a matéria-prima principal da comercialização é comprada coletivamente com biscuit normalmente massa e barbante compartilhamento, A cozinha microondas geladeira no escritório utiliza um computador

Único marketing para sacola mas é um produto que a gente não tem condições de dar seguimento porque é muito caro Inclusive essa sacola que estão aqui ficaram R\$ 4000 mas vieram errado para cá mas o projeto fez uma padronagem para o Brasil inteiro

Tudo que chega aqui em cima eu falo para eles, mas eles acham que é só isso aqui, As reuniões são feitas de 2 a 3 meses agora não tem tanta necessidade olha hoje na gestão eu não vejo tanto problema não já tive mais hoje está mais tranquilo na comercialização eu vejo deles hoje a falta de experiência de um vendedor de atender o cliente de abordar o cliente essa diferença que eu falo para ele nós estamos pecando muito no

atendimento Temos que estar sempre renovando e tem gente que não quer aprender e hoje nós queremos trazer os jovens para a economia solidária tem muito idoso aqui e só entre idoso porque ele já trabalhou já aposentou mas ele quer preencher o tempo vazio dele ele vai ficar doente dentro de casa

Faz tem lojas que dão curso de aperfeiçoamento hoje que não procura curso vai ficando para trás a maioria dos grupos faz hoje a mídia internet ajuda muito, mas os grupos do interior não tem essa facilidade

Hoje como principal parceiro é a Funtrab, o Governo do Estado, a loja nunca pediu recurso quando a loja está no vermelho é rateado o valor, há uns dois meses teve uma contenção de despesas, nós votamos em reunião, e hoje cada pessoa vai assumir a gerência do dia não no computador mas no papel só duas pessoas têm habilidade de mexer Eles escrevem tudo eles não fazem por conta da responsabilidade não foi fácil colocar tudo no computador
A divisão do lucro cada um que tem seu produto que é vendido, quem tem grupo de produção coletiva a gente vende tira a despesa e dividir o lucro com todos, olha a venda é relativo

Hoje a principal dificuldade financeira porque a gente tem que vender hoje para comprar mercadoria, as comercializações do atendimento ao cliente a loja antes financiavam muito para você bancar o material para trabalhar hoje a loja não tem mais esse Capital porque caiu tanto que a loja descapitalizou cada empreendimento é responsável pelo seu cartão aí a loja pega os 30% Livre antes da máquina do cartão era só dinheiro ou cheque

Acho que a parceria que a gente tem a divulgação aonde eles vão ter ação eles levam aprenderam a fazer muitos projetos bons, no caso do pequi vieram um técnico de Brasília fizeram as mudas ensinou a plantar o fortalecimento da Agricultura Familiar

As políticas públicas para pobres não existem e aqui no Mato Grosso do Sul a gente tem um grande diferencial tem capitalismo puro boi e agropecuária e entrar com movimentos sociais no meio desse povo eles não aceitam falta muito a política para capacitação

Transcrição Entrevista EES1

São seis, não aqui é tudo autogestão, que eles falam, terceirizado né a gente não é empregado, é assim aqui na central, faz oito anos que o empreendimento está junto

Foi formado aqui, não trabalhava aqui foi o primeiro lugar

Foi através de um projeto da Petrobras teve um curso de massoterapia no smaqui, instituto dos cegos, que e o aí formou um grupo e através dele teve vários eventos, tipo estágio e através dele meu marido conheceu uma pessoa que era Deputado ou Vereador tipo assim e como ele queria fazer a inclusão do pessoal do mercado de trabalho ele estava procurando um pessoal, e conheceram a Tiana e vieram conversar, que através da Tiana “vamos tentar e ela” daí ela colocou um pessoal aqui,

A gente fez uma seleção mais ou menos das pessoas porque eram muitas pessoas umas 30 pessoas que fizeram o curso e os que se destacaram mais vieram para cá aí esse grupo ficou aqui nunca mudou estamos aqui desde o começo inauguramos aqui praticamente a massagem

Os principais serviços são massoterapia todas as técnicas o shiatsu (ver na imagem) com bambu drenagem linfática

Os equipamentos não foram cedidos a gente mesmo foi comprando aos poucos através de eventos as vezes a gente cobrava 10 r\$ 15 ou comprava o equipamento e dividimos aqui é tudo dividido tudo que colocamos aqui é dividido mas a loja ofereceu o espaço as divisórias nos equipamentos não nós mesmos que dividimos e compramos

aqui é de época agora por exemplo tá meio devagar com essa confusão que deu já estava meio devagar agora então, apesar de nossa pressão preço acessível popular aqui nesse espaço que a gente não paga aluguel nem água então o preço é mais acessível mesmo e mesmo assim o movimento não é aquela beleza como se diz, o divulgação tá fraco aqui estamos tentando agora fazendo banner

Porque assim como todos são deficientes visuais e cada dia a gente trabalha em dupla em dois dias da semana quando convoca uma reunião para discutir o assunto tenho quem pode tem quem não pode mas a gente precisa de uma divulgação e o que precisa que a divulgação A reunião é feita aqui mesmo quando necessário né para discutir algum assunto alguma coisa

Tipo assim, marca, e tem uma pessoa que vai lá faz a compra e dividir entre todos, essa uma compra no cartão e o restante repassava para ela para cobrir o cartão

Alguns equipamentos são individuais, que nem Angélica que usa mais equipamento é dela e outros que a gente usa com modeladora e cada um tem o seu, os bambus, creme cada um tem o seu, cada um uso que compra e a única coisa que é compartilhada é algodão, produto de limpeza que a gente faz todo mês uma tachinha para cada um pagar todo mês do restante cada um tem seu lençol sua toalha compra o que for usar

A massagem relaxante não é a mais barata não, mas é a mais procurada, e muita gente vem procurando para dor, atendemos bastante com torcicolo, dor lombar as mais simples tem procura e é mais barato, a reflexologia também tem pouca procura apesar da divulgação no Brasil, tem pouco entendimento de massagem ainda seria uma terapia para acompanhamento para saúde e a pessoa as vezes vem quando tem dor, não tem aquele hábito de fazer a prevenção só procurar quando tem dor e a gente tenta explicar horas você fizesse pelo menos uma vez por mês mas é difícil da pessoa entender

A gente sempre tá conversando para melhorar as técnicas quando uma faz o curso as outras passa conversa, os cursos cada um paga o seu e faz, tem curso que a gente faz em grupo que todos fazem muitas vezes todos já fizeram o mesmo curso, mas outros fazem muitas coisas que nós não fizemos depende da necessidade da pessoa se ela trabalha com ventosa quis aperfeiçoar ela procura melhorar né, mas teve alguns que a gente participou junto

Sim vários, em horários diferentes, mas todo mundo foi, tanto que todos que trabalham aqui tem a mesma técnica cada um dos envolveu uma facilidade de um jeito ou de outro mas a técnica entre todos aprenderam a mesma através do projeto, todos que vieram para cá foi da mesma época e da mesma técnica então veio todo mundo igual aí depois foi aperfeiçoando né gosta de drenagem não faz, A gente vai direciona do lado que mais gosto

Muitos benefícios, porque assim a gente entrou para o mercado de trabalho, na verdade que a gente não tinha e é muito difícil para o deficiente não só para o visual, mas para todos os

deficientes é comprovado, é muito difícil você ficar no emprego e trabalhar meio que assim autônomo, é mais difícil ainda ninguém abre espaço então aqui nós encontramos isso e cada um de nós somos individuais a gente trabalha em grupo tudo

Mas os benefícios foram esses do lado da inclusão auto-gestão, a gente mesmo se programa marca nossas massagens estamos sempre procurando e não vai tudo e pelo grupo mesmo pôr a gente ter o mesmo problema visual a gente tem mais facilidade de discutir a gente se entende melhor porque assim é que se a gente for trabalhar com outras pessoas seria mais difícil como outro lugar teria um pouco de receio de tipo a pessoa que vem não daria tanta confiança a gente trabalha mais contato então é difícil então aqui é uma facilidade tremenda que a gente encontra o apoio para tudo após a loja muita gente a direção na loja então a gente encontra muito apoio se tem alguma dificuldade que deve levar para ele eles tenta resolver conversar com a gente então é para tudo

a tia Ana que fez com que ela achou uma brecha no estatuto da economia solidária e inclusão social e aí ela investiu, ela não tem o seu que não daria certo ela “pensou vamos tentar”, eu não fui porque na época eu me acidentei mas o grupo daqui já viajou já foi para Brasília, Rio Grande do Sul junto com a economia solidária iam fazer plenária, então só pessoas de todos os estados que se encontram no local e faz uma plenária ele levava uma massagem e eram concorrida bem aceito tanto que eles queriam que queria expandir para outras economias solidárias um grupo parecido com esse aqui é o único lugar que tem esse incentivo de inclusão porque pode procurar em Campo Grande não existe, aqui não tem uma pessoa que mande um chefe não existe aqui então é nós que decidimos tudo mas quando acontece algum problema eles sempre se vir a gente para fazer uma reunião intervém quando uma pessoa difícil que o ser humano é assim sempre tem uma pessoa ser mais difícil de conviver então quando a gente não consegue resolver a gente chama a direção aí a coordenação Marca uma reunião mas sempre grupo todo mundo participa todo mundo decide

Nós temos participando das reuniões porque é bom para você se atualizar saber o que tá acontecendo Então sempre quando é possível a gente participa nas reuniões que acontece geralmente uma vez por mês

A que podia melhorar, a divulgação que tá meio deixando a desejar tem pouca divulgação aí a gente mesmo tá procurando com a nossa deficiência a gente tem dificuldade de chegar por isso as vezes eu por exemplo, penso de ir numa gráfica mandar fazer um panfleto mas aí como nós vamos distribuir tem tudo isso

Então a gente já conversou com a coordenadora que na próxima aproximar verba, distribuir comprando material tudo e ela já falou que no próximo ela vai melhorar aqui as macas, as cadeiras, cobertores, na próxima verba será investido nesse espaço aqui

As vezes a gente participa de evento precisa levar cadeira e só tem uma, nós fomos convidados para eventos como Dia dos Pais, Dia da mulher, Dia das Mães e órgãos públicos convidou a gente para participar

É meio complicado porque quem tá não sai não, comporta tanta gente já trabalha dois você vai colocar mais um e não tem aquele fluxo de cliente se colocar 3 pessoas o lugar vai ficar inchado um olhando para cara do outro é complicado mas a inclusão aqui não é por nós ele tem que fazer primeiro uma formação com pessoal da economia que daí ele vai fazer uma formação para poder entrar aqui em qualquer setor, Em julho Vai ter uma formação Mas isso não significa que eles vão entrar aqui

Não tenho isso para nós especificamente não, não recebemos

Geralmente a gente só vem aqui nos outros dias se alguém do meu bairro que sabe que eu faço massagem marca comigo eu faço na minha casa também, mas outro espaço eu não tenho, uma integrante atende a domicílio tem espaço

Sim, aqui é um complemento de renda por que a maioria é aposentado

Cada um traz seu atendimento E aí Cada um recebe pelo que trabalha todos nós E deixamos uma porcentagem para loja e pagamos Associação todo mês

Acho que não tem a gente não encontrou não tem mês que a gente não pago mais tem mês que a gente tira um pouco menos e assim vai acho que o nosso grupo aqui não tem confusão

Não dá para saber que nem mundo comenta com outro ninguém revela acho que só quem sabe a coordenação nos outros dias a gente não sabe

Acho que de ter aberta as portas, porque nós temos até uma proteção que quando começou nós éramos uma embaixo era um espaço de grotesco não tinha banheiro era só uma divisória mas trabalhando bastante tempo lá e com a reforma ganhamos essa sala aqui que era da gerência para a gente ficar mais à vontade como os passos são nossos

Falta muito, então antes prometeram que ia ter vaga para estacionamento mas não temos como estacionar aí tem que pagar estacionamento particular no caixa a vaga então nosso problema aqui seja e assim aspecto estacionamento Governador prometeu e as vagas para loja cumprido, a massagem nossa é 40 minuto, a nossa é uma hora uma hora e meia e a pessoa deixa o carro lá tá preocupado com problema aqui também a maior parte a estacionamento

Estamos esperando a próxima verba por que a outra verba veio equiparam a costura então a promessa a nossa estamos esperando deveria ter mais divulgação para melhorar tudo porque aqui não é só nós que estamos sofrendo deveria ter mais cursos aqui funcionava muitas coisas plenária e as outras pessoas de outras cidades vinham para cá a crise também não está aparecendo clientela nova tá faltando muita divulgação

Principalmente para quem não tem trabalho renda, no espaço como esse que você não paga pelo espaço para colocar o produto ali vai tirar uma porcentagem para loja vai ter como expor os produtos, vai ter um lugar para ela trabalhar. Acho que se fosse mais divulgado teria muito mais visibilidade É que muita gente não conhece pergunta para mim onde eu trabalho, eu tenho que explicar nos mínimos detalhes aí “perguntou é uma cooperativa?” Não, não é uma cooperativa tem gente que acha que é uma cooperativa né porque parece que uma cooperativa mais não é, teria que ter mais divulgação para explicar mas o que seria uma central tem muito pouco muita pouca gente entende o que é isso acho que teria que ter mais divulgação eu já acho bacana porque a maioria das mulheres são a maioria aqui que tem mais idade não conseguir ir empregado lugar e mulher que tem criança pequena é uma oportunidade para estar em ganhando também trabalha em casa fazendo artesanato exponha aqui

Transcrição Entrevista EES2

Não, só temos um código, não, arte de pintar e bordar o nome, são quatro pessoas do grupo vocês fazem em casa, a gente dividir o serviço cada um faz a sua parte, não aqui mesmo aqui dentro

Foi “ordem da chefe” risadas, aqui são vários cada qual negócio diferente, mas aí pela questão da procura do turista teve que afinar né, teve que fazer alguma coisa só regional como eu costuro e ela pinta a gente fez um lado costura de cozinha, então no nossos sou mais cozinha todos os itens de cozinha que é pintura do Pantanal a característica dele isso a pintura regional No nosso grupo tecido e pintura, das tintas que vai na pintura e na parte tecido renda e fita

A gente compra no grupo, aí tem uma demanda e vocês anotam o que preciso? Isso, a gente compra, tipo assim por exemplo se eu compro ela compra, nem se a gente compra sozinho, mas aí depois a gente vem recebe e de volta dinheiro com as vendas e dividir, ou se precisar a gente nem pega dinheiro já usar para comprar mais material

Até então, por fora, antigamente a gente comprava pela Central mas aí preferiram comprar pelo grupo não deu certo comprar o que a gente precisa quantidade Tem que comprar de fora de pouco em pouco para poder fazer

Aqui, mais é venda mesmo e a maioria dos compradores são turistas que vem e querem levar uma lembrança regional

Até então não, hoje em dia é só isso mesmo de coletivo, a gente vai produzindo quando vai vendo que vai precisando, conforme as vendas nem sempre a gente tem dinheiro para isso, A difícil hein, nem sempre a gente, as vezes, tem dinheiro para isso até gostaríamos de este mês a gente ter valor X e a quantidade X, mas..

Isto mesmo o dinheiro. Olha, só tem face. Fora isto não tem nenhuma propaganda? Não, não tem.

Talvez, é que hoje em dia é muita gente fazendo artesanato, então a concorrência muito grande, então e preço, as vezes as pessoas fazem a mesma coisa que você, e vamos supor, coloca o preço lá em baixo e você concorre com esse tipo de coisa também de preço, é que muita gente que não quer o produto, não olha muito a qualidade, olha o preço, então geralmente talvez aquele com preço menor qualidade não seja tão boa, mas vai mais pelo preço de hoje em dia eles é desse jeito

Isso. E os equipamentos que vocês trabalham também não são nenhum compartilhados? Não, cada um tem o seu instrumento de trabalho. A única estrutura que vocês compartilham é aqui na central? A venda, aqui dentro da Central, quase nada, de marketing mais boca-boca

Nós temos produtos na casa do artesão o mesmo grupo daqui, está lá, aqui na realidade esse grupo está assim, ele tem a parte vamos supor, de costura tem um outro que é praticamente o mesmo que na parte de bichinhos de biscuit e regional, então neste grupo tem mais duas pessoas, no de costura somos quatro, mas no outro somos em seis os quatro do tecido mais dois outros que faz o biscuit

Até então normal. É que assim aonde tem muita gente é difícil você conviver bem com todo mundo então tem muita coisa que você que não tem como você participar, então nosso grupo vai faz produz tal e colocar pra vender, então tem muita coisa que não tem como abrir, porque as pessoas as vezes não sei se por maldade, que não seja te prejudicar de alguma forma, então melhor deixar quieto criticam, nem que for com critica

Na realidade nós somos só aqui em baixo mesmo as outras coisas não envolvem com a gente as outras coisas que você diz, foram as outras coisas que fazem parte, vamos supor a gente não se envolve tanto quanto a gente se envolve quando tem uma reunião um congresso alguma coisa que você tem que participar. Aí que precisa todo mundo participar. Fora isso a gente não participa, mas fora isso nada disso. Dentro da loja que nós fazemos parte. Então dentro da loja. É a questão a gente não se envolve um com outro para não ter conflito, onde tem muita gente sempre tem aquela, olha para o outro, então a gente não se envolve muito e

Sim, no próprio lugar aonde tem bastante gente é complicado por isso que a gente fala o que a gente faz, que tem coisa que a gente faz a gente faz, e é só a gente não envolve muito porque todos são assim, individual meio distante não leva muito por este lado e outra que durante a semana são outras pessoas cada dia, que cada turno uma turma que trabalha

Não são de vários outros grupos, fora esse que está no Regional cada um de nós tem um grupo, ela de um e eu sou de outro, então só muitas pessoas têm grupo tem muita gente tem pouca entendeu, então é desse jeito

Acho que o maior grupo é o nosso, aqui da loja é maior, então a gente trabalha aqui dentro junto e ao mesmo tempo separado cada qual no seu, a gente é mais ligado, o povo do sábado, e que a gente faz, desde que estamos aqui, então o grupo da semana é mais separados, então nós trabalha separado, agora na loja em si que tem dentro da loja só quando tem alguma coisa de Fora a gente se envolve

a loja tá no centro a gente não tem mais despesa com água luz alugar uma loja, paga só uma porcentagem para ajuda de custo, então para gente é interessante isso “aí você fala alugar uma loja funcionários aluguel e com essa crise para nós é bom”

acho que deveria ter mais divulgação, é a Luísa no nosso grupo é que assim ele é meio..não é bagunçado mas não tem chefe, tipo tem que fazer “bate-mão quem vai comprar?” é que nesse grupo desde que a gente começou eu que sempre coordenei por isso, até hoje todo mundo manda só que assim todo mundo faz o que tem que fazer, a gente não fica só um tem que ficar coordenando, e nunca tivemos problema sempre quando tem um problema tem que ter alguém para cuidar, no nosso caso é tranquilo cada um sabe sua obrigação, seu dever

Estando na loja não é questão de fazer parte de qual grupo, neste caso geralmente aqui dentro da loja os grupos são formados mais pelos bairros ou por região qualquer um dos grupos tirando dessa forma regional ou por área, eu estava aqui dentro era um grupo que se dava bem então a gente montou um grupo só que cada pessoa vieram de lugar diferente mora em regiões diferentes já estávamos aqui dentro é o grupo de dentro da loja, aí tudo depende de você o certo quem é por região, mas pode mudar.

Não é só nossa, mas já recebeu algum auxílio? a loja em si tem recurso projetos nós mesmos e beneficia pela loja

Trabalho aqui sou dona de casa a gente não é só artesão

Olha, hoje tá difícil de falar para você é que varia muito de mês para mês até uns dois anos atrás a gente tirava todo mês um salário por mês, só que de repente despencou metade e metade e acabou, aí tem mês que você tira manda para pagar os materiais, aí tem mês que você não tira nada, é que muitas vezes, antigamente o artesanato era assim as datas

comemorativas então você preparava o material e você vendia muito, não tem mais esse negócio de data comemorativa dia das mães, por exemplo, fazer um monte de coisa, não faz, porque se fizer sobra, natal mesma coisa, faz um pouco depois faz mais um pouco se você fizer um estoque muito grande sobra aí tem que guardar de um ano para outro, tem que fazer de pouquinho em pouquinho e teve ano de fazer seis peças e ainda sobrar ano que vem, não tem como você me esperar mais

Como eu trabalho na com tecido, em algumas lojas de tecido que seja um tecido meio termo, não muito inferior, a gente tem mais ou menos as lojas que tem preço bom mesmo tipo de tecido você paga R\$ 25,00 o metro e em outra encontra por R\$ 15,00 e se você olhar mesma coisa, para biscuit que não tem diferença de preço não tem concorrência, mas para comprar pela internet não compensa, o frete sai mais caro que o material, então para você ganhar um pouquinho mais você tem que achar mais em conta

Essa parte aqui é a chefe, tem que ser com tia Clau, eu acho que poderia investir na gente falta investimento porque no papel tudo muito bonito mas a gente sabe que na realidade não chega nem 1% do que eles falam quando aparece na televisão que eles dão oportunidade para empreendedor Isso não existe nunca chegou a mim já chegou a vocês? “É bonito para inglês ver” na realidade não existe

Menos aqui se investe muito em produtor rural, no artesanato mesmo é complicado, artesão é insistente, por que não tem apoio de ninguém e continue insistindo, há um tempo atrás eu participava de entidades de artesões o que a gente via.. a gente participava de fórum e quando começou a falar de economia solidária Tiana frequentava o mesmo lugar que eu, para aprender o que era tudo isso, meu grupo parou e a Tiana continuou, o que a gente viu era para Cultura teatro e cinema tem sobrando, já para o artesanato não vai e outra coisa tem estado que dá muito mais apoio ao artesanato que o nosso Mato Grosso do Sul ,não sei como tá hoje, que faz tempo que eu não mexo com isso, mas tinha época que você via Minas tinha apoio Mato Grosso tinha apoio e Mato Grosso do Sul era retraído Nordeste também tem muito apoio Mas naquela época era assim, em Campo Grande quando eu participava dos fórum tinha muito projeto teatro cinema e música

Aqui dentro da economia solidária gente faz parte da loja, o restante não temos conhecimento a gente sabe que tem pra ser aprovado, mas tipo quando for para ser aprovada é destinado aos cursos que não chegam a nossa coisas, para o interior a gente não vê muita coisa, montar central com os princípios da economia solidária foi importante e tem muitas famílias que vivem do artesanato aqui dentro mesmo a renda principal vem aqui do artesanato, agricultura familiar aqui dentro muita gente aqui ajudou muito abre as portas para eles lá fora

Se foi começa através daqui e começou abrir os municípios então levar para os municípios como hoje mesmo tem um lugar no interior tem força para quê que tem um outro lugar que abriu com o mesmo sistema daqui mas com pão farinha de Bocaiuva ajudou muito interior que é a ideologia da economia deixou mais forte o povo do interior porque o povo aqui da cidade é mais artesanato e do resto é a questão de verdura orgânica deu oportunidade aos grupos de fora para vender aqui é que nós não vemos porque nossa parte artesanato, eu acho que não era para ser para trabalhar com artesanato em você era para ir para ser outro lado para agricultura familiar e o artesanato entrou junto,

São vários grupos massagem com costura lá em cima tem um teatro é isso que a cabeça da economia tem

Vai lá ver quanto deu lá e dividir na quantidade de pessoas se tem que comprar material a gente tira para comprar o material depende do valor nem pega dinheiro já pega as tias e compra material só para reposição

Acho que nosso caso hoje é vender porque é difícil advogar a pouco então você tem que ir equilibrando contorcendo para fazer o trem ir para frente para a gente ou a parte de comércio é mais difícil do restante é tranquilo essa parte que é mais complicado